

# GOVERNANÇA & DESENVOLVIMENTO

REVISTA DO CONSAD – CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO



## CONSAD 15 ANOS

POR UMA GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE  
E FOCADA NO CIDADÃO

P. 8





**O BRB é o  
banco que  
faz tudo  
por você.**

O maior banco do cerrado é um dos maiores patrocinadores do esporte local, um dos grandes incentivadores da cultura de Brasília, além de ser um dos principais agentes de concessão de Crédito Rural na região. O BRB possui mais de 120 agências, 300 pontos de atendimento conveniados, 750 terminais de autoatendimento no DF e outros 52 mil compartilhados por todo o Brasil. E, é claro, tudo isso com os melhores gerentes para atender você ou sua empresa com os melhores serviços e taxas.

[www.brb.com.br](http://www.brb.com.br)

BRB Telebanco 61 3322 1515  
SAC BRB 0800 648 6161

Ouvidoria 0800 642 1105  
SAC/Ouvidoria PcD 0800 648 6162



GOVERNO DE  
**BRASÍLIA**

Faz tudo por você



# Mais de 1 milhão de candidatos avaliados

O Instituto AOCB é uma associação civil sem fins econômicos, de caráter assistencial e educacional. Nossa finalidade é desenvolver projetos na área da Educação à população em geral, atividades complementares àquelas desenvolvidas pelo Estado. Com o propósito de captar recursos a serem aplicados em nossas finalidades, firmamos parcerias realizando

- Concursos Públicos
- Testes seletivos
- Vestibulares
- Certificações

Desde a sua fundação, o Instituto AOCB realizou diversos concursos em todo o país, atendendo a órgãos municipais, estaduais e federais, superando um milhão de candidatos avaliados.

O Instituto AOCB é a melhor opção para quem procura credibilidade e segurança em processos de seleção. Para mais informações, acesse [www.institutoaocb.org.br](http://www.institutoaocb.org.br)



**REFERÊNCIA DE QUALIDADE  
EM CONCURSOS PÚBLICOS**

44 3013 4807

[contato@institutoaocb.org.br](mailto:contato@institutoaocb.org.br)





## EDIÇÃO COMEMORATIVA

Esta primeira edição do ano de Governança & Desenvolvimento é especial. Em comemoração aos 15 anos do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), a revista passou por uma reestruturação editorial e ganhou um novo projeto gráfico – mais leve e contemporâneo. E teremos, ainda, uma reportagem dedicada ao aniversário da entidade e à sua contribuição para modernizar a gestão pública.

A primeira parte da publicação traz matérias mais explicativas e analíticas sobre gestão pública e as atividades desenvolvidas pelo Consad em todo o País. Na segunda parte da revista, continuamos a contar com a valiosa parceria das secretarias de Administração/Gestão que nos enviam informações sobre projetos realizados com sucesso nos estados e no Distrito Federal. É uma forma de valorizar o que está dando certo e replicar as experiências em outras regiões.

Como é do conhecimento de todos, passamos por um momento de extrema dificuldade, com o agravamento da recessão econômica e, conseqüentemente, da situação fiscal e financeira dos estados. Devemos entender o cenário e aproveitar as oportunidades geradas pela crise para repensar o modelo praticado hoje. Acreditamos que a nova gestão virá por meio de um Pacto Federativo que torne as políticas públicas mais compreendidas pela sociedade e alcance aqueles que realmente precisam de ajuda.

A gestão pública tem avançado muito, mas ainda de forma lenta e gradual, pois o Brasil é um país enorme e com grandes desigualdades regionais. Alguns governos estaduais já constituem ilhas de excelência na prestação de serviços à sociedade, enquanto outros ainda têm um longo caminho a percorrer. Que esses 15 anos de trabalho do Consad sirvam de inspiração para enfrentarmos os novos desafios que estão por vir.

Boaleitura!  
Alice Viana

### MISSÃO

Promover a melhoria da gestão pública nacional para gerar bem-estar e desenvolvimento.

### VISÃO

Ser reconhecido como liderança nacional em gestão pública.

### VALORES

- Colaboração e cooperação;
- Sinergia e integração;
- Inovação;
- Otimização e eficiência;
- Ética e transparência.



#### PRESIDÊNCIA

Alice Viana Soares Monteiro  
Secretária de Estado da Administração do Pará

#### VICE-PRESIDÊNCIA

Dinorah Botto Portugal Nogara  
Secretária de Estado da Administração e da Previdência do Paraná

#### Eduardo Oliveira

Secretário de Estado da Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Sul

#### CONSELHO FISCAL

Edelvino Goes da Silva Filho (BA)  
Francisco José Alves da Silva (PI)  
Cláudia Uchôa (RJ)

#### MEMBROS DO CONSAD

Sawana Leite de Sá Paulo Carvalho (AC)  
Carlos Christian Reis Teixeira (AL)  
Maria Goreth Silva e Souza (AP)  
Luiz Gonzaga Campos Souza (AM)  
Hugo Santana de Figueirêdo Júnior (CE)  
Leany Barreiro de Sousa Lemos (DF)  
Thiago Mello Peixoto da Silveira (GO)  
Dayse Maria Oslegher Lemos (ES)  
Lilian Guimarães (MA)  
Julio Cesar Modesto dos Santos (MT)  
Carlos Alberto de Assis (MS)  
Helvécio Miranda Magalhães Junior (MG)  
Livânia Maria da Silva Farias (PB)  
Milton Coelho (PE)  
Marcelo Marcony Leal de Lima (RN)  
Frederico Linhares (RR)  
Helena da Costa Bezerra (superintendente) (RO)  
João Batista Matos (SC)  
Marcos Antonio Monteiro (SP)  
João Augusto Gama (SE)  
Geferson Oliveira Barros Filho (TO)

#### EDIÇÃO

AP Comunicação  
www.apcomunicacao.com.br

#### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Duo Design

#### COORDENAÇÃO

Mariana Pereira

#### JORNALISTA RESPONSÁVEL

Paula Fonseca

#### CAPA

André Gusmão

#### REVISÃO DE TEXTO

Cláudia Falcão

#### IMPRESSÃO

Athalaia Gráfica e Editora

#### TIRAGEM

2.500 exemplares

#### CONSAD

Edifício Embassy Tower  
SRTVS Quadra 701 Bloco K Sala 520  
Brasília-DF, 70340-000  
Telefax: (61) 3322-5520

#### SECRETARIA-EXECUTIVA

Iraci Gomes

Facebook: /Congresso.Consad

Twitter: @consad\_

\* Agradecemos a colaboração das assessorias de comunicação pelos artigos apresentados. As informações contidas nos textos são de responsabilidade dos estados brasileiros.

# Ergon RH e Folha de Pagamentos Líder em Gestão de Pessoas no Setor Público



## Redução dos gastos com a Folha

**Descubra como Estados e Municípios fazem auditoria continua da Folha de Pagamentos automaticamente e economizam até 4,6% mensalmente**

A **Techne** é líder em Gestão de RH/Folha de Pagamentos para Governo com a solução Ergon, implantada em **7 Governos de Estado** (RJ, RS, PA, ES, RN, TO e MT), **5 Capitais** (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Campo Grande, São Luís) e outros órgãos públicos (Tribunais, Assembleias Legislativas, Institutos de Previdência, Secretarias de Fazenda, Senado Federal, etc.).

O Ergon processa atualmente a Folha de Pagamentos de cerca de **2,5 milhões de funcionários** públicos, o que representa 20% do total do funcionalismo público. Em média nossos projetos resultam em uma **economia mensal de 4,6%** nos gastos com pessoal.

Estas instituições escolheram a Techne porque o Ergon promove uma folha de pagamento confiável, com redução de erros e **blindagem contra fraudes**, dando segurança jurídica para o gestor e proporcionando uma **auditoria contínua**. Além disto, o Ergon automatiza diversos processos e oferece ferramentas de apoio como, por exemplo, **simulações de cenários** para concessões de reajustes.

Somos líderes em gestão de pessoas no setor público. Nós podemos ajudá-lo a enfrentar os desafios da gestão do capital humano. Ligue para **(11) 2149-9200** ou entre em contato pelo e-mail **ergon@techne.com.br**

# Ergon

Gestão de Pessoas no Setor Público

**TECHNE**  
(11) 2149 9200  
www.techne.com.br

UMA HISTÓRIA A SERVIÇO DA GESTÃO PÚBLICA



BRUNO DANTAS  
MINISTRO DO TRIBUNAL  
DE CONTAS DA UNIÃO

JUIZ DAS  
CONTAS  
20



SETOR PÚBLICO  
NO LIMITE DOS GASTOS

Recessão econômica vivida no País agrava endividamento dos estados brasileiros. Especialistas defendem reformas estruturais para o ajuste das contas públicas



QUESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Artigo assinado pelo presidente do Conaprev, Benedito Brunca



DIRETRIZES PARA SUPERAR  
O DÉFICIT ESTADUAL

Secretários de Estado da Administração, do Planejamento e da Fazenda de 21 estados e do Distrito Federal reuniram-se, em Brasília, para debater como retomar o crescimento do País



ESTADOS

44 AC  
Oportunidade de crescimento profissional

46 AL  
Novo modelo de gestão da qualidade

48 AP  
Governo quer estreitar relação com o servidor

50 BA  
175 milhões de atendimentos em 20 anos

52 CE  
Reconhecimento às ações inovadoras

54 DF  
Saúde ocupacional unificada

56 ES  
Foco no sustentável

58 GO  
Goiás mais competitivo

60 MA  
Valorização do servidor

62 MG  
Participação popular na gestão pública

64 MS  
Transparência nas contas públicas

66 MT  
Choque de gestão na administração

68 PA  
Hospital Oncológico Infantil

70 PB  
Avaliação especial para os concursados

72 PE  
Central de Licitações economiza R\$ 1 bilhão

74 PI  
Administração mais eficiente

76 PR  
Acesso livre ao Arquivo Público

78 RJ  
Um novo olhar para o servidor

80 RN  
Governo quer recadastrar 99 mil servidores

82 RR  
Alternativas para aumentar a arrecadação

84 RS  
Renovação na gestão pública

86 SC  
Estado adota previdência complementar

88 SE  
Mecanismos de economia na previdência

90 SP  
Prêmio Mario Covas valoriza servidores

92 TO  
Modernizar a gestão para reduzir gastos



# UMA HISTÓRIA A SERVIÇO DA GESTÃO PÚBLICA

O PODER DE ARTICULAÇÃO COM O GOVERNO FEDERAL, ESTADOS E MUNICÍPIOS AJUDOU A TORNAR O CONSAD UMA REFERÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O CIDADÃO

Um dos entraves históricos para o desenvolvimento do Brasil é a falta de eficiência na gestão pública. No País, a cultura do planejar pouco e gastar muito gera problemas que afetam a entrega de serviços públicos básicos pelo Estado, como educação e saúde. Em um cenário oposto, com maior eficiência da máquina pública, o Brasil teria condições de aumentar suas taxas de investimento, ampliar a competitividade e, consequentemente, melhorar a entrega desses serviços ao seu principal financiador: o cidadão.

Para chegar até lá, são necessárias iniciativas transparentes e articuladas com o Congresso Nacional, ministérios, governadores, servidores, acadêmicos, além de setores da mídia e da sociedade civil. Em meio à crise atual, em que todas as unidades da federação passam por dificuldades financeiras, uma gestão pública moderna faz-se ainda mais urgente.

Otimizar, racionalizar, exercitar práticas efetivas são, portanto, os grandes desafios que se impõem. É, nesse contexto, que o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), criado oficialmente no ano 2000, ganhou força no País.

Há 15 anos, a entidade direciona esforços para promover a melhoria da gestão pública e gerar desenvolvimento e bem-estar, a partir do fomento de políticas públicas mais efetivas, da melhoria da qualidade do gasto público e da promoção de debates e de troca de experiências. Essas ações têm como objetivo propor políticas públicas no âmbito das três esferas federativas, interagir com os segmentos da sociedade política e construir relações sociais mais justas e igualitárias baseadas em uma gestão eficiente em custos.

Ao longo desses anos, os interesses comuns dos estados brasileiros foram discutidos em 99 fóruns, oito congressos, diversas missões internacionais e parcerias



TEXTO: ELTON PACHECO  
FOTOS: ANDRÉ GUSMÃO, GRUPO K, HERISSON LOPES, LUIZ MACEDO/AGÊNCIA CÂMARA E ARQUIVO CONSAD



com órgãos públicos, entidades privadas e internacionais. O principal desafio é o de estabelecer um canal de comunicação permanente e eficaz com o Governo Federal, além de estreitar as relações com os municípios para o fortalecimento da capacidade de gestão dos governos locais.

Agora, as atenções voltam-se para o futuro. E os desafios da entidade confundem-se com os do Brasil, como o de repensar um modelo de gestão do Estado, um novo Pacto Federativo e tornar as políticas públicas mais compreendidas pela sociedade, alcançando a quem precisa.

## DIÁLOGO CONJUNTO

Não é exagero dizer que a capacidade de articulação elevou o Consad a um patamar importante quando se discute a eficiência da administração pública. O diálogo com as instâncias do governo sempre fez parte do DNA da entidade, até mesmo antes da sua organização como Conselho, quando os secretários apenas reuniam-se em fóruns para discutir a gestão pública no País.

Esses fóruns articulados foram o pontapé para a abertura de um processo de fortalecimento das secretarias estaduais de Administração. É o que acredita a presidente do Consad, Alice Viana: “Sempre fomos muito ativos no fomento ao desenvolvimento da gestão pública brasileira, e este é um reconhecimento conjunto, muito por causa desse poder de articulação construído pelo Conselho ao longo dos anos”, afirmou a também secretária de Estado da Administração do Pará.

Para a especialista em gestão pública e consultora do Consad, Evelyn Levy, desde os primórdios, o Conselho existe para a articulação. Foi ele quem deu visibilidade para a administração pública brasileira, mobilizando servidores do País inteiro, dos três poderes e dos três níveis de governo. “O Consad é um ponto vivo de contato com esses públicos e, aos poucos, passa a ser, também, um canal ativo com a sociedade”, ressaltou.

São vários os instrumentos consolidados que permitem materializar essa atuação articulada nesses 15 anos, como as ricas discussões nos 99 fóruns realizados até hoje e a troca de experiências e a realização do Congresso Consad de Gestão Pública, já considerado o maior sobre a temática no Brasil e que caminha para a 9ª edição, em junho de 2016.

## NOVO PATAMAR

No ano 2000, já como Conselho Nacional – e não mais fórum de secretários –, o Consad fortaleceu-se. “O que mudou foi a forma de relacionamento, a qual passou a ser de dentro para fora. Enquanto a comunicação entre os secretários já estava consolidada com a realização dos fóruns, o status de Conselho foi importante para dar-nos um novo patamar para os relacionamentos externos e para a articulação que conseguimos a partir daí”, explicou o consultor Joaquim Castro.

Ele lembrou que esse poder de articulação dos secretários da Administração começou quase uma década antes da criação oficial do Consad, quando a modernização do Estado entrou na agenda federal. Era o ano de 1995, e o Brasil estava em meio à Reforma da Gestão Pública (ou Reforma Gerencial do Estado), com a publicação do Plano Diretor da Reforma e o envio, para o Congresso Nacional, da Emenda da Administração Pública, que se transformaria, três anos mais tarde, na

**Emenda Constitucional nº 19/98.** Ⓞ

Nos primeiros quatro anos do governo Fernando Henrique Cardoso, a reforma foi executada em nível federal, no então Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), sob o comando de Luiz Carlos Bresser-Pereira. Com a extinção do órgão, a responsabilidade passou para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao mesmo tempo em que estados e municípios passavam a fazer as suas **próprias reformas.** Ⓞ

Segundo Evelyn Levy, o Consad começou a se fortalecer justamente nesta época, quando o ministro Bresser-Pereira passou a procurar os secretários esta-



duais para pedir apoio na reforma. “O Bresser obteve muito apoio dos secretários, com a Emenda 19. Essa reforma e a mobilização dos secretários foram a primeira grande articulação importante daquilo que depois se tornaria o Consad”, recordou.

Ao mesmo tempo, os secretários da Administração começaram a perceber que precisavam de recursos e se organizaram para pedir ajuda ao Ministério do Planejamento para obter empréstimo, com o intuito de fortalecer as secretarias, a exemplo do que vinha acontecendo com as de Fazenda, que modernizaram seus sistemas tributários e fiscais, com o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (Pnafe).

Levy frisou que esse processo começou no segundo mandato de FHC, mas culminou no primeiro Governo Lula, que apoiou a ideia. “Assim, o Ministério do Planejamento assumiu o empréstimo e passou a transferir os recursos para os estados, a fundo perdido, o que ficou conhecido como **PNAGE.** Ⓞ Esse programa fortaleceu bastante as administrações públicas”.

Joaquim Castro explicou que “a partir desse programa, deixamos de ser o primo pobre da administração pública. Isto é, enquanto as secretarias de Fazenda davam saltos significativos, com o seu projeto de modernização, as secretarias de Administração ainda engatinhavam. Com a existência formal do Consad, a iniciativa de buscar a modernização da rede foi nossa. E não foi fácil, com dois anos de muito trabalho”, comentou ele, que, na época, era representante do Conselho, junto ao Ministério do Planejamento.

Financiado com aporte de US\$ 1 milhão, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o programa

teve o Consad como partícipe. O desafio, disse Joaquim, era fazer com que os 26 estados e o DF preparassem um projeto particular e específico. “Essa foi a nossa grande obra inicial. Criamos um grupo de trabalho para organizar e articular o financiamento repartido entre os estados. Naquela época, a situação era a pior possível. Mas houve avanços significativos com esse investimento do BID”, salientou.

Antes mesmo da aplicação dos recursos, um diagnóstico realizado pelo banco, entre 2003 e 2004, apontou que a maioria das administrações estaduais, apresentava sérias deficiências de capacidade de planejamento e de coordenação nas áreas de recursos humanos e de tecnologia da informação, sobretudo naquelas relacionadas com os setores da saúde, da educação e da segurança pública.

O estudo demonstrava, ainda, a carência de capacidade para implementação de tecnologias de gestão capazes de avaliar experiências e de orientar a replicabilidade de boas práticas, como a adoção de centros de custos, de contratos de gestão, de sistemas de compras eletrônicas, de centros de atendimento integrado ao cidadão e de planejamento estratégico.

Com o dinheiro investido (US\$ 56,5 milhões de recursos do BID e outros US\$ 52,2 milhões de contrapartida), as secretarias ficaram mais fortes. Vários exemplos exitosos surgiram a partir de então. Segundo a representação do BID no Brasil, a implantação do Pnape propiciou a construção de diálogo permanente entre os estados e o Governo Federal, ajudando a criar momento favorável para instituição de uma Agenda Federativa de Gestão Pública e de uma rede de profissionais que con-

“O status de Conselho deu um novo patamar para os relacionamentos externos”

Joaquim Castro

# BENEFÍCIOS DO PNAGE

-  **15 sistemas de planejamento** revisados e/ou implantados
-  **20 planos de capacitação** de pessoal realizados
-  **13 sistemas de gestão** de Recursos Humanos executados
-  **27 estruturas** organizacionais redesenhadas
-  **2 códigos de ética** implantados no setor público
-  **15 planos de gestão** de Tecnologia da Informação desenvolvidos e implementados
-  **5 planos de mudança** da cultura institucional impactada
-  **27 estados** com soluções compartilhadas com a União
-  **Compartilhamento do Sistema Integrado** de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Mato Grosso com outros estados
-  **Cruzamento da base de dados de RH** entre Governo Federal e 11 estados, identificando sobreposição de cargos públicos

tinua intercambiando informações e experiências sobre problemas comuns.

O programa também apoiou a sensibilização e a capacitação para a gestão de resultados e a profissionalização, o aprendizado e o ganho de *expertise* das equipes estaduais para o gerenciamento de outros projetos financiados por organismos internacionais e pelos próprios estados. “Pela primeira vez, havia recursos disponíveis nas secretarias de Administração. Foi quando surgiu um *menu* de melhorias de gestão que os governos poderiam realizar, trocar informações e serem mobilizados pelo Governo Federal”, justificou Evelyn Levy.

## CAPITAL HUMANO

Se, de um lado, havia mais disponibilidade financeira, de outro, o capital humano também evoluiu. Técnicos do alto escalão do Governo Federal, principalmente os de carreira, foram transferidos para os governos estaduais, e muitos tornaram-se consultores. Essa migração fortaleceu o trabalho e ajudou na modernização das secretarias da Administração.

Especialistas em Gestão Pública, pela Fundação Getulio Vargas (FGV), Hironobu Sano e Fernando Abrúcio, afirmaram, no artigo **“Federalismo e Articulação Interestadual”**, que a “migração desse quadro técnico comprometido com a reforma administrativa, além de ter sido um reforço para o Pnag, foi importante para o fortalecimento do próprio Consad. Houve crescimento e fortalecimento das reuniões em outras áreas de políticas públicas. Em alguns casos, o Governo Federal ou políticas nacionais estruturantes tiveram um peso decisivo, mas, em outros, foi exatamente a falta de diretrizes ou de recursos que levou à associação entre os governos estaduais”.

*Federalismo e articulação interestadual: o papel do Consad na política de modernização da gestão pública*, dos pesquisadores Hironobu Sano e Fernando Abrúcio, analisa a atuação do Consad e seus efeitos sobre as políticas de gestão pública no País. Os autores investigam os fatores que levam à competição, à cooperação e à aprendizagem no inter-relacionamento entre os governos estaduais e, ao mesmo tempo, são analisadas as consequências dessa articulação na relação vertical junto ao Governo Federal.



**EVELYN LEVY:**  
“DESDE OS PRIMÓRDIOS, O CONSELHO EXISTE PARA A ARTICULAÇÃO”

Conforme o trabalho, “o impulso que o Consad recebeu na aproximação com o MARE foi reforçado com a ida de técnicos com passagem pelos ministérios e que tiveram contatos com as ideias de reforma do Estado para as administrações públicas estaduais”.

O primeiro presidente do Consad, Celestino Roque (2000-2002), informou que esse fortalecimento de pessoal também foi percebido nos fóruns, que passaram a dar lugar ao corpo de funcionários técnicos das secretarias e não apenas aos seus gestores. “Enquanto encontro de secretários, debatíamos questões pontuais. Depois, com a criação do Conselho, as discussões ficaram muito mais no âmbito da administração, recursos humanos, contratos e licitações, **compras públicas**, controles e reforma da previdência. O Consad conseguiu caminhar no sentido de começar uma discussão séria nessas questões”.

Celestino Roque falou que o ganho em qualidade técnica foi o ponto-chave para a sobrevivência e o crescimento do Conselho. “A partir do momento em que os técnicos foram envolvidos, houve evolução fortíssima do nosso capital intelectual. Os secretários passaram a entender o mecanismo da gestão pública como um todo. Tínhamos esperança real, no sentido de que a presença deles poderia fortalecer, como fortaleceu, a gestão dos estados”, recordou.

## ALIANÇA POLÍTICA

Celestino revelou que “estávamos engatinhando na questão da Lei nº 8.666, de licitações. Nesse período, iniciamos a primeira discussão sobre os leilões públicos para as contratações de obras e serviços em área pública para mostrar que era possível reduzir gastos com a execução dos leilões, apenas transferindo certas ações e custos”.

Tanto que o governo adotou, como ponto de partida, as discussões de um **projeto do CONSAD** para apresentar proposta de substituição à Lei nº 8.666, que propunha separação entre normas gerais e específicas, inversão das fases do procedimento licitatório, diminuição de

O Consad apresentou ao Ministério do Planejamento, em janeiro de 2006, anteprojeto de lei de licitações e contratações públicas, com o intuito de subsidiar os estudos, em andamento, relativos à alterações da Lei Federal nº 8.666/1993. O anteprojeto propicia, ao poder público, a redução de custos e de tempo, a fim de que a administração venha a alcançar melhores preços, com maior qualidade, gerando economia financeira.

“Quando você diz que, independentemente da matriz política, quem tem sucesso é quem se dedica, sendo de direita ou esquerda, está falando de autonomia.

No caso, sempre primamos por ela”

*Paulo César Medeiros*





**O MÉRITO CONSAD É ENTREGUE A PERSONALIDADES  
EM RECONHECIMENTO À ATUAÇÃO PROFISSIONAL  
EM DEFESA DA GESTÃO PÚBLICA**

prazos, uso de meios eletrônicos, sanções administrativas, redução das modalidades de licitação, entre outros.

A mobilização em torno da Agenda da Administração Pública ganhou fôlego. O Congresso Nacional teve uma função destacada na ordem das políticas públicas, “mas o assunto da gestão não entra nas agendas políticas de uma forma forte e contundente e, sim, de maneira auxiliar. Por isso, a articulação torna-se imprescindível”, detalhou o ex-presidente do Consad, Paulo César Medeiros (2008-2010).

Para ele, uma boa ação governamental tem de ser precedida de uma política eficaz de gestão. “Passamos a colocar em pauta, junto ao Congresso Nacional, assuntos de interesse, e, nesse período, o Consad consolidou-se ainda mais, porque ajudou a levantar as discussões e a divulgar as boas práticas de gestão”, destacou Paulo César.

Com a Frente Parlamentar Mista de Fortalecimento da Gestão Pública, a distância entre o Consad e os parlamentares ficou mais curta. A Frente nasceu a partir da necessidade de analisar e de propor ações legislativas

para aperfeiçoar a gestão pública no Brasil, implementando mecanismos mais eficazes para fortalecer a máquina e o controle de recursos públicos.

O presidente da Frente, deputado Gilberto Nascimento, justificou que “a missão tem sido apresentar exemplos bem-sucedidos de gestão, como redução de custos, otimização de serviços e melhoria da condição de vida da população, para que outros gestores possam beneficiar-se de práticas de sucesso, a fim de expandir e multiplicar o seu alcance”.

Nesse processo, o deputado acredita que a atuação do Consad tem importância fundamental. “Serve de exemplo e de inspiração para todo o setor. O gestor público, seja federal, estadual ou municipal, espera, há muito tempo, por soluções que passem pela integração e contem com o respaldo da administração. Sem essa integração, é impossível chegar a um resultado que beneficie a todos, seja duradouro e consiga romper vícios da burocracia, para otimizar e melhorar a oferta de produtos e de serviços à população, especialmente nas áreas mais sensíveis, como educação, saúde e segurança”.

“Enquanto encontro de secretários, debatíamos questões pontuais. Com a criação do Conselho, as discussões ficaram no âmbito da administração”

*Celestino Roque*

Gilberto divulgou que a Frente Parlamentar estuda propostas em tramitação para que, a partir de 2016, possa apresentar uma pauta consistente ao setor público, “com o compromisso de aprovação dos diversos partidos e apoio de representantes de todos os poderes da República”, disse o deputado.

Entre as propostas, ele listou aquelas que têm impacto direto nos setores de prestação de serviço público, como acesso a dados, processos de licitação, obras, direitos e deveres do servidor, além de políticas públicas e programas de governo. “Precisamos deixar de tratar a gestão pública de forma isolada e adotar a estratégia de unir esforços para o bem comum, visando sempre à melhoria da condição de vida da população”, concluiu.

## RICOS DEBATES

Uma plataforma essencial para o compartilhamento de boas práticas surgiu com a criação do Congresso Consad de Gestão Pública. Para se ter ideia, a 8ª edição do evento, realizado em 2015, reuniu mais de 2 mil pessoas, em Brasília. O congresso também contou com mais uma edição do Mérito Consad, uma forma de a entidade reconhecer aqueles que lutam a favor da gestão pública. “Uma prova de que os gestores públicos estão ávidos por articulações que gerem condições e oportunidades de aprender”, acrescentou Paulo César Medeiros.

Além das tentativas de aproximação com o Ministério do Planejamento, o Congresso Consad nasceu pelo desejo de colocar “o próprio bloco na rua”, como definiu o ex-presidente. “Queríamos falar de gestão pública, em um congresso próprio, que demonstrasse nossa capacidade de articulação e que contribuísse para pautar grandes debates. Isso é o que mobiliza corações e mentes na gestão pública. Quando você diz que, independentemente da matriz política, quem tem sucesso é quem se dedica, sendo de direita ou esquerda, está falando de autonomia. No caso, sempre primamos por ela”, finalizou.

## MISSÕES INTERNACIONAIS

Os gestores públicos também passaram a olhar para as experiências exitosas lá fora. Foram várias as missões internacionais que levaram secretários da Administração e técnicos para conhecer modelos de gestão pública em países como os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália e o Chile. “Essas missões agregaram para todos os participantes maior e melhor intercâmbio entre os estados, a partir da aproximação pessoal e de mais conhecimento, por meio do contato direto com referências no exterior e com as melhores práticas de gestão”, ressaltou Eduardo Diogo, presidente do Consad entre 2012 e 2014.

De acordo com Eduardo Diogo, tais visitas técnicas também ajudaram a promover o fortalecimento institucional do Consad, tornando-o “cada vez mais inserido e reconhecido como grande incentivador da gestão pública por excelência no Brasil”, defendeu. “Evidência disso é que, em março de 2013, quando da visita, ao Brasil, da representante para Assuntos Intergovernamentais Globais, do Departamento de Estado dos EUA, Reta Jo Lewis, ela solicitou e nós realizamos um encontro, na sede do Consad, entre ela e os conselheiros”, completou.

A presidente da e-Stratégia Pública, Florencia Ferrer, é quem organizou a maioria das missões. “Toda empresa do setor privado tem espaço para capacitação, mas, no setor público, isso ainda caminha a passos lentos. O tempo de mandato é curto, as agendas são lotadas, os recursos financeiros escassos”.

Para ela, essas viagens possibilitam que o governo aprenda a inovar. “A forma que o Consad encontrou, além do seu poder de articulação, foi trazer a experiên-



**VISITAS TÉCNICAS AOS EUA,  
CANADÁ E AUSTRÁLIA SERVIRAM DE  
INSPIRAÇÃO PARA O SECRETÁRIOS**







**DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO:**  
“PRECISAMOS DEIXAR DE TRATAR A  
GESTÃO PÚBLICA DE FORMA ISOLADA”

cia de fora para dentro, realizando missões técnicas importantes. Aprender com os acertos e os erros dos outros é parte fundamental do processo de aprendizagem”, frisou Ferrer, que espera realizar novas missões, sobretudo com pautas que prezem o atendimento ao cidadão.

### VISÃO DE FUTURO

A constituição de **Grupos de trabalho** temáticos é outra estratégia para tornar o Conselho um fórum do qual os gestores possam extrair ideias concretas e mais pragmáticas para o aperfeiçoamento da gestão pública, nos estados. A outra é o chamado **Banco do Conhecimento**, plataforma *on-line* que reúne estudos sobre a administração pública apresentados nos eventos da entidade.

Ao olhar para o futuro, o Consad tem dois desafios. O primeiro é a aproximação com a sociedade civil. “Embora os fóruns tenham parcerias com organizações da sociedade civil, a atuação deles permanece distante

da comunidade”, afirma Fernando Abrúcio e Hironibu Sano, no artigo que analisa o papel do Conselho, na modernização da gestão pública.

Os especialistas da FGV também apontam a necessidade de articulação do Consad com outros conselhos. “Um avanço nessa direção foi a parceria com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (Conseplan)”, além da aproximação com o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) – encontro que teve a segunda edição em 2015. A entidade também retomou o contato com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e com o Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev).

A riqueza dos debates e o intercâmbio de experiências foram reforçados pela criação de Grupos de Trabalho que discutem temas de grande complexidade e envolvem técnicos de diferentes estados.

Alice Viana afirmou que, hoje, é praticamente impossível estabelecer uma agenda que contemple debates sobre a gestão pública brasileira sem a inclusão do Consad. Toda a credibilidade da entidade foi conquistada graças à qualidade da gestão, em cada mandato presidencial do Conselho, e dos secretários da Administração que fizeram e fazem parte da sua história, nesses 15 anos.

“É dessa forma que queremos continuar avançando. Queremos uma cooperação entre os gestores e os governos para lançar um olhar sobre o que funciona em um Estado e como pode ser aplicado em outro. Até porque temos muito claro que o interesse que prevalece é o público, o da sociedade, em termos de prestação de serviços e de desenvolvimento de políticas públicas. Não defendemos uma cor partidária específica e é, com esse olhar, que visualizamos os próximos 15 anos”, comentou a atual presidente do Consad. ♦

“Aprender com os acertos e os erros dos outros é parte fundamental do processo de aprendizagem”

*Florencia Ferrer*

### PONTO DE VISTA

## ALICE VIANA

*Há um ano à frente do Consad, a secretária de Estado da Administração do Pará, Alice Viana, fez um balanço da atual gestão do Conselho e comentou quais assuntos estão sendo discutidos pelo colegiado para a construção de uma agenda política forte, em busca da melhoria da gestão pública do País. Para ela, o cidadão é o grande financiador do Estado e está sedento por melhorias.*



**Na posse dos novos membros do Consad, em janeiro de 2015, a senhora destacou a responsabilidade de o colegiado fortalecer a gestão pública no País. Um ano depois, qual balanço pode ser feito?**

O Consad sempre foi muito ativo no fomento ao desenvolvimento da gestão pública. É uma instituição reconhecida, com instrumentos consolidados que permitem materializar essa forma de atuação, por meio da ação articulada dos estados, além do Congresso Consad de Gestão Pública, que, em 2016, chega à 9ª edição e reúne as melhores práticas de gestão do País. Um dos destaques de 2015 foi a retomada de parcerias importantes, como a do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para estruturar o Programa de Fortalecimento da Rede de Compras Pública. Realizamos, em novembro, a 2ª edição do Fórum Nacional, em conjunto com o Conseplan e o Confaz. Também devo citar o novo planejamento estratégico da entidade, com ações de inovação da própria gestão do Consad, para dar meio e visibilidade às práticas de gestão estaduais.

**Interagir com diferentes esferas de governo é uma característica do Consad. Por que a entidade tomou para si o debate sobre gestão pública?**

A ação articulada é fundamental para que possamos reivindicar, junto ao Congresso Nacional, os assuntos que estão na pauta do dia da gestão. O Consad insiste no debate saudável, com o objetivo de criar uma agenda propositiva que restabeleça o equilíbrio fiscal e financeiro dos estados.

**O Conselho é formado por secretários de diferentes partidos políticos. Essa pluralidade ajuda a tornar os debates, as ações e os projetos ainda mais ricos?**

Costumo dizer que o Consad é suprapartidário, ou seja, está acima dos interesses de qualquer partido político. O interesse que prevalece é o público, o da sociedade, em termos de prestação de serviços e de desenvolvimento de políticas públicas.

**Em sua opinião, quais os principais desafios da gestão pública brasileira?**

Novas formas de gestão e de governança, para fazermos melhores entregas à população. A crise é um momento difícil, mas também uma oportunidade para exercitarmos práticas e medidas para otimizar o gasto público. Precisamos encarar o cenário de forma que possamos transformar boas práticas em políticas de Estado. Os cidadãos estão sedentos por qualidade nos serviços de saúde, de educação, de infraestrutura e de segurança.

**De que forma a atuação do Consad pode ajudar?**

O Conselho é um espaço de cooperação das 27 unidades da Federação, que compartilham experiências de gestão e de intercâmbio de conhecimento. Podemos trocar *expertises* se algum serviço ou produto foi adquirido, de que forma foi implantado e utilizado. É uma troca rica porque ainda ajuda a reduzir custos. Lançamos um olhar sobre como funcionou em um Estado e como pode ser aplicado em outro. Acredito que cooperação é a palavra que melhor define o Consad. ♦



EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19/98

Conhecida como Reforma Administrativa, foi apresentada ao Legislativo em 23 de agosto de 1995, por meio da Mensagem Presidencial nº 886 sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e de finanças públicas e custeio de atividades, a cargo do Distrito Federal. Para muitos especialistas, ela foi de grande contribuição para a modernização e o controle de gastos públicos até hoje, em especial para o regime jurídico dos servidores públicos.



COMPRAS PÚBLICAS

O Consad possui acordo de cooperação com o Sebrae para o Programa de Estímulo Compras Governamentais ([programaestimulo.com.br](http://programaestimulo.com.br)) pelos pequenos negócios. O gerente de Políticas Públicas do Sebrae Nacional, Bruno Quick, comentou que, aos poucos, os estados geram espaço para discussão de temas, como treinamento, qualificação e ajustes normativos necessários para tornar a contratação dessas empresas em prática comum nas administrações estaduais. “Há pontos fundamentais que são tratados para permitir a montagem de licitações que respeitem as características locais e regionais dos estados. No caso das MPEs, o Consad é um parceiro direto, no estímulo e no incentivo desse processo”, justificou Quick.



PRÓPRIAS REFORMAS

O Consad procurou, nesses 15 anos, dar sequência às reformas iniciadas no plano federal, nos anos 90, e que procuraram redistribuir os papéis entre os entes federados, descentralizando a produção de serviços para estados e municípios, conservando as atribuições relativas à elaboração de políticas públicas e a regulação de serviços públicos. Essa transformação impôs aos estados e ao DF a busca de maior qualificação de seus servidores, métodos e tecnologias para que se desse um salto de produtividade, permitindo, principalmente, a ampliação e a diversificação dos serviços disponíveis à população e necessários à competitividade do Brasil, em um mundo globalizado.



BANCO DO CONHECIMENTO

Os congressos que o Consad realiza já são considerados referência nacional. Os encontros são uma oportunidade de atualização, de intercâmbio e de formação de redes que acelera o processo de disseminação da inovação no País. Na 7ª edição do evento, foi lançado o Banco do Conhecimento ([banco.consad.org.br](http://banco.consad.org.br)), um acervo documental administrado pela própria entidade, que permite acesso a mais de 1.000 trabalhos científicos. Foi desenvolvido pela Fundação João Pinheiro, com o patrocínio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).



GRUPOS DE TRABALHO

O Conselho já teve o GT Agenda Comum (GTAC), que tratou da gestão de pessoas, tecnologia da informação, orçamento público e gestão patrimonial. Teve também o GT Saúde do Servidor, que disseminou programas alusivos às políticas de atenção à saúde do servidor. Atualmente, conta com o GT que analisa o Piso Salarial do Magistério, além do que estuda a questão da previdência e o de Comunicação, que reúne assessores de imprensa de todas as secretarias.



PNAGE

O Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que mantém relações próximas com o Consad há mais de 12 anos. Além desse projeto, o BID desenvolveu estudos de capacitação executados pela Fundação João Pinheiro e financiou pesquisas e visitas técnicas a outros países, no contexto da preparação da Agenda da Gestão Pública, lançada em 2013. Sempre apoia os eventos da entidade, com a participação de conceituados especialistas internacionais.



**MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO CONSAD**

HÁ 15 ANOS, O CONSAD INTERAGE COM DIVERSOS ATORES DA SOCIEDADE, SUGERE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROMOVE RELAÇÕES SOCIAIS MAIS JUSTAS E IGUALITÁRIAS BASEADAS NA EFICIÊNCIA. ALGUMAS DESSAS AÇÕES, PROJETOS, DISCUSSÕES E PARCERIAS MARCARAM A HISTÓRIA DO CONSELHO E AJUDARAM A FORTALECER A GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL. CONFIRA!



**BRUNO DANTAS**

MINISTRO DO  
TRIBUNAL DE  
CONTAS DA UNIÃO

FOTOS: BRUNO SPADIN/TCU E GIL FERREIRA/AGÊNCIA CNJ

# JUIZ DAS CONTAS

Qual avaliação o senhor faz sobre a qualidade da gestão pública no Brasil?

**BRUNO DANTAS:** Embora seja inegável que a qualidade da gestão pública no Brasil vem avançando nas últimas décadas, a triste realidade é que essa evolução tem sido mais lenta do que precisamos e, o que é mais grave, concentrada em algumas poucas “ilhas” de boa governança na União e em alguns estados. Os municípios, infelizmente, salvo honrosas exceções, não têm acompanhado esse desenvolvimento. A fundação da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em 1986, e a criação da carreira de gestor governamental, em 1989, foram marcos importantes na esfera federal, mas não tenho dúvida que a verdadeira revolução da administração pública brasileira deu-se com a universalização da regra do concurso público, na Constituição de 1988. De lá para cá, pode-se afirmar que há um processo contínuo de indução à profissionalização da gestão pública pelos órgãos de controle, como os tribunais de contas, e o Estado vem dando respostas, ainda que isso não ocorra na velocidade que desejaríamos. Atualmente, o TCU tem investido muito no aperfeiçoamento da governança pública, fixando métodos que permitam medir a eficácia das políticas públicas. Trata-se de um controle mais sofisticado, que não mira apenas a legalidade, mas sim a eficiência.

Existe uma falha entre a demanda social e a capacidade real do Estado em atendê-la. Como o modelo de gestão pública voltado para resultados pode ser a solução para esse problema?

**BRUNO DANTAS:** A gestão pública voltada para resultados é o futuro. Quando falo em fiscalização e em controle voltados para a eficiência, e não apenas para a legalidade, é a isso que me refiro. Evidentemente que há áreas da atuação governamental mais e menos vocacionadas a serem observadas por esse prisma, mas acredito que ainda há um enorme espaço para o crescimento dos métodos de aferição de resultados na esfera pública.

Como motivar o gestor público? Falta um plano de carreira?

**BRUNO DANTAS:** O regime jurídico do nosso funcionalismo público é arcaico. Ele nivela os servidores por baixo, estimula a acomodação e pune o esforço. Afinal, que estímulo um servidor público tem para realizar tarefas além de suas atribuições normais? Ele não pode, dentro da lei, receber adicional financeiro ou “folga” do serviço. Se permanecer duas ou três horas a mais e trabalhar em dobro, receberá rigorosamente a mesma coisa que aquele colega que cumpriu à risca sua atribuição individual. No setor privado, a disposição e a vontade de contribuir são recompensadas com aumentos salariais, “folgas” e promoções. No setor público, de modo geral, a progressão funcional é baseada exclusivamente no tempo de serviço. Isso significa que os bons e os maus servidores serão promovidos indistintamente ao longo

“O regime jurídico do nosso funcionalismo público é arcaico. Ele nivela os servidores por baixo, estimula a acomodação e pune o esforço”





dos anos. Atingir o “final da carreira” é uma questão de tempo e, não, de mérito. Evidentemente que isso é injusto! Na ausência de uma política de recursos humanos que crie os incentivos corretos, a motivação das equipes depende do talento individual de cada gestor. Claro que planos de carreira ajudam, mas, enquanto essa lógica que mencionei não for rompida, estaremos apenas aumentando as doses de um remédio que, já se sabe, não resolverá a doença.

Uma das principais dificuldades dos governos é o comprometimento do orçamento com a folha de pagamento. Como resolver esse impasse da área de Recursos Humanos?

**BRUNO DANTAS:** Esse é um problema insolúvel no curto prazo, pois, em geral, os servidores públicos possuem estabilidade. Penso que a nova legislação que ampliou para 75 anos a idade de aposentadoria compulsória dá algum alívio, pois não obriga um servidor que esteja em condições de permanecer na ativa a se desligar, deixando uma lacuna que deverá ser preenchida por concurso público e duplicando o gasto com pessoal. A verdade é que, por falta de planejamento, muitos órgãos desconhecem a sua lotação ideal, ocasionando desperdícios. Creio que o primeiro passo deveria ser distribuir adequadamente a força de trabalho hoje

existente entre os diversos órgãos e só, então, pensar em preenchimento por concurso público. Mas reconheço que trocar o pneu com o carro em movimento é muito difícil. Há necessidades prementes que não podem esperar um plano dessa envergadura.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aprovada no governo Fernando Henrique Cardoso, é considerada um marco na gestão pública brasileira. Qual é a avaliação que o senhor faz desses 15 anos de aplicação da Lei?

**BRUNO DANTAS:** A LRF é um marco civilizatório da gestão fiscal no Brasil. Os mais jovens não devem recordar-se, mas, antes da aprovação dessa lei, eram frequentes bombas fiscais deixadas no final do mandato do governante cujo grupo político havia sido derrotado nas eleições, com o intuito de inviabilizar a gestão do adversário que assumiria meses depois. A LRF trouxe regras que permitem a imputação pessoal dos gestores, elevando a boa gestão fiscal a um valor a ser perseguido, e não algo etéreo que impactava apenas os debates dos economistas. Em suma, a LRF reduziu o espaço do populismo irresponsável que dilacerava as contas nacionais nas três esferas federativas. Com balizas fiscais estreitas, o sucesso das administrações federal, estadual e municipal passou a depender de eficiência: fazer mais com menos.

“A LRF trouxe regras que permitem a imputação pessoal dos gestores, elevando a boa gestão fiscal a um valor a ser perseguido”

Apesar dos avanços com a criação da LRF, estados e municípios ainda têm dificuldades de fechar suas contas. A lei precisa readequar-se à realidade dos estados ou os governos precisam planejar melhor seus gastos?

**BRUNO DANTAS:** O maior problema dos estados e municípios, a meu ver, é o nosso federalismo fiscal. Não creio que o problema esteja na LRF, mas, sim, na partilha das receitas. Obviamente, enquanto uma grande reforma tributária não vem, é preciso planejar muito e executar com competência para dar boa destinação aos poucos recursos públicos que são reservados a esses entes federativos.

O TCU viveu grande protagonismo ao rejeitar, em decisão unânime, as contas da presidente Dilma Rousseff, relativas ao ano de 2014. Na avaliação do senhor, quais foram as principais distorções detectadas?

**BRUNO DANTAS:** Na realidade, embora poucos saibam, a apreciação das contas de 2013 já havia revelado distorções graves e o parecer recomendando a aprovação com ressalvas só foi votado, pelo Plenário do TCU, depois que o Governo Federal assumiu uma série de compromissos. Em 2014, a Corte deparou-se com um dilema: o que fazer diante da gravidade das infrações e do gigantesco volume de recursos contabilizados em afronta à LRF? Cheguei a dizer, muitas vezes, que, em 99% dos casos de sua competência, o TCU atua como juiz das contas dos gestores; mas, no caso do Presidente da República, nosso papel é de perito. Portanto, não nos cabia examinar se as chamadas “pedaladas fiscais” ocorreram por dolo ou culpa, se por imprudência ou imperícia, se por um motivo torpe ou um motivo nobre. Como peritos, nós apenas auditamos o balanço e apontamos fatos, sem valorá-los. Cabe ao Congresso Nacional esse juízo de valor, e temos absoluta consciência do papel de cada um. Muitas vezes, insurgi-me contra o argumento da Advocacia Geral da União de que o estado

X ou o município Y também cometiam a mesma infração, pois esse é um fundamento de natureza política que estava sendo apresentado a uma instância técnica.

Tramita no Congresso Nacional uma série de projetos que impactam diretamente no orçamento dos estados sem que eles sejam ouvidos. Muitos, inclusive, não têm capacidade de arcar com os novos custos. Como resolver essa falta de comunicação com o Legislativo?

**BRUNO DANTAS:** Infelizmente, vivemos, no Brasil, uma espécie de “gincana legislativa”, e a própria imprensa incentiva esse fenômeno. Encaro com perplexidade notícias que enaltecem o deputado A ou o senador B, por terem apresentado um grande número de projetos, e denigrem o parlamentar C, por ter apresentado poucos, como se a representação parlamentar pudesse ser medida por esse critério. Penso que ainda falta no Brasil algo que vem ganhando espaço em outros países, que é a avaliação de impacto legislativo. Além disso, acredito que ainda é pouco observada a regra da LRF que impõe que qualquer proposta que crie despesa deve apresentar obrigatoriamente a respectiva fonte de financiamento.

O Consad completou 15 anos. Na opinião do senhor, como uma entidade do porte do Conselho pode ajudar no fortalecimento da gestão pública?

**BRUNO DANTAS:** O Brasil é formado por muitos “brasis”, mas isso não pode ser empecilho para que aprendamos com experiências bem-sucedidas em outros pontos do território nacional. Enxergo o Consad como fórum qualificadíssimo de compartilhamento de preocupações e de reflexão coletiva para a identificação de problemas comuns. De fato, é auspicioso ver altos dirigentes da administração estadual reunirem-se periodicamente para debater e aprender uns com os outros, favorecendo o intercâmbio de ações exitosas. ♦





**IBADE – INSTITUTO BRASILEIRO DE  
APOIO E DESENVOLVIMENTO EXECUTIVO**



**O INSTITUTO é formado por uma equipe com mais de trinta anos de expertise em Serviço Público, sobretudo no planejamento, organização e execução de Processos Seletivos e Concursos Públicos.**

**[www.ibade.org.br](http://www.ibade.org.br)  
Tel.: 2722-1815**

**zetra** 15  
ANOS



**UTILIZE AS NOSSAS SOLUÇÕES SEGURAS E SEM CUSTO PARA O SEU RH**

Com 15 anos, a Zetra é uma empresa de tecnologia que fornece sistemas de gestão inovadores de excelência para a área de Recursos Humanos. São mais de 200 clientes gestores de RH vinculados a empresas públicas e privadas de todos os portes. Única do Segmento com certificação ISO 27001, que garante a segurança das informações. Outro diferencial da Zetra está na certificação ISO 9001, norma internacional que define as melhores práticas de gestão da empresa e a busca contínua pela qualidade dos processos, produtos e serviços.



#### **POR QUE ESCOLHER O ECONSIG?**


- Sistema de gestão líder no mercado de crédito consignado
- Totalmente gratuito para empresas públicas e privadas
- Relatórios analíticos e inteligentes para o gestor de RH
- Acesso personalizado para os bancos, a empresa e o colaborador
- Cálculos da margem consignável, simulação de empréstimos, extratos e ranking de taxas de vários bancos
- Recursos antifraude



#### **POR QUE ESCOLHER O ZOOM.RH?**

- Tecnologia que auxilia o gestor no acompanhamento de despesas com pessoal
- Aliado no cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal
- Reduz as chances de erros operacionais
- Relatórios gerenciais em planilhas, gráficos e textos explicativos
- Informações totalmente seguras com senha de acesso

#### **CONTATOS COMERCIAIS**

 (11) 5181 7095

 [comercial@zetrasoft.com.br](mailto:comercial@zetrasoft.com.br)

**ZETRA**.com.br

#### **CONHEÇA AS DEMAIS SOLUÇÕES ZETRA**



Para acessar a página e saber mais da Zetra, use o leitor de QR Code do seu celular ou visite [www.zetrasoft.com.br](http://www.zetrasoft.com.br)



# SETOR PÚBLICO NO LIMITE DOS GASTOS

**RECESSÃO ECONÔMICA VIVIDA NO PAÍS AGRAVA ENDIVIDAMENTO DOS ESTADOS BRASILEIROS. ESPECIALISTAS DEFENDEM REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O AJUSTE DAS CONTAS PÚBLICAS**

TEXTO: SUZANA LEITE  
FOTOS: JOSÉ GOMERCINDO/ANPR E SHUTTERSTOCK

A situação fiscal dos estados brasileiros é crítica. Dados do Tesouro Nacional revelam que, até o quarto bimestre de 2015, 66% do gasto público com despesas primárias são com pessoal. O custo com a folha de pagamento cresce ainda mais quando considerado o custeio estadual, no qual estão inseridos benefícios como o auxílio transporte.

A equação simples eleva para, pelo menos, 75% da despesa dos estados o comprometimento com o funcionalismo público, tendo, por consequência, o atraso no pagamento de servidores e o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Para a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) e secretária de Estado da Administração do Pará, Alice Viana, “os estados passam por um momento de extrema dificuldade”. Segundo ela, a situação fiscal e financeira agravou-se com o duro momento de recessão econômica vivido pelo País, o que impacta diretamente as contas estaduais.

De acordo com o Boletim Focus, do Banco Central, a retração prevista para o Brasil, em 2015, é de 3,71% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), passou dos 10% no ano.

“Portanto, medidas urgentes precisam ser adotadas para que o País retome o crescimento, com um projeto de desenvolvimento nacional que viabilize não só o retorno da credibilidade, mas a recuperação efetiva do setor produtivo, que, de fato, agrega valor à economia do Estado e traz, consequentemente, a geração de emprego e de renda para o Brasil”, alertou a presidente do Consad.

Alice Viana reiterou que recuperar a confiança do empresariado brasileiro é essencial para que eles retomem a intenção de investir. “Isso significa melhoria sensível na receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e dos impostos que são cobrados e que constituem a receita própria dos estados”.

Na opinião do professor de mestrado do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), José Roberto Afonso, o cenário da macroeconomia é o mais sombrio possível. “Isso contaminará também as finanças estaduais”, afirmou.

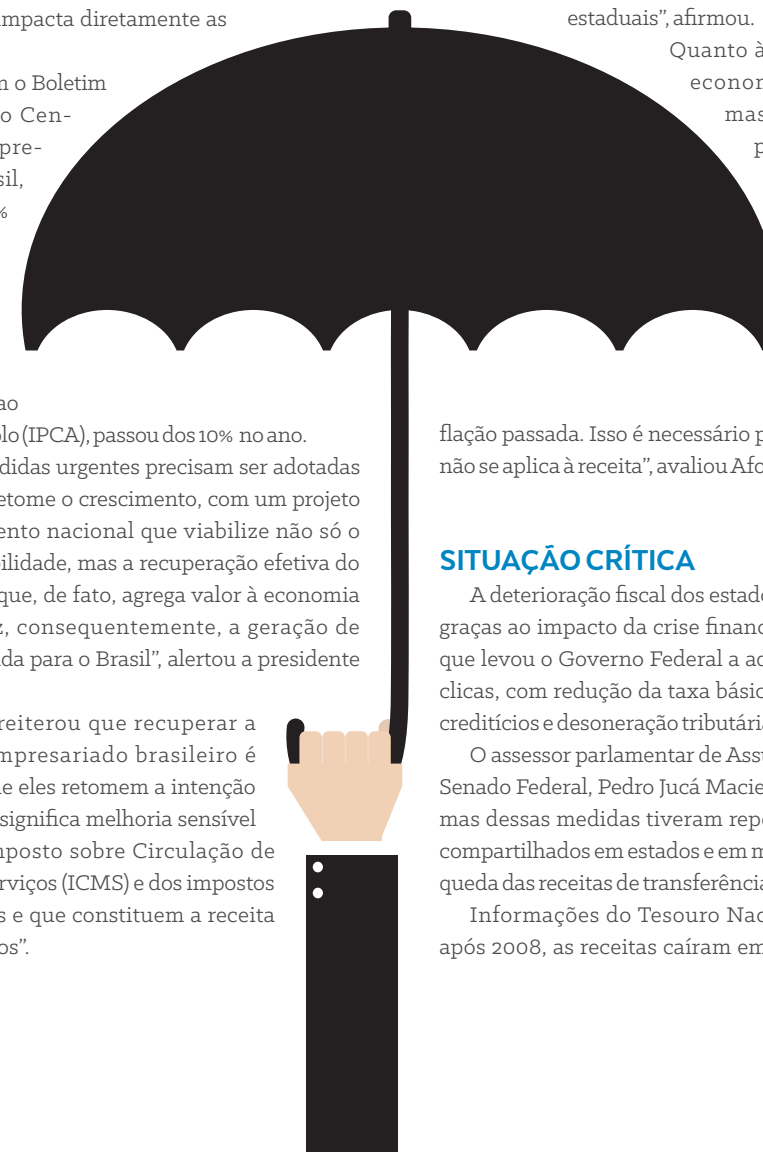
Quanto à folha de pessoal, o economista propõe reformas institucionais importantes, incluindo mudanças constitucionais. “É indispensável acabar com vinculações de salários entre carreiras e para majoração automática pela inflação passada. Isso é necessário porque a mesma regra não se aplica à receita”, avaliou Afonso.

## SITUAÇÃO CRÍTICA

A deterioração fiscal dos estados ocorre desde 2008, graças ao impacto da crise financeira internacional, o que levou o Governo Federal a adotar medidas anticíclicas, com redução da taxa básica de juros, estímulos creditícios e desoneração tributária.

O assessor parlamentar de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Pedro Jucá Maciel, explicou que “algumas dessas medidas tiveram repercussão em tributos compartilhados em estados e em municípios, ocorrendo queda das receitas de transferência da União”.

Informações do Tesouro Nacional mostram que, após 2008, as receitas caíram em proporção ao PIB –





saindo de 13%, no referido ano, para 12%, em 2014. Já as despesas tiveram trajetória ascendente: de 12% para 12,8%, na mesma base de comparação. “A partir de 2008, houve queda das receitas de transferência – de 3,3% para 2,8% –, em função das desonerações concedidas pelo Governo Federal, e relativa estabilidade das receitas tributárias – de 9,7% para 9,9%”, disse Jucá.

É, também, após o ano de 2008, que se observa forte crescimento de despesas de pessoal, passando de 6% para 6,7%, em 2014. O assessor parlamentar analisou que essa elevação é resultado do relaxamento dos estados, fruto de autorizações do Governo Federal para as operações de crédito.

De 2002 até 2011, essas receitas representavam 0,1% e 0,2% do PIB. A partir de 2012, elas triplicaram de valor, alcançando 0,7%, em 2013. Quando acontece a elevação do endividamento dos estados, cai a sua capacidade de investimento com recursos próprios.

Igual comparação mostra queda nos investimentos do PIB – de 1,3% para 0,7%. “Percebe-se, portanto, que essas autorizações de crédito, muitas delas em caráter excepcional, ampliaram o espaço financeiro dos governadores. Porém, eles as utilizaram não para investimento, mas para ampliar as despesas de pessoal”, enfatizou Jucá.

O aumento das receitas líquidas com a folha de pagamento e a diminuição da capacidade de investimento estadual refletem na prestação de má qualidade de serviços públicos básicos, como educação, saneamento, saúde e segurança, sem contar a manutenção de estradas e vias urbanas e a preservação do patrimônio público.

ESFORÇO FISCAL

A LRF completou 15 anos em maio de 2015. Ela regulamenta a Constituição Federal ao estabelecer as normas gerais de finanças públicas a serem observadas pelos governos federal, estadual e municipal. Em outras palavras, busca garantir maior controle das contas, com mecanismos de fiscalização e de transparência.

O principal objetivo da lei é proibir que sejam feitas despesas sem receita correspondente para atendê-las. O texto também estipula limites de gasto com pessoal, procedimentos a serem adotados para o aumento de despesas e iniciativas que devem ser tomadas ao contratar crédito – inclusive antecipação de receita orçamentária. “É uma lei que estimula um bom planejamento”, frisou o economista José Roberto Afonso.

Em setembro de 2015, o Governo de Brasília apresentou relatório de gestão fiscal, referente ao segundo



quadrimestre do ano. Na oportunidade, a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal informou que o gasto com remuneração de servidores havia atingido 50,8% da receita corrente líquida, quando o tolerável pela LRF é de 49%.

Na ocasião, foi divulgado que “o crescimento da folha de pessoal, desde o início do ano, somado a frustrações de receitas, levou o Governo de Brasília a ultrapassar o limite máximo de comprometimento da receita corrente líquida com salários”. A preocupação era quanto ao descumprimento da LRF, que trava algumas ações na máquina pública.

As punições da lei são mais severas quando os 49% do limite máximo são ultrapassados. Nesse caso, a administração pública fica impedida de contratar operações de crédito, como fechar financiamentos com instituições financeiras e receber transferências voluntárias.

“É indispensável acabar com vinculações de salários entre carreiras e para majoração automática pela inflação passada.”

José Roberto Afonso

Outra proibição é obter garantias de outro ente, como a União, que pode deixar de avalizar operações de crédito externas entre o Estado e instituições financeiras internacionais.

PERSPECTIVAS DIFERENTES

Quase metade dos estados ampliou as despesas com pessoal acima da inflação, até o quarto bimestre de 2015, conforme dados do Tesouro. Os gastos com pessoal, em Tocantins, por exemplo, cresceram 29%, frente ao mes-

mo período de 2014. Mato Grosso do Sul registrou 25% de aumento, enquanto a Bahia, 23%.

A grave situação fiscal e financeira também levou o governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, a pedir, em reunião com o então Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, realizada no início de dezembro, a renegociação dos seus débitos com a União. Segundo Pezão, o Estado do Rio teria de pagar, em 2015, quase R\$ 8 bilhões de serviço da dívida.

Em entrevista, o governador comentou que entendia a “grande dificuldade que o Tesouro está passando”,

NO LIMITE DOS GASTOS

A Lei de Responsabilidade Fiscal (ou Lei Complementar nº 101), foi sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e entrou em vigor no dia 5 de maio de 2000. Impõe o controle dos gastos da União, Distrito Federal, estados e municípios, condicionado à sua capacidade de arrecadação de tributos. As finanças são avaliadas trienalmente pelo Tribunal de Contas.

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe:

- ação planejada e transparente;
- prevenção de riscos e correções de desvios que afetam o equilíbrio das contas públicas;
- cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas;
- obediência a limites e condições no que diz respeito à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social, dívida consolidada e mobiliária, operação de crédito, concessão de garantias e inscrição em restos a pagar.



44,1% - ALERTA

O patamar é considerado perigoso, mas não há sanções caso seja ultrapassado

46,55% - PRUDENCIAL

Se ultrapassado, impede o Estado de criar cargos e reajustar salários

49% - MÁXIMO

Nesse estágio, o Estado pode demitir até servidores estáveis

## IMPACTO NOS ESTADOS

### PEC 84/2015

Acrescenta o § 6º ao art. 167 da Constituição Federal para proibir a criação, por lei, de encargo financeiro aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, decorrente da prestação de serviços públicos, sem a previsão da correspondente transferência de recursos financeiros necessários ao seu custeio. O texto já foi aprovado no Senado e remetido à Câmara.

### PLC 186/2015

Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País. É um projeto da Câmara, que prevê a repatriação de R\$ 150 bilhões ao Tesouro Nacional. Foi aprovado, em dezembro, pelo Senado e sancionado, em janeiro, pela presidente Dilma Rousseff.

### PLS 710/2011

Assegura o direito de greve aos servidores públicos da administração pública direta, autárquica ou fundacional, dos poderes da União, dos estados, do DF e dos municípios. Estipula percentual mínimo de servidores para assegurar a continuidade da prestação de atividades indispensáveis ao cidadão. Veda a greve aos membros das Forças Armadas e aos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. É um projeto de lei do Senado.

com as agências de risco analisando os números, mas a renegociação da dívida é um pedido de todos os estados. “Com 13 folhas de salário, e este ano atípico, é um pleito que a gente possa jogar para a frente e mostrar a dificuldade que os estados estão enfrentando. Precisamos colocar a máquina para rodar. Temos obras para fazer, para continuar”, finalizou.

Em contrapartida, mesmo diante desse cenário desafiador, o Governo do Paraná comemora os resultados do duro e necessário ajuste fiscal. Em um primeiro momento, o governo local realizou ajuste tributário, mediante a equação das alíquotas do ICMS e do IPVA ao patamar verificado nos demais estados.

Com as medidas aprovadas pela Assembleia Legislativa, de janeiro a novembro, o Estado repassou aos municípios mais de R\$ 7 bilhões, a título de transferência dos tributos – valor 17,6% superior aos repasses verificados em igual período de 2014.

Outra importante medida que desonerou o Poder Executivo local em R\$ 121 milhões por mês foi a segregação de massas no sistema previdenciário – com transferência de 31 mil aposentados e pensionistas para o Fundo de Previdência administrado pelo serviço social autônomo Paraná Previdência. Antes, eles estavam no Fundo Financeiro, suportado pelo Tesouro Estadual.

O esforço fiscal contou, ainda, com o fechamento de cinco secretarias e a extinção de 1.000 cargos comissionados. Além disso, foi determinada a contenção de recursos às demais secretarias, resultando na soma de R\$ 4,4 bilhões contingenciados.

A vice-presidente do Consad e secretária de Estado da Administração e da Previdência do Paraná, Dinorah Nogara, informou que o “governador Beto Richa pagou um preço muito caro, de impopularidade, por essas e outras medidas, que chamo de estadistas. Sei que foi um ano duro para o Paraná, mas me orgulho de poder dizer que encerramos 2015 como a quarta maior economia do País”. Ela reiterou que o trabalho de ajuste fiscal “possibilitará que o governo invista R\$ 6,8 bilhões em 2016”.

### MUDANÇAS NA LEI

Os economistas Mansueto Almeida Junior, Marcos de Barros Lisboa e Samuel Pessoa avaliaram, no artigo “O ajuste inevitável”, que “a crise é mais profunda e requer ajuste mais severo e estrutural. Medidas de aumento da receita para viabilizar um maior superávit primário, neste ano, são insuficientes para superar os graves desafios enfrentados pelo País e apenas adiam o enfrentamento dos problemas, que se tornam ainda mais graves com o tempo”. ♦



## Escola Brasil INSTITUTO PROTEGE

*Soluções inovadoras para uma gestão pública eficiente*

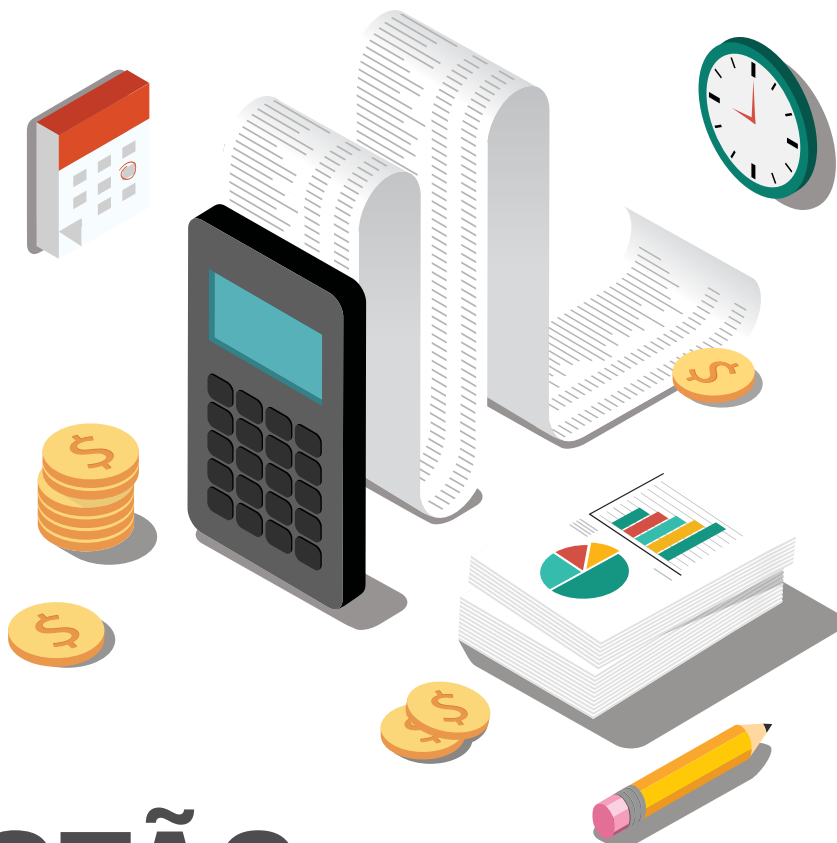
### Nossas áreas de atuação:

- Diagnóstico e implementação de práticas de *compliance* em conformidade com a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013);
- Acompanhamento e auditoria em prestação de contas de convênios públicos;
- Assessoria jurídica, técnica e econômica em Parcerias Público Privadas;
- Elaboração de manuais de procedimentos afetos à Gestão Pública;
- Regulamentação de procedimentos complementares a Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 8.666/93, com a capacitação dos agentes envolvidos;
- Assessoria e consultoria em temas de Direito Público.

SAIBA MAIS EM:

[www.institutoprotege.com.br](http://www.institutoprotege.com.br)  
(61) 3548.0040 / 3548.0041





# QUESTÃO PREVIDENCIÁRIA

A previdência do servidor público, inicialmente operada por diversos entes da Federação, sem uniformidade ou proteção de seus recursos, foi reformulada pela Lei nº 9.717, de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

À disciplina dessa lei, somaram-se as Emendas Constitucionais nº 20, de 1998, e nº 41, de 2003, que assentaram o caráter contributivo e o equilíbrio financeiro e atuarial como pilares da estruturação dos RPPS, e a Lei Complementar nº 101, de 2000, cujas normas de finanças públicas também voltaram-se para garantir a preservação dos recursos previdenciários. Imprimiu-se, assim, novo marco para os RPPS, com imediata repercussão na gestão dos recursos vinculados aos compromissos com os benefícios previdenciários.

Os critérios que ditam a estruturação dos RPPS previstos na lei geral compreendem a organização baseada

em normas de atuária e de contabilidade, a realização de reavaliações atuariais anuais para revisão do plano de custeio, a destinação de recursos exclusivamente para pagamento dos benefícios e das despesas com sua administração, o financiamento por meio de recursos e contribuições do ente e dos segurados, a separação dos recursos em contas distintas, as diretrizes para aplicação dos recursos e a limitação do plano de benefícios e das regras de concessão. Prevê, também, a transparência das informações relativas à sua gestão e à participação de representantes dos segurados nos colegiados e nas instâncias de decisão, em que os seus interesses sejam objeto de discussão e de deliberação.

Em caso de descumprimento, prevê, como sanções aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, a suspensão das transferências voluntárias de recursos pela União; o impedimento para celebrar acordos, contratos, convênios, bem como para receber subvenções, empréstimos e financiamentos da União e de instituições financeiras federais; e a suspensão dos valores relativos à compensação financeira entre os regimes. Excetuam-se

dessas restrições as ações de educação, saúde e assistência social.

Os critérios previstos na lei geral constituem normas basilares para a gestão dos RPPS, que pressupõem a adoção de um conjunto de regras e de padrões, para que os procedimentos relativos ao financiamento e à execução dos planos assegurem os fins a que se destinam: a prestação do serviço público de previdência social, com transparência, responsabilidade e segurança, atendendo aos princípios da eficiência e da economicidade para a formação das reservas necessárias.

Para tanto, sistematizou-se o acompanhamento dos riscos da gestão dos RPPS, cujo principal pilar é o da regularidade, ou seja, a adequação a padrões de conformidade dos processos integrados da gestão dos ativos e dos passivos previdenciários, por meio do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP). Ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, a lei geral atribuiu a competência relativa aos RPPS, para orientá-los, supervisioná-los e acompanhá-los, visando a garantir o seu cumprimento e a estabelecer e a publicar os parâmetros e as diretrizes relativos às regras gerais nela previstos.

Esses parâmetros visam a dar uniformidade aos RPPS, mantidos por cerca de 2.080 entes federativos, responsáveis pela cobertura a mais de 9,7 milhões de servidores, aposentados e pensionistas. Além da União, todos os estados e o Distrito Federal e, atualmente, mais de 2.050 municípios possuem RPPS (37% do total).

O CRP introduziu, na administração pública, conceitos e princípios de gestão que possibilitam a aplicação de técnicas de análise e de controle dos passivos e dos ativos do regime previdenciário, na visão transversal e sistêmica requerida em função das diversas variáveis que condicionam uma boa gestão. Assim, esse certificado foi modulado em critérios autônomos de verificação previstos na lei geral, cujos alcances foram definidos por parâmetros mensuráveis, consolidados no Extrato Previdenciário (disponível na internet), que cobrem os riscos legais, operacionais e atuariais relacionados à gestão dos RPPS.

O cumprimento dos critérios para obtenção do CRP solidifica a base para o alcance da sustentabilidade dos RPPS. Contudo, identifica-se que expressivo percentual

A União, os estados, o Distrito Federal e mais de 2.050 municípios possuem RPPS.

de entes que possuem RPPS encontra-se sem CRP (37,8% do total), além de que 12,7% obtiveram o certificado por decisão judicial. Como expressiva parcela dos orçamentos públicos é destinada à previdência dos seus servidores, os entes que não cumprem com os requisitos de organização de seus RPPS tendem a possuir contas públicas menos equilibradas, afetando a sua gestão como um todo, devido à capacidade econômico-financeira necessária para as demais políticas públicas.

Por outro lado, sem CRP, ficam impedidos do repasse de transferências voluntárias e da celebração de convênios e de financiamentos federais, assim, além de o não cumprimento das normas de gestão previdenciária afetar a execução das demais políticas públicas, esta também é impactada pela restrição no financiamento dos programas vinculados às estas políticas essenciais para o desenvolvimento social e econômico desses entes, prejudicando as populações locais.

É de suma importância que a sociedade aprofunde o seu conhecimento sobre a previdência do servidor público e participe efetivamente do seu acompanhamento, que conta, também, com a atuação do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev), composto por representantes dos RPPS e de entidades de segmentos vinculados à administração previdenciária e pública. ♦

## BENEDITO BRUNCA

PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DOS DIRIGENTES DE REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (CONAPREV) E SECRETÁRIO DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL.







# DIRETRIZES PARA SUPERAR O DÉFICIT ESTADUAL

**SECRETÁRIOS DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, DO PLANEJAMENTO E DA FAZENDA DE 21 ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL REUNIRAM-SE, EM BRASÍLIA, PARA DEBATER COMO RETOMAR O CRESCIMENTO DO PAÍS**

TEXTO: PAULA FONSECA/CONSAD  
FOTOS: GRUPO K E VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

O

Consad realizou, no dia 19 de novembro, fórum conjunto com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (Conseplan) e o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). O evento aconteceu na Tribuna de Honra do Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília.

É o segundo ano consecutivo que os três conselhos reúnem-se para debater uma agenda propositiva que restabeleça o equilíbrio fiscal e financeiro dos estados. Participaram dessa edição os secretários e os representantes de Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

A presidente do Consad e secretária de Estado da Administração do Pará, Alice Viana, falou sobre a representação nacional do fórum: “a união de esforços dos três conselhos visa a construir agendas que possam auxiliar-nos na resolução dos problemas e das limitações que a crise econômica, ética e política tem trazido aos estados, sobretudo no investimento de políticas públicas”, ressaltou.

Alice Viana defendeu que o Pacto Federativo é essencial para que o País supere o atual momento de dificuldade. Ela citou o poder de articulação dos estados na recente reunião dos governadores de diferentes regiões

do Brasil. Com o auxílio do trabalho dos secretários de Fazenda, no âmbito do Confaz, os chefes do Executivo buscaram minimizar o impacto financeiro e fiscal por que todos passam em maior ou menor escala.

Na ocasião, eles tiveram acesso aos depósitos judiciais, à regulamentação das operações de crédito referente à compensação de perdas dos exercícios fiscais de 2013 e de 2014 e a garantias do auxílio financeiro às exportações. “Esses são exemplos da força da Nação, que, unida, é capaz de articular e de fazer acontecer, de forma rápida, a revisão de decisões políticas e administrativas que nos afetam de forma significativa”, disse.

Um dos grandes desafios dos estados, afirmou a presidente do Consad, é encontrar soluções para superar o esgotamento previdenciário, com um modelo que contribua para a redução do déficit da Previdência Social e da compressão desses gastos sobre a despesa de pessoal.

Outras limitações são o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e os constantes reajustes no Piso Nacional de Salários. “Nossa intenção é constituir um Grupo de Trabalho que traga estudos concretos, com alternativas que nos atendam e não compliquem, ainda mais, os gastos estaduais, que já estão extremamente limitados”, justificou Alice.

De acordo com o subchefe de Assuntos Federativos da Secretaria de Governo da Presidência da República, Olavo Nolato, o fórum conjunto é uma forma de valorizar a cooperação federativa, a fim de resolver os entra-



ves que são comuns a todos os governos. “Precisamos construir espaços de convergência entre os estados e o Governo Federal”, avaliou Olavo, que se disponibilizou a fazer a interlocução entre os três conselhos e a Presidência da República para uma mesa de diálogo com questões pontuais que afligem as administrações públicas.

AGENDA COMUM

Anfitriã desta edição do fórum, a secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, Leany Lemos, salientou a importância do evento não só para se fazer bons diagnósticos, como também para compartilhar práticas e conhecer alternativas criativas adotadas em outros estados. “Esta é a grande força dos conselhos: a capacidade de superação. Juntos, podemos encontrar soluções para os nossos problemas”, salientou.

O presidente do Conseplan e secretário de Estado do Planejamento e Gestão de Santa Catarina, Murilo Flores, acredita que, mesmo se a crise nacional seja superada em 2016, os estados ainda sentirão o seu efeito nos anos seguintes. “Mais do que em 2014, quando não enxergamos o que veríamos em 2015, hoje, sabemos o tamanho do problema do futuro. Precisamos refletir, aprofundar conteúdos e proposições e dialogar com a sociedade para que haja entendimento para sairmos dessa situação”, acrescentou.

O representante do Confaz, coordenador do Conselho Nacional de Secretários de Fazenda (Consefaz) e secretário de Estado da Tributação do Rio Grande do Norte, André Horta, previu que o índice de confiança do investidor já está melhorando, o que irá ajudar a economia a retomar o seu rumo. Para ele, o que falta para fechar a equação é a aprovação da Contribuição Provisória de Movimentação Financeira (CPMF) partilhada com os estados. “Acho o quadro otimista, a partir de agora, para voltarmos a crescer, termos economia e quitarmos as dívidas estaduais”, frisou.

PISO NACIONAL

Uma das maiores preocupações dos governos estaduais é com a Lei do Piso Salarial do Magistério, que foi aprovada compulsoriamente, sem observar a realidade econômica local. A legislação estabelece um valor mínimo a ser pago aos professores, com formação de nível médio, em jornada de 40 horas semanais.

O reajuste é anual, com base no aumento do percentual de crescimento do valor por aluno, referente aos anos iniciais do Ensino Fundamental – definido pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Em 2015, o montante foi fixado em R\$ 1.917,78, reajuste 13,01% acima da inflação e superior à receita do Fundeb.



**NOVOS MEMBROS**  
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DOS RECURSOS HUMANOS DO RIO GRANDE DO SUL, EDUARDO OLIVEIRA, FOI ELEITO 2º VICE-PRESIDENTE DO CONSAD, PARA O BIÊNIO 2016/2017. ELE SUBSTITUI A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO DA PARAÍBA, LIVÂNIA FARIAS. TAMBÉM FOI ELEITO MEMBRO DO CONSELHO FISCAL A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO RIO DE JANEIRO, CLÁUDIA UCHÔA.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



**MISSÃO**  
Promover a melhoria da gestão pública nacional para gerar bem-estar e desenvolvimento.



**VISÃO**  
Ser uma reconhecida liderança nacional em gestão pública.

Os consultores do Instituto Publix, Gilberto Porto e Alexandre Borges, apresentaram a missão, a visão, os valores, os resultados e as iniciativas que instituem o novo Planejamento Estratégico do Consad, para o biênio 2016/2017. O desenho do projeto foi feito a partir de 15 entrevistas, oficinas de trabalho e análise de documentos.

O levantamento apontou as linhas de atuação, os problemas enfrentados, os *stakeholders* e a avaliação do papel do Conselho. A partir de dados da pesquisa, os consultores listaram três grandes vertentes que definem a representatividade da entidade: uma instância política de gestão pública, junto ao Governo Federal e ao Congresso Nacional; uma comunidade de aprendizagem prática e de troca de experiências bem-sucedidas; e um agente de políticas públicas.

Entre os novos objetivos da entidade estão tornar as políticas públicas mais efetivas, melhorar a qualidade do gasto, harmonizar questões interfederativas de gestão pública, bem como estreitar a articulação com outros conselhos, com organismos internacionais e com parlamentares. Os próximos desafios contemplam a liderança para propor reformas estruturais, com soluções que impactam nos estados; a ampliação da forma colaborativa (até mesmo com parcerias gratuitas em prol da boa gestão); e a criação de ferramentas de expansão do conhecimento e de boas práticas.

Os dados foram coletados pelo Consad, em um estudo que contou com a participação de representantes da Bahia, do Distrito Federal, de Minas Gerais, do Pará, do Rio Grande do Norte e de Santa Catarina, sob a coordenação da consultora Evelyn Levy. Para janeiro de 2016, a previsão era de que o aumento chegasse a 11,3%.

O secretário de Estado de Gestão e Administração de Roraima, Frederico Linhares, alertou que esse reajuste reflete tanto nos professores de início de carreira quanto nos mais antigos, que também irão pleitear o benefício, e até nos inativos, impactando a previdência dos estados. “Não estamos contra a educação. A valorização do docente é unanimidade. Mas não podemos ignorar o forte impacto orçamentário na folha de pagamento”.

Diante da impossibilidade de arcar com esse custo extra, os secretários deliberaram que os presidentes dos três conselhos encaminhassem carta aos ministros da Educação, Aloizio Mercadante, e da Fazenda, Joaquim Levy, solicitando a suspensão de qualquer reajuste ao piso dos professores, enquanto perdurar a crise econômica no País.

QUESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Outro assunto abordado durante o encontro foi a relevância da Previdência Complementar no equilíbrio financeiro dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). O secretário de Políticas de Previdência Complementar do Ministério do Trabalho e Previdência Social, Jaime Mariz, informou que o Brasil conta com 939 mil servidores aposentados, o que significa um gasto de R\$ 495,6 bilhões anuais com a previdência.

Segundo ele, cada quatro ativos financia um inativo. E as perspectivas não são as melhores, uma vez que a “demografia é uma ameaça invisível”. De 1980 a 2012, por exemplo, a expectativa de vida do brasileiro passou de 62 para 74 anos. “Nos anos 50, tínhamos 2,6 milhões de idosos e, hoje, são 23,5 milhões. Em 2050, este número subirá para 65 milhões, com declínio de 1,5% na taxa de fecundidade”, explicou Mariz.

O secretário defendeu que é preciso “dedicar tempo e esforço para o fomento da previdência complementar no Brasil”. O modelo foi regulamentado pela Lei 12.618/2012 e garante que o Estado pague a aposentadoria do servidor até o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Aquele que quiser garantir o benefício maior pode aderir a um plano de contribuição definida, com alíquota de contribuição até o limite de 8,5% sobre o que exceder o teto, com aporte equivalente da União.

Para discutir as reformas necessárias e realizar estudos estratégicos sobre esse tema, foi designado um grupo de trabalho, que tem a coordenação de Roberto Moisés dos Santos, da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal. Também integram a equipe representantes do Consad (Pará, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), do Confaz e do Grupo de Gestores das Finanças Estaduais (Gefin). O resultado deve ser apresentado em janeiro.

### RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) também ganhará pauta exclusiva em grupo de trabalho que conta com contribuições de representantes do Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, além do Gefin. A coordenação é de Augusto Monteiro, da Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia, que tem, até fevereiro, para apresentar mecanismos para a racionalização do gasto de custeio.

“A aplicação da lei começou a ser distorcida pelo fato de cada Estado interpretá-la da forma que lhe convém. Não existe um órgão que defina um padrão”, afirmou o analista de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional e assessor parlamentar de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Pedro Jucá Maciel, durante a sua exposição “Situação financeira e fiscal dos estados: LRF diante da crise econômica federal”.

### OUTROS ASSUNTOS

O chefe de Operações da representação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil, Juan Carlos De La Hoz, apontou as perspectivas de cooperação entre a instituição financeira e os estados brasileiros. Na ocasião, foi assinado um memorando de entendimento entre o Consad e o BID. “É um documento que irá abrir muitas portas para os recursos técnicos, com o objetivo de fortalecer a gestão pública. Estamos passando por épocas difíceis, mas o banco continua muito otimista pela experiência que tem. A nossa ideia é manter o diálogo não só no nível financeiro, mas também no político e no técnico”, disse.

O 2º Fórum Consad, Conseplan e Confaz ainda abordou as compras públicas como instrumento de governança, com a explanação da representante do BID, Daniela Carreira. Já o especialista em Modernização do Estado, Ricardo Gazel, discursou sobre a gestão pública no cenário de restrição fiscal, “em que o Brasil ocupa o 57º lugar entre 144 países, considerando a prestação de serviços ao cidadão, como saneamento básico, saúde e educação”, justificou.



**LEANY LEMOS:**  
CAPACIDADE DE SUPERACÃO É A  
GRANDE FORÇA DOS CONSELHOS

### FÓRUM CONSAD

Em paralelo, o Consad reuniu os seus conselheiros para a 99ª edição do seu fórum. Em debate, o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que entrará em vigor no dia 23 de janeiro de 2016 para a União, os estados e o Distrito Federal. Nos municípios, a nova regra valerá a partir de 1º de janeiro de 2017.

A legislação prevê a substituição dos convênios por parcerias, com ou sem recursos financeiros, reconhecendo as entidades civis sem fins lucrativos como legítimas para o desenvolvimento de políticas públicas. “A lei também traz a ideia da gestão pública democrática, da participação social e do fortalecimento da sociedade civil”, informou a assessora especial da Secretaria de Governo da Presidência da República, Laís Figueirêdo.

Os secretários ainda deliberaram sobre o IX Congresso Consad de Gestão Pública, que será realizado em junho, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Nessa edição, o maior congresso sobre o tema no Brasil terá, na comissão técnica, a participação dos conselheiros Cláudia Uchôa (RJ), Eduardo Oliveira (RS), Frederico Linhares (RR) e João Matos (SC). ♦

## Inteligência e comprometimento para resultados na Modernização da Gestão de Pessoas

AUDITORIA DE FOLHA

IDENTIDADE FUNCIONAL

DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DO MODELO DE GESTÃO DE PESSOAS

MAPEAMENTO DE PROCESSOS

SISTEMA DE GESTÃO DE RH

GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS

Estruturantes

Suporte

CONTROLE DE ACESSO

PONTO ELETRÔNICO

CONTROLE BIOMÉTRICO DE TRANSAÇÕES

NOVAS SOLUÇÕES

Experiência profissional em projetos e soluções, especialização em Tecnologia da Informação e foco no Setor Público.





## FÓRUM EM MANAUS

Os secretários da Administração/Gestão de todo o Brasil reúnem-se nos dias 25 e 26 de fevereiro, no hotel Blue Tree Premium, em Manaus, para participar do 100º Fórum Consad. Integra a programação o Seminário Internacional de Compras Públicas Estaduais, que trará toda *expertise* da capital do Amazonas, referência nacional sobre o tema. O evento é realizado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e tem apoio do Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (Conseplan) e do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

## CONSAD ON-LINE

Além do site ([www.consad.org.br](http://www.consad.org.br)), com notícias sobre a entidade, dos grupos de trabalho e das secretarias espalhadas pelo País, o Consad também está presente nas redes sociais. No Facebook ([/Congresso.Consad](https://www.facebook.com/Congresso.Consad)) e no Twitter ([@consad\\_](https://twitter.com/consad_)), é possível ficar sabendo, em tempo real, informações sobre os fóruns, os congressos e os eventos apoiados pelo Conselho. Segue lá!



8, 9 e 10 de junho de 2016  
Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília/DF

## INSCRIÇÕES PARA TRABALHOS CIENTÍFICOS

Especialistas, acadêmicos e servidores públicos da União, estados ou municípios têm até o dia 26 de fevereiro para encaminhar propostas de trabalhos individuais e painéis para o IX Congresso Consad de Gestão Pública. O evento será realizado nos dias 8, 9 e 10 de junho, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Os projetos devem seguir orientações do formulário disponível em [www.consad.org.br](http://www.consad.org.br) e versar sobre os seguintes temas: orçamento, contabilidade, finanças, compras e patrimônio; gestão de pessoas na área pública; gestão para resultados, monitoramento e avaliação; novos formatos organizacionais; governança, participação e controle social; governo eletrônico e transparência. Os trabalhos serão avaliados pelo Comitê Científico, que anunciará os selecionados no dia 12 de março.

## CONHECIMENTO ATUALIZADO

Com o intuito de tornar a gestão pública mais acessível ao público, o Consad disponibilizou o Banco do Conhecimento ([banco.consad.org.br](http://banco.consad.org.br)), um acervo documental com trabalhos apresentados em todas as edições dos fóruns e congressos promovidos pela entidade. O sistema é atualizado constantemente e permite pesquisas detalhadas, por meio de buscas por autoria, data, título, assunto e área temática. O projeto foi desenvolvido pela Fundação João Pinheiro e teve patrocínio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).



## ANUNCIE!

O Consad já começou a comercializar espaços publicitários para a próxima edição da revista **GOVERNANÇA & DESENVOLVIMENTO**, prevista para ser lançada em agosto de 2016. A publicação, especializada em gestão pública, tem duas edições por ano e é distribuída em todo o Brasil. Para receber o mídia kit, entre em contato: (61) 3223-0043 e [comercial@apcomunicacao.com.br](mailto:comercial@apcomunicacao.com.br).







## **Eficiência na gestão pública de frotas**

**Somos a solução em abastecimento, controle  
e economia de combustível para sua empresa.**

Do jeito que você quer e onde precisar.



**MAIS DE 200 GESTORES PÚBLICOS  
APROVAM O PETROCARD!**





# AC

## OPORTUNIDADE DE CRESCIMENTO PROFISSIONAL

ÍNDICE DE QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO PRESTADO AO CIDADÃO É RESULTADO DA POLÍTICA INSTITUÍDA PELO GOVERNO DO ACRE PARA VALORIZAR OS SEUS COLABORADORES

TEXTO: MARIA MEIRELLES/SGA-AC  
FOTO: SHUTTERSTOCK

A melhoria crescente dos serviços públicos prestados no Estado do Acre é reflexo dos investimentos realizados pelo governo local na formação profissional do quadro de servidores. De 2011 a 2015, a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa (SGA) capacitou mais de 15 mil colaboradores.

Os cursos, ofertados pela Fundação Escola do Servidor Público do Acre (Fespac), abrangem diversas áreas, desde capacitação à pós-graduação. Além do crescimento profissional, os servidores, ocupantes de cargos de nível médio e superior, são reconhecidos em promoções por mérito.

Um exemplo de que essa política de valorização do servidor está rendendo bons frutos é o da gestora Aurineide Malveira, que, em 2012, teve a chance de especializar-se em gestão pública, com ênfase em controle externo. “Fiz o curso totalmente gratuito e estudava aqui mesmo, na SGA. Se não fosse por essa oportunidade, não teria feito a minha especialização”, disse Aurineide.

No caso dela, a capacitação resultou no aumento de 7,5% do seu salário. Em abril deste ano, ela foi contemplada com outra promoção, como prevê a Lei do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR). “Alcansei a terceira modalidade do PCCR, o que resultou no acréscimo bruto de R\$ 70 no meu salário. E a pós-graduação foi essencial para que isso se tornasse possível”, destacou.

### FORMAÇÃO EM ALTA

Os números da SGA apontam um saldo muito positivo para 2015 na formação dos funcionários públicos – apesar do cenário econômico conflituoso que o País enfrenta. Até novembro de 2015, 1.200 servidores da educação concluíram a pós-graduação, enquanto outros 120 finalizaram o mestrado. Já na área de saúde, 421 médicos terminaram as residências nos últimos quatro anos.

A secretária de Estado de Gestão Administrativa, Sawana Carvalho, afirmou que “a formação dos nossos servidores é priorizada pelo governo do Estado. Aqueles que buscam qualificar-se acessam as suas promoções por mérito. E essa política de gestão de pessoas reflete-se, nitidamente, na qualidade dos nossos serviços públicos. Ganham o servidor e os cidadãos”.

### MAIS DE 10 MIL VAGAS

Em novembro, foi lançado o programa *on-line* Governança Pública e Gestão Administrativa, que oferece mais de 10 mil vagas para servidores públicos e sociedade civil de todo o Acre. O projeto é uma parceria integrada entre o governo estadual, a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas local.

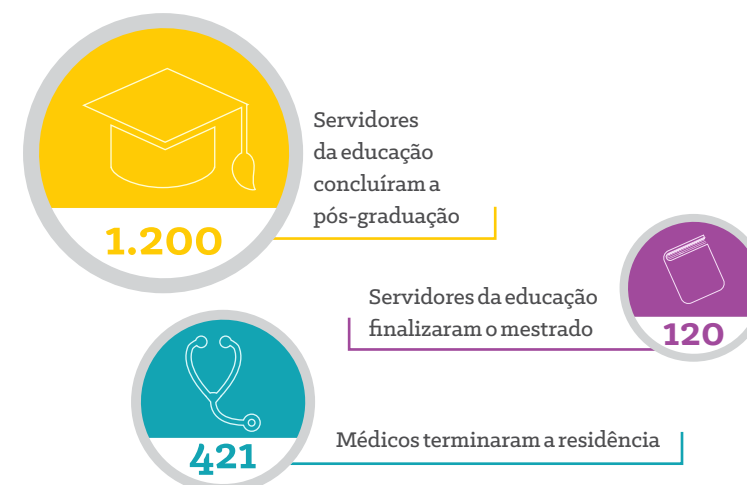
Totalmente gratuito na modalidade de extensão e com opção paga para pós-graduação, o programa deve capacitar mais de 5 mil servidores públicos. Para a pós-graduação, a Fespac destinará três mil vagas, enquanto as outras duas mil serão destinadas aos que quiserem dedicar-se à extensão em Governança Pública: Gestão Administrativa.

De acordo com a diretora-presidente da Fespac, Heloísa Pantoja, o Plano de Desenvolvimento e Valorização do Servidor Público consolida uma política que estabelece as diretrizes do processo de educação permanente. “O modo de trabalho de hoje requer informações rápidas, exigindo dos profissionais formações sempre atualizadas. Essa qualificação é ofertada pelo Estado, respeitando os interesses pessoais dos nossos servidores”, enfatizou.

### REFERÊNCIA NACIONAL

Os investimentos na política de gestão de pessoas já podem ser vistos na melhoria contínua dos serviços prestados aos cidadãos, principalmente na Organização das Centrais de Atendimento (OCA). Referência nacional, a central oferta, em um mesmo local, atendimento a diversas áreas dos serviços públicos.

Com média de atendimento diário de sete mil pessoas e, mensal, de 150 mil, a OCA de Rio Branco funciona de segunda a sexta-feira, das 7h às 16h. Outra central que foi instalada é a de Xapuri, que atende à população da região



do Alto Acre. Para a aposentada Francisca Bezerra, de 65 anos, a OCA facilitou a vida da população. “Antes, tinha de ir a vários locais para tirar documentos. Agora, posso resolver todas as minhas pendências em um mesmo lugar”, comemorou.

Outro destaque é para a OCA Móvel. Desenvolvido nas unidades hospitalares, o projeto de cunho social é destinado a comunidades de difícil acesso. Assim, o serviço de emissão de documentos é levado aos cidadãos que, por motivo de doença ou vulnerabilidade social, não podem ir até a sede da central.

Sawana Carvalho justificou que a OCA Móvel assegura o direito dos cidadãos. “Trabalhamos de acordo com as demandas. Sempre que identificamos a necessidade, levamos o serviço. Em Rio Branco, realizamos, em média, 35 atendimentos mensais, levando mais cidadania à população”, concluiu. ♦

“Aqueles que buscam qualificar-se acessam as suas promoções por mérito. E essa política de gestão de pessoas reflete-se, nitidamente, na qualidade dos nossos serviços públicos. Ganham o servidor e os cidadãos”

**Sawana Carvalho**



## NOVO MODELO DE GESTÃO DA QUALIDADE

SISTEMA PROPORCIONA ORGANIZAÇÃO, UNIFICAÇÃO E ALINHAMENTO DA COMUNICAÇÃO INTRAGOVERNAMENTAL, GERANDO RESULTADOS POSITIVOS PARA A POPULAÇÃO ALAGOANA

TEXTO E FOTOS: JULIANNE LEÃO/SEPLAG-AL

O trabalho de disseminação da qualidade de gestão da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag) foi certificado em 2015, pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini. A intenção é que haja a disseminação do modelo de excelência para que outras secretarias e outros órgãos do Estado possam adequar-se e melhorar, assim, os serviços públicos prestados à sociedade.

O sistema deve gerar evidência (também chamados de registros) de sua eficácia, a qual deverá ser adequadamente mantida. Isso é o que determina a orientação da NBR ISO 9001, um conjunto de normas de padronização para um determinado serviço ou produto de uma empresa ou instituição.

O projeto foi iniciado com a replicação em duas instituições. Está em andamento em 12 secretarias e órgãos, com previsão de conclusão para fevereiro de 2016. Em novembro do mesmo ano, as instituições passarão por uma auditoria interna para ratificar a gestão de qualidade implantada.

Para a superintendente de Modernização e Gestão da Qualidade da Seplag, Adriana Maia, esse modelo de gestão baseia-se, principalmente, em um processo de melhoria contínua. “A adequação à norma ISO não é apenas para melhorar o funcionamento da instituição. Com a sua aplicação, o ambiente de trabalho e até a vida pessoal mudam”.

O primeiro módulo apresentado aos servidores abordou a importância da padronização da documentação, assim como o seu controle e a sua organização. Outros módulos serão trabalhados com os órgãos do Poder Executivo Estadual no decorrer de 2016, seguidos de reuniões de verificação e de validação dos processos implantados.

Segundo o secretário do Planejamento, Christian Teixeira, “o avanço do atendimento ao cidadão e a melhoria da qualidade dos serviços a eles ofertados devem ser objetivos primordiais da administração pública e, para concretizá-los, é essencial a qualidade e a produtividade dos meios obedecidos para se chegarem aos resultados”, pontuou.

### AÇÃO INOVADORA

Conforme Christian, a organização e a unificação da gestão de qualidade facilitam a rotina dos servidores públicos, evitando retrabalhos e desperdícios. A ação é inovadora e apresenta economia para o Estado, uma vez que os próprios servidores da Seplag realizam treinamentos com material gratuito. A ideia é que a capacitação seja estendida, ao longo dos próximos anos, para todos os órgãos e secretarias do governo.

Identificar e disseminar as melhores práticas em prol do bom funcionamento do Estado é a maior missão do Governo de Alagoas, que, por meio da Seplag, tem beneficiado a gestão da máquina pública, com a adoção de princípios seguidos pelos conceitos da NBR ISO 9001. “O governo passa a contar com uma organização unificada e alinhada à comunicação intragovernamental. Quem ganha com isso é o cidadão alagoano”, frisou o governador Renan Filho.

Outra ferramenta de gestão utilizada pela Seplag é a 5S, metodologia que tem auxiliado empresas no processo de melhoria contínua dos produtos ou serviços,



**SECRETÁRIO CHRISTIAN TEIXEIRA**  
E O AUDITOR WALMIR PEDROSA:  
RECERTIFICAÇÃO ISO 9001

por meio da mudança cultural que contribui para que os servidores de todas as unidades da secretaria possam imprimir mais agilidade e eficácia aos trabalhos desenvolvidos, fortalecendo e promovendo a integração das áreas internas da pasta.

O programa é um método prático e simples, que visa a obter ambiente de trabalho organizado, limpo e saudável, constituindo alicerce ideal para implementação da qualidade total nas instituições públicas alagoanas. ♦



### RECERTIFICAÇÃO

Após ser recomendada à certificação da NBR ISO 9001:2008, a unidade de Planejamento da Seplag recebeu a recertificação do seu modelo de gestão. O documento é fruto de uma auditoria externa realizada em maio de 2015, pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini. “O sucesso de uma organização depende de seu sistema de gestão da qualidade. E é justamente por esse motivo que outros órgãos também precisam adequar-se ao modelo”, disse Adriana Maia. “A otimização de processos e a melhoria contínua já fazem parte dos princípios da Seplag. Agora, a meta do governo é criar uma gestão eficaz que beneficie não só o Estado, mas todo o povo alagoano”, completou.



# AP

## GOVERNO QUER ESTREITAR RELAÇÃO COM O SERVIDOR

PROJETO PREVÊ A CONSTRUÇÃO COLETIVA DE MELHORIAS NO SERVIÇO PÚBLICO, COM A GARANTIA DA PARTICIPAÇÃO ATIVA DE REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO E DOS SERVIDORES

TEXTO: CARLENE MARQUES/SEAD-AP  
FOTOS: ANA LAGES/SEAD-AP E DIVULGAÇÃO

**P**or muitos anos, a relação entre o Governo do Amapá e os servidores públicos foi pouco produtiva. As reuniões com os colaboradores aconteciam apenas uma vez por ano, no mês de abril, durante a discussão da data-base. Havia a necessidade de um mecanismo que possibilitasse o encontro e fovesse o diálogo, unindo esforços na conquista do bem comum.

Assim, surgiu a Agenda do Servidor, lançada pelo governador Waldez Góes, no dia 25 de março de 2015. O objetivo é estreitar as relações entre o governo e os seus servidores, ficando a cargo da Secretaria de Estado da Administração (Sead) gerenciar o projeto. Segundo o governador, o fórum foi elaborado a partir da sua experiência como chefe do Executivo Estadual durante dois mandatos.

Waldez contou que percebeu, ao longo do tempo, que o poder público precisava estabelecer uma relação permanente com o servidor para que a sociedade recebesse serviços públicos de qualidade. “Precisamos compreender que estamos vivendo um novo momento de gestão pública, um momento de transformação do nosso Estado, com eficiência, eficácia e efetividade”, disse. “A Agenda do Servidor surgiu para fortalecer a gestão pública e garantir debates que contribuem com o planejamento do governo para os próximos anos”, acrescentou.

### COMO FUNCIONA

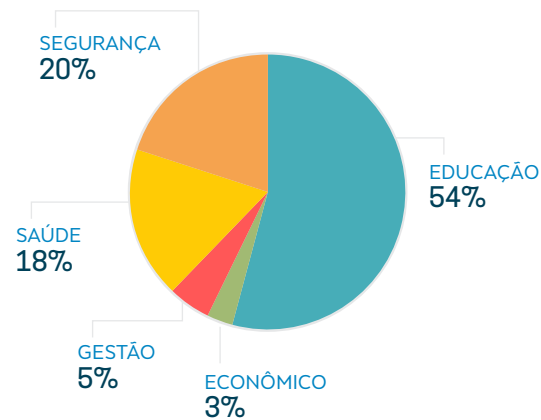
O projeto escuta os representantes das categorias que, por sua vez, apresentam suas demandas aos interlocutores do governo. Posteriormente, são montadas subcomissões, nas quais são discutidas essas demandas para buscar a melhor forma de atender aos anseios dos colaboradores.

Além de promover encontros com os servidores para debater temas relevantes de seu interesse, a agenda busca aprofundar questões como qualidade do serviço prestado à população, direitos e obrigações dos servidores, capacitação e formação continuada, melhorias nas condições de trabalho, política salarial e outros assuntos levantados pelo governo, em conjunto com várias classes que constituem a administração estadual.

A agenda é considerada um exercício de democracia do governo para com o servidor e vai além do diálogo, pois ouve as suas necessidades e discute formas de valorizá-lo, oferecendo melhores condições de trabalho. Os recursos públicos pagos aos servidores não são vistos como gastos, mas, sim, como investimentos.

A Sead atua no projeto, em conjunto com gestores do Centro de Gestão da Tecnologia da Informação (Prodap), da Escola de Administração Pública do Estado do Amapá (EAP-AP), da Amapá Previdência (Amprev), da Secretaria de Planejamento (Seplan), da Secretaria da Fazenda (Sefaz) e de outras instituições que possam contribuir com os assuntos a serem discutidos em cada reunião.

Também participam sindicatos, associações e entidades ligadas a servidores ou a seus grupos associativos. A equipe de governo já se encontrou 55 vezes com representantes das categorias. As 31 entidades que solicitaram agendamento foram classificadas em 5 eixos estruturantes:



**SECRETÁRIA GORETH SOUSA:**  
EFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO

### TEMAS RELEVANTES

A partir de reuniões e discussões encetadas, o programa trouxe avanços para várias categorias: educação, segurança pública, saúde e grupo gestão. “A Agenda do Servidor é uma ferramenta indispensável para a gestão dos servidores públicos e, enquanto projeto, precisa de ajustes. A expectativa é que possamos seguir com o diálogo para conseguirmos benefícios”, explicou o engenheiro civil da Secretaria de Transportes Fernando Van Erven.

Como um fórum democrático de debate e de formulação de políticas públicas, a agenda precisou mostrar ao servidor que os assuntos que lhe são pertinentes não se resumem apenas à valorização financeira, mas também à capacitação e à qualidade dos serviços prestados. “Precisamos fazer ajustes e corrigir distorções. Temos de nos aproximar cada vez mais dos sindicatos que representam os servidores públicos e criar estratégias para fortalecer a gestão pública, principalmente, em serviços essenciais”, justificou a secretária da Administração, Goreth Sousa.

Neste primeiro ano de implantação houve grande aprendizado à equipe de governo, como a responsabilidade no trato com o servidor e a atenção para não comprometer a capacidade de investimento estadual. A equipe governamental também tem acesso a informações de planos de cargos, carreiras e salários; regimentos; estatutos; promoções e salários dos servidores.

A intenção do governo amapaense é transformar a Agenda do Servidor em uma política pública estadual. A ideia é promover seminários, *workshops*, palestras e encontros que tratem de temas que não se restrinjam à política salarial. “Durante esses encontros, poderemos discutir o horário de expediente, estabelecer ponto eletrônico e firmar uma política de valorização de desempenho. O nosso grande desafio é disseminar a eficiência no serviço público”, informou Goreth. ♦



# 175 MILHÕES DE ATENDIMENTOS EM 20 ANOS

MODELO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO (SAC) É PREMIADO INTERNACIONALMENTE E DIFUNDIDO NÃO APENAS EM TODA A BAHIA, COMO TAMBÉM EM TERRITÓRIO NACIONAL

TEXTO: ASCOM/SAEB-BA  
FOTO: SHUTTERSTOCK

**I**ndispensável à população baiana, o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) completou, em 2015, duas décadas de existência, acumulando quase 175 milhões de atendimentos, até setembro. Com 57 unidades – sendo 15 postos fixos, na capital e na Região Metropolitana, e 20, no interior, além de 19 unidades do Ponto Cidadão e 3 carretas do SAC Móvel –, a Rede SAC disponibiliza mais de 800 serviços, prestados por 37 instituições parceiras, e registra uma média diária de 32,8 mil atendimentos.

Entre as principais razões para esse caso de sucesso está a consolidação do Modelo de Atendimento SAC, implementado pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia (Saeb), baseado em orientações específicas para cada unidade de atendimento, projeto arquitetônico, treinamento de funcionários e disponibilização do Sistema Atende de distribuição de senhas, gerenciamento de filas e agendamento de horários.

O modelo criado pela Saeb foi difundido por todo o País e adotado em 24 estados, além do Distrito Federal. Graças à rápida capacidade de se propagar, foi escolhido pelo governo brasileiro como referência para o Projeto de Atendimento Integrado (PAI). Foram implementadas, ainda, por meio de cooperação técnica, unidades em Portugal (Lojas do Cidadão); na cidade de Bogotá, na Colômbia (Supercade); e na República Dominicana (Punto Gob).

Desde a sua implantação, o programa vem conquistando importantes prêmios de qualidade concedidos por diversas instituições nacionais. No âmbito internacional, a ferramenta foi reconhecida, pela Organização das Nações Unidas (ONU), como uma das melhores práticas existentes na área de prestação de serviços públicos. Dessa forma, passou a integrar a pauta dos produtos de exportação do Brasil, elevando o País à condição de polo difusor da transferência de *know-how* no atendimento ao público.

Para o secretário da Administração, Edelvino Góes, o desafio para os anos vindouros está em consonância com o perfil atual do cidadão: mais exigente e a par das novas tecnologias e de seus direitos. “Temos um cidadão cada vez mais exigente, que demanda mais qualidade em curto prazo. Estamos caminhando para, de forma gradual, integrar a prestação de serviço de base tecnológica, com a utilização dos meios eletrônicos. Esse é o nosso atual desafio”, declarou.

## NOVAS TECNOLOGIAS

Com o crescente desenvolvimento da internet, surgiram alternativas para o aprimoramento e a ampliação da utilização de recursos do SAC. Isso deu-se com a incorporação de novas tecnologias, de forma a tornar a ferramenta um instrumento de promoção da cidadania. Foram criados, então, o SAC Fácil (terminais de auto-atendimento nos postos SAC), o Portal SAC ([www.sac.ba.gov.br](http://www.sac.ba.gov.br)), o SAC Mobile e o *call center* (0800 071 5353), instrumentos de fácil acesso para todos os cidadãos de qualquer parte do Estado. Juntas, as iniciativas somam um total de 40 milhões de atendimentos *on-line*.

A diretora de Desenvolvimento de Projetos, da Superintendência de Atendimento ao Cidadão, Márcia Hlavnicka, destacou o serviço como um importante instrumento para o exercício da cidadania. Segundo ela, o SAC não só mudou a imagem do serviço público, como também despertou, no cidadão, uma busca constante pela qualidade.

“Por essa razão, temos concentrado esforços na melhoria contínua dos serviços prestados à população, com o desafio de expandir e de consolidar a excelência do atendimento, não apenas na rede, mas em órgãos públicos que mantêm contato direto com o cidadão”, defendeu Márcia.

## INTERIORIZAÇÃO

Criado com o objetivo de expandir o SAC para o interior do Estado, o Ponto Cidadão é um posto aprimorado para emissão de documentos essenciais ao exercício da



cidadania, a exemplo de certidões de antecedentes criminais, da carteira de identidade, da carteira de trabalho e do CPF. Em sete anos, foram inauguradas 19 unidades de atendimento que, juntas, somam quase 20 mil atendimentos mensais.

A proposta do projeto envolveu um modelo diferenciado, a partir de uma nova alternativa de parceria, baseada em atuações descentralizadas e no compromisso entre o governo do Estado e as prefeituras municipais. “Do modo como foi concebido, o Ponto Cidadão é considerado de alta relevância social, já que viabiliza atendimento mais acessível e eficaz para a população carente”, frisou Edelvino Góes.

A Saeb promoveu, no dia 25 de setembro, evento em comemoração aos seus 20 anos, que contou com o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad). ♦





O GOVERNADOR CAMILO SANTANA E CONTEMPLADOS COM A MEDALHA DO MÉRITO FUNCIONAL

## RECONHECIMENTO ÀS AÇÕES INOVADORAS

EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS PÚBLICOS, EFETIVIDADE DE RESULTADOS E SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS SÃO ALGUNS DOS CRITÉRIOS PARA RECEBER A MEDALHA E O PRÊMIO DO MÉRITO FUNCIONAL

TEXTO: ASCOM/SEPLAG-CE  
FOTO: ARIEL GOMES/GOVERNO DO CEARÁ

**R**econhecer a iniciativa de servidores e empregados públicos na elaboração de projetos inovadores focados na melhoria dos serviços públicos prestados à sociedade, proporcionando aumento na eficiência e redução de despesas. É o objetivo do Governo do Ceará ao conceder, a cada ano, a Medalha e o Prêmio do Mérito Funcional, como parte da programação da Semana do Servidor Público Estadual.

Em 2015, três servidores receberam a comenda das mãos do governador Camilo Santana, entregue em solenidade realizada no dia 27 de outubro, no Palácio da Abolição, sede do Governo do Estado. A Medalha do Mérito Funcional foi entregue para a assistente social do Hospital São José Martha Oliveira de Matos Cavalcante, a auditora-adjunta da Secretaria de Fazenda Sandra Silva de Oliveira e o capitão do Corpo de Bombeiros Tarso de Castro Gonçalves Leite.

Para o governador Camilo Santana, a valorização do servidor é fundamental no processo de um governo compromissado com o povo. “Quero reiterar meu compromisso e, claro, toda transparência, sinceridade e muito diálogo, para que possamos construir os caminhos na garantia da valorização do trabalho que vocês têm prestado, ao longo do tempo, a todos os irmãos cearenses. Levem esta mensagem de agradecimento e de gratidão a todos os servidores do Estado. Muito obrigado!”, parabenizou, ao falar para os homenageados na solenidade de outorga da medalha.

O secretário do Planejamento e Gestão, Hugo Figueiredo, destacou a importância da dedicação dos servidores, com suas ideias, sempre no sentido de melhorar a qualidade dos serviços prestados à população. “Quero falar para os servidores que têm a disposição de trabalhar diariamente, traçar novas ideias e fazer do ambiente de trabalho um local mais alegre e respeitoso, sempre com dedicação, para que possamos, ao final do dia, voltar para casa com a consciência de que conseguimos oferecer um serviço da melhor qualidade para a população”, enfatizou.

### EXEMPLO A SER SEGUIDO

Representando os homenageados, o capitão Tarso Leite agradeceu a homenagem e fez questão de enaltecer todos os envolvidos no seu projeto. Orientador da célula de Tecnologia da Informação da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (AESP), ele desenvolveu uma ferramenta intuitiva e de fácil navegabilidade, com recursos que permitem o cadastro de dados e ações de acompanhamento dos contratos da academia, mantendo um arquivo de dados para consulta posterior, incrementando a transparência no setor.

Na área da saúde, a assistente social Martha Oliveira observou, em agosto de 2014, os pacientes soropositivos que esperavam as consultas no ambulatório do Hospital São José, reservou uma sala, pegou uns papéis, umas telas para pintura, algumas canetas e pincéis e começou o Projeto Arte, Educação e Saúde (PAES). O que começou como um reforço no trabalho de incentivo à adesão ao tratamento contra a Aids, transformou-se em encontros semanais de arte. “Sempre gostei muito de arte. E busquei, com o projeto, reunir a importância da adesão ao tratamento, as expressões artísticas e o processo educativo”.

Para a auditora-adjunta da Secretaria de Fazenda Sandra Silva, a conquista da Medalha do Mérito Funcional representa um importante reconhecimento. “Faço questão de dividir com os colegas que também trabalham para que a Sefaz possa, cada vez mais, proporcionar atendimento de qualidade aos cidadãos”.

Sandra foi responsável por criar um processo informatizado das cobranças do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), nas operações interestaduais (integração CEVR/SITRAM), que facilita a arrecadação rápida e segura para atender à crescente demanda dos contribuintes, permitindo a eles maior velocidade no recebimento de suas mercadorias. Essa integração proporcionou, entre outras vantagens, a diminuição no tempo de atendimento e a redução da margem de erro, por conta da padronização.

### CRITÉRIO DE SELEÇÃO

O processo de escolha dos agraciados é coordenado pela Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGP), que acompanha os trabalhos selecionados e julgados pelas comissões setoriais, mistas e coordenadora. Na seleção dos trabalhos são levados em consideração os critérios como inovação, eficiência no uso dos recursos públicos, efetividade de resultados, aprendizado organizacional, responsabilidade social, relevância da ação, possibilidade de multiplicação e satisfação dos cidadãos e da sociedade.

Para a diretora da EGP, Lúcia Siebra, a concessão da premiação significa a valorização dos servidores e das equipes de trabalho que buscam a melhoria dos processos e, principalmente, daqueles que compreendem que a melhoria de suas ações influencia a qualidade final dos serviços oferecidos à população cearense. ♦

## PERFIL DOS HOMENAGEADOS



### MARTHA OLIVEIRA

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), é servidora do Hospital São José desde 1999. Sempre atuou na área ambulatorial junto aos pacientes soropositivos. É especialista em Serviço Social e Novas Determinações no Mundo, pela UECE, e, também, em Educação e Saúde para Preceptores, pelo Hospital Sírio Libanês.



### SANDRA SILVA

Iniciou as atividades na Sefaz, no interior do Estado, trabalhando na regional de Russas. Depois, esteve nos postos Edson Ramalho e Gabriel Lopes, nas rodovias 111 e 222, respectivamente, antes de vir para o Posto da Sefaz, na Avenida Oliveira Paiva, em Fortaleza. Atualmente, integra a equipe do setor de Catálogo Eletrônico de Valor de Referência (CEVR).



### TARSO LEITE

Pós-graduado em Administração e Segurança de Sistemas Computacionais, é servidor concursado do Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará, desde 1999. Sempre atuou na área de informática e, atualmente, realiza atividade de orientador da célula de Tecnologia da Informação da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (AESP).



# SAÚDE OCUPACIONAL UNIFICADA

NOVO SISTEMA PRIORIZA A PREVENÇÃO CONTRA O ADOECIMENTO, RECONHECENDO A INCIDÊNCIA EPIDEMIOLÓGICA DE PATOLOGIAS E A HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO AO SERVIDOR

TEXTO: DUANE DOS REIS/SEPLAG-DF  
FOTO: SHUTTERSTOCK

**P**reocupado com a saúde do servidor e com a missão de trabalhar de forma preventiva, o Governo de Brasília unificou o serviço de perícias médicas do funcionalismo público. A Política Integrada de Ação à Saúde do Servidor Público do Distrito Federal (PIASS-DF) foi instituída pelo Decreto nº 36.561, de 19 de junho de 2015. A medida prevê uma política integrada de programas que tratem de prevenção, recuperação e reabilitação física, psicológica, social e profissional de todos os servidores.

Até a publicação do decreto existiam três modelos diferentes e independentes de perícia no governo: uma, na área de saúde; outra, na educação; e a terceira, na de gestão administrativa. A Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação realizavam os atendimentos dos próprios quadros de pessoal, e a então Secretaria de Gestão Administrativa e Desburocratização ficava responsável pelos servidores das demais áreas do governo.

Com a mudança, todos os serviços das unidades de saúde ocupacional – a exemplo das perícias médicas, dos exames periódicos, do suporte psicológico e da readaptação profissional – ficaram concentrados na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag).

## NOVO CONTEXTO

O modelo integrado sustenta-se em três eixos. O primeiro é o de prevenção de doenças e de promoção da saúde, com

ações que buscam intervir no processo de adoecimento do servidor, tanto no aspecto individual quanto nas relações coletivas e no ambiente de trabalho. Já o segundo, o da epidemiologia, visa a identificar e criar estatísticas sobre os principais fatores que levam ao adoecimento, bem como a traçar um perfil demográfico e epidemiológico, a fim de subsidiar intervenções do primeiro eixo.

O terceiro é a perícia médica oficial, que trata da avaliação médica de questões relacionadas à saúde, à capacidade laboral e à concessão de benefícios previdenciários – realizada por médicos formalmente designados para esse fim.

Segundo a Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho (Subsaúde), um estudo feito pelo Consad, entre 2011 e 2012, mostrou que cerca de 50% dos servidores do DF tiveram um ou mais afastamentos ao longo do ano. A duração média das licenças é de 14 dias por ano, e esses afastamentos custam aos cofres públicos, em média, R\$ 540 milhões por ano.

No quadro geral, 56% dos atestados apresentados são de servidores da educação e 29%, da saúde; ou seja, 85% dos afastamentos, por motivo de doença, vêm dessas duas áreas. “A nossa intenção é melhorar a qualidade de trabalho desses servidores. Queremos trabalhar na prevenção, adotando políticas para melhorar as condições de trabalho desses profissionais que atuam em áreas tão

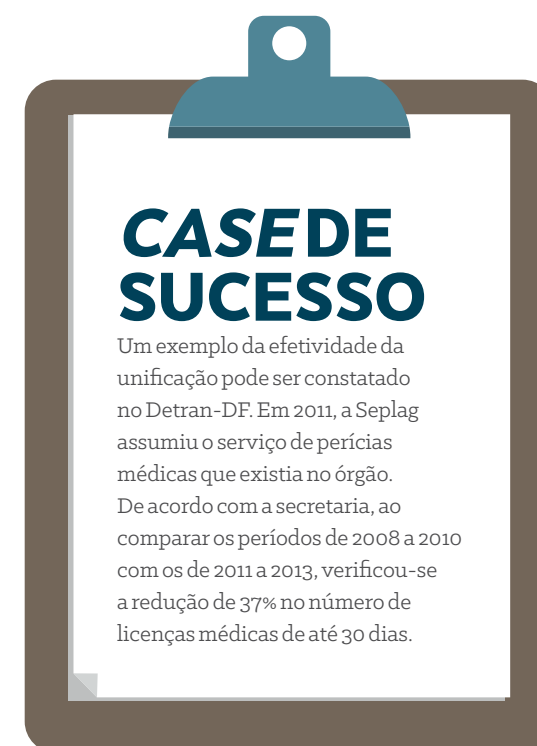
importantes para a população”, alertou a subsecretária da Subsaúde, Luciane Koziacz.

Para a titular da Seplag, Leany Lemos, o grande benefício dessa medida é a parametrização dos processos. “Estamos organizando os processos e os procedimentos para dar, cada vez mais, agilidade ao trabalho e diminuir as judicializações, as altas prematuras, o tratamento desrespeitoso e as aposentadorias precoces por invalidez”.

## TRATAMENTO IGUALITÁRIO

A padronização dos serviços está sendo realizada e alguns procedimentos já foram modificados. Um exemplo é o de prevenção da organização do trabalho. Nesse caso, todo servidor, ao solicitar sua perícia médica, deve preencher guia de inspeção. O documento pode ser impresso pelo site e deve ser assinado pelo gestor, que terá condições de organizar as suas equipes.

“Saímos apenas do ato pericial para as áreas de promoção e de prevenção, embasados em dados epidemiológicos que funcionam como mapas para conter epidemias. Queremos melhorar a saúde do servidor como um todo e otimizar todos os procedimentos”, defendeu Leany. Segundo ela, o trabalho vem avançando. A equipe agora trabalha em um lugar central e não mais em regiões administrativas – o que significa tratamento igualitário para todos. ♦



**14 dias**

de licença no ano

**85%**

nas áreas de saúde e educação

**50%**

dos servidores com um ou mais afastamentos por ano

**R\$ 540**

milhões gastos pelo governo ao ano





## FOCO NO SUSTENTÁVEL

PRÊMIO INOVES ESTIMULA SERVIDORES A IDENTIFICAREMAÇÕES SUSTENTÁVEIS EM SEUS TRABALHOS, DESTACANDO, ASSIM, O POTENCIAL INOVADOR DOS PROJETOS

TEXTO: VITOR POSSATTI/SEGER-ES  
FOTO: SHUTTERSTOCK

**H**á uma década reconhecendo projetos inovadores no contexto da administração pública, o Prêmio Inoves, do Governo do Espírito Santo, trouxe, em 2015, o tema “A fonte da inovação transforma tudo”. A campanha levou em consideração o momento da crise hídrica enfrentado pelo Estado, além da importância de práticas sustentáveis e do uso responsável dos recursos nas iniciativas.

O coordenador do Inoves, Manoel Carlos Rocha Lima, explicou que “o Espírito Santo tem vivido em condição de alerta para a escassez da água. Além da crise que o País enfrenta, essa realidade despertou o interesse em instigar os servidores a pensarem não só no presente, como também no futuro. Idealizar um projeto que prioriza práticas sustentáveis só vem a reforçar o seu caráter inovador”.

Com o objetivo de propagar essa preocupação, foi criado, para o ciclo 2015, o eixo transversal sustentabilidade. As equipes que relacionam o tema ao projeto desenvolvido garantem pontos extras na avaliação e, consequentemente, aumentam as chances de classificação para a final.

### EIXO TRANSVERSAL

A sustentabilidade está pautada em ações e em atividades humanas que visam a suprir as demandas atuais, sem comprometer as necessidades das gerações futuras. O assunto vai além de uma visão ambiental, pois contempla as dimensões econômica e social. Nesse sentido, as equipes participantes puderam verificar, de forma ampla, a presença da sustentabilidade como um eixo transversal em seus projetos e aumentar o grau de competitividade.

Um trabalho que facilita o acesso do cidadão à emissão gratuita de documentos, por exemplo, é uma iniciativa que integra o viés social. Ela pode ajudá-lo a inserir-se no mercado de trabalho e a ter uma renda mensal, diminuindo a desigualdade social. Já projetos que, indiretamente, contribuem para a redução de gastos estaduais, com custeio e outros recursos, estão ligados à sustentabilidade econômica.

“Deixamos claro aos participantes que, apesar da edição destacar a preocupação com a escassez de água, o tema não envolvia somente questões ambientais. Por isso, deixamo-los à vontade para pesquisar o leque de possibilidades que poderiam abarcar”, ressaltou Manoel.

### NOVO RECORDE

A 11ª edição do Prêmio Inoves registrou um novo recorde de participações, em relação às edições anteriores e a outros prêmios de abrangência nacional. Em 2015, 279 iniciativas foram inscritas nas oito categorias do programa – entre as quais, 264 permaneceram na disputa, após a fase de análise de elegibilidade da candidatura.

O coordenador considerou esse número um retorno positivo dos servidores diante da preocupação com a escassez de recursos. “O quantitativo de trabalhos cadastrados representa a resposta das equipes ao chamado do Inoves e demonstra que o momento de crise em que o Estado e o País vivem pode funcionar como um estímulo para que os servidores busquem soluções criativas e empreendedoras, capazes de melhorar a gestão pública e a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos”.

Entre os concorrentes do ciclo 2015 estão trabalhos de equipes do serviço público estadual e municipal, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público. As categorias são atendimento ao cidadão, uso eficiente dos recursos públicos, valorização do servidor, uso das tecnologias de informação e comunicação, resultados para a sociedade, práticas transformadoras, inclusão social e participação e controle social. ♦



## OS GANHADORES

### PROGRAMA DE REABILITAÇÃO DA SAÚDE DO TOXICÔMANO E DO ALCOOLISTA (PRESTA)

**Categoria:** Atendimento ao cidadão

**Responsável:** Polícia Militar do Espírito Santo

### CONCURSO CRIATIVE-SE NA COZINHA

**Categoria:** Valorização do servidor

**Responsável:** Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

### INDICADORES DE EFICIÊNCIA DAS UNIDADES PRISIONAIS

**Categoria:** Uso eficiente dos recursos públicos

**Responsável:** Secretaria de Estado da Justiça (Sejus)

### PORTAL REFLORESTAR

**Categoria:** Uso das tecnologias de informação e comunicação

**Responsável:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama)

### MATA VIVA DO BELÉM

**Categoria:** Resultados para a sociedade

**Responsável:** Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Hermann Berger

### REFLORESTAR VIANA

**Categoria:** Práticas transformadoras

**Responsável:** Prefeitura Municipal de Viana

### CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA (CREI)

**Categoria:** Inclusão social

**Responsável:** Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

### FALA VITÓRIA 156

**Categoria:** Participação e controle social

**Responsável:** Prefeitura Municipal de Vitória





**GOVERNADOR MARCONI PERILLO**  
INAUGUROU A SALA DE SITUAÇÃO

## GOIÁS MAIS COMPETITIVO

COMA CENTRAL DE RESULTADOS, EXECUTIVOS PÚBLICOS ATUARÃO PARA GARANTIR QUE O ESTADO DEFINA PRIORIDADES E ATINJA METAS EM DIVERSOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

TEXTO: DIVINA ETERNA ROSA E EDSON LEITE JR/SEGPLAN-GO  
FOTOS: LEOPOLDO FERNANDES/SEGPLAN-GO

O Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Gestão e Planejamento (Segplan), conta, agora, com a Central de Resultados, que é responsável por auxiliar os órgãos do governo na execução de projetos prioritários. A primeira fase, já finalizada, traçou um diagnóstico situacional, relacionando os indicadores de cada área e definindo, com cada secretário, metas a serem atingidas. “Trata-se de uma importante ferramenta de gestão que estamos implantando”, explicou o titular da Segplan, Thiago Peixoto.

Os números já estão disponíveis na Sala de Situação, na qual o governador pode monitorar, em painéis interativos, todos os índices socioeconômicos do Estado. Para executar esse projeto, que pretende traçar novos rumos à atuação das carreiras de gestão, o governo goiano possibilitará que servidores atuem como executivos públicos, sendo agentes transformadores da gestão pública em Goiás.

Segundo Thiago Peixoto, esses executivos terão a missão de prezar pela melhoria de indicadores estratégicos, identificando os entraves da administração pública e propondo soluções. A intenção é que o Estado figure entre os cinco melhores no *ranking* de cada indicador monitorado, transformando-se em uma região melhor para os goianos.

Para o secretário, “traçar metas é muito importante. No entanto, mais importante, ainda, é saber executá-las. Sempre defendo que aquele que faz opção pela vida pública ganha algo que a iniciativa privada jamais conseguirá compensar, que é o fato de ver suas ações tendo repercussão, de forma abrangente, na vida da coletividade”, disse. “Dedicar-se à vida pública é perceber que a tomada de decisões estratégicas pode beneficiar inúmeras vidas. E esse é o nosso principal estímulo para propor melhorias nessa área”, completou.

Ele afirmou, ainda, que a gestão de políticas públicas deve ser baseada em novos conceitos, com dados e informações. “Hoje, o governo é pautado, em grande parte, por demandas de lideranças e da sociedade em geral. Assim, abre-se um processo de negociação para o atendimento dessas demandas, mas sem dados em mãos para saber o que é prioridade. Agora, teremos indicadores que nos apontarão as necessidades reais de cada município”, frisou.

### TRABALHO INOVADOR

Thiago acrescentou que a Segplan será parceira das demais pastas nesse processo. Com isso, a participação dos executivos públicos será fundamental. “Eles darão o respaldo para que os projetos possam acontecer. Além de ajudar na formulação das políticas, eles atuarão nas pastas, pois a intenção do governo é prestar bom serviço ao cidadão e melhorar a qualidade de vida das pessoas”.

O governador Marconi Perillo terá a Sala de Situação localizada ao lado do seu gabinete. Ele explicou que a melhoria no *ranking*, em determinada área, representa mudança efetiva na vida da população. “Quando avançamos no índice da educação, por exemplo, isso representa maior democratização de oportunidades. A nossa responsabilidade agora é maior, e estamos traçando metas para vários indicadores. E esse é um trabalho inovador”, afirmou Marconi.

Os executivos públicos passaram por um curso de 80 horas, em outubro, ministrado por professores do Centro de Liderança Pública (CLP). Após o treinamento e com os servidores já em ação, relatórios de ativida-



**THIAGO PEIXOTO:** “DECISÕES ESTRATÉGICAS PODEM BENEFICIAR INÚMERAS VIDAS”

des serão direcionados diariamente à Central de Resultados – que irá analisar as informações e alimentar o sistema da Sala de Situação.

A Superintendência Executiva de Planejamento da Segplan fará, ao menos, um encontro por semana para monitorar e encaminhar as ações desses executivos e da Central de Resultados. Uma reunião da equipe com o titular da Segplan, Thiago Peixoto, deve acontecer a cada 15 dias. A partir de janeiro de 2016, um levantamento intensivo será feito com foco nas metas compactuadas.

Já a reunião do grupo com o governador e os demais secretários deve ocorrer uma vez por mês. Na ocasião, o chefe do Executivo terá uma visão mais ampla do trabalho que vem sendo realizado e da resposta das secretarias a cada uma das ações. ♦

“Estamos traçando metas para vários indicadores. E esse é um trabalho inovador”

*Marconi Perillo*





## VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

ESTADO DO MARANHÃO TEM ATUADO EM ALGUMAS FRENTES, COMO O INTUITO DE FORTALECER OS SERVIÇOS PÚBLICOS E TER, EM SEU QUADRO, PROFISSIONAIS MOTIVADOS E ENGAJADOS

TEXTO: LUANA MÚRIELLA/SEGE-MA  
FOTOS: HANDSON CHAGAS E GERALDO FURTADO

O Governo do Maranhão tem investido na realização de concursos, como forma de melhorar os serviços públicos prestados à sociedade. Ainda nos primeiros meses da atual gestão, consideraram-se prioritárias as áreas como educação, saúde e segurança. Foram abertas, por exemplo, 1.500 vagas para professor, com remuneração de R\$ 4.985,44.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estaduais e Municipais do Estado do Maranhão (Sinproesemma), Júlio Pinheiro, a abertura da seleção para profissionais do magistério é uma luta histórica dos profissionais da educação atendida pelo governador Flávio Dino.

“O concurso atende a uma pauta importante do Sinproesemma que entende como fundamental a diminuição da contratação temporária na Rede Estadual de Ensino. Por outro lado, oportuniza à comunidade em geral o ingresso ao serviço público, fortalecendo a educação no nosso Estado”, defendeu Júlio.

Profissionais da saúde também serão contemplados para atuarem no fortalecimento e na efetivação da atenção primária nos municípios definidos pelo Comitê Gestor do Plano “Mais IDH”. Ao todo, foram disponibilizadas 120 vagas, além de cadastro reserva. Com a iniciativa, o Estado quer melhorar os seus indicadores de saúde, com atuação preventiva.

## Escola de Governo do Maranhão capacitou mais de 7 mil servidores públicos da capital e do interior do Estado em 2015

Na segurança pública, mais de 3 mil candidatos aprovados na 1ª fase do concurso público para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros foram convocados para darem continuidade ao processo. A convocação faz parte da política de ampliação do Sistema de Segurança Pública, que também convocou novos servidores para essa área.

### RECONHECIMENTO

O desenvolvimento de ações voltadas à valorização dos servidores públicos é uma das metas da Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (Segep). Importantes projetos já foram desenvolvidos, com destaque para a revitalização do Centro Social dos Servidores, um espaço de lazer do funcionalismo.

Com uma área de, aproximadamente, 325 mil m<sup>2</sup>, está localizado na orla da capital maranhense e tem estrutura completa para o entretenimento dos servidores e de seus familiares. Inaugurado há mais de 30 anos, o local estava abandonado. Nos últimos meses, foram realizadas melhorias em toda a sua extensão, como reforma dos chalés e do ginásio, serviços de pavimentação, iluminação, reconstrução de meio-fio e calçadas, pinturas e paisagismo.

A secretária de Estado da Gestão e Previdência, Lílían Guimarães, explicou que o “governo almeja recuperar não só a estrutura do espaço, mas, principalmente, resgatar a sua tradição, com ações culturais e atividades voltadas ao lazer, que atraiam os servidores e possibilitem a eles excelente opção de descanso, divertimento e exercícios salutarés para o seu bem-estar”, justificou.

Maria das Dores Fernandes é servidora do Estado há 35 anos. Para ela, o avanço do projeto de revitalização é uma grande transformação. “Fico imensamente feliz de ver o Centro Social tomando novo rumo, retomando suas atividades recreativas e esportivas”, comemorou.

### NOVO HOSPITAL

Com inauguração prevista para 2017, o Hospital do Servidor terá sede própria e contará com 120 leitos, 20 leitos de UTI, 40 consultórios e quatro centros cirúrgicos. “Esse é um pedido antigo da categoria o qual estamos desenvolvendo aos servidores, mediante a construção de uma nova unidade hospitalar”, afirmou o governador Flávio Dino. “Além do hospital, estamos priorizando mutirões para superar o atraso que há na marcação de exames para os servidores, ao mesmo tempo em que estamos cuidando da descentralização para que o atendimento chegue a várias regiões do Maranhão”, acrescentou.

Outro benefício aos servidores é a qualificação na Escola de Governo do Maranhão (Egma), que já capacitou mais de 7 mil colaboradores da capital e do interior. Já o Clube do Desconto do Servidor, lançado em 2015, oferece descontos em empresas parceiras. A inspiração veio da Bahia. ♦



**CENTRO SOCIAL DOS SERVIDORES:**  
ATIVIDADES VOLTADAS AO LAZER DO  
FUNCIONÁRIO PÚBLICO





**GOVERNADOR FERNANDO PIMENTEL**  
VISITOU 17 TERRITÓRIOS DURANTE  
OS FÓRUNS REGIONAIS

## PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA

PROBLEMAS E NECESSIDADES LEVANTADOS EM TODO O ESTADO SERVIRÃO DE BASE PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

TEXTO: MARCO ANTÔNIO CORTELETI/SEPLAG-MG  
FOTOS: CARLOS ALBERTO/IMPRESA-MG E RICARDO BARBOSA/ALMG

**C**riados para ampliar a participação popular na gestão pública, os Fóruns Regionais de Governo realizados pelo interior de Minas Gerais, em 2015, reforçaram o compromisso do Executivo estadual em trazer a população para dentro do governo. A importância desse processo democrático ficou demonstrada pela presença do governador Fernando Pimentel, que visitou os 17 territórios durante a instalação dos fóruns.

As demandas e as necessidades discutidas nos encontros contribuíram para que o governo traçasse um diagnóstico territorial, documento de grande importância que se tornou referência para as secretarias e os órgãos do Estado na elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), e também a base para a produção das diretrizes do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI).

O secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Helvécio Magalhães, explicou que o “PMDI consolida um conjunto de grandes escolhas que orientarão a construção do futuro do Estado no longo prazo, que terá como ponto de partida a promoção do desenvolvimento econômico e social sustentável”.

O secretário ainda destacou que “o compromisso com um modelo de desenvolvimento sustentável não se baseia apenas no crescimento material individual, mas, sobretudo, em um crescimento que seja equitativo e durável, baseado na redução das desi-



**SECRETÁRIO HELVÉCIO MAGALHÃES**  
ENTREGOU O PMDI NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

gualdades sociais, em maior equilíbrio regional, em parâmetros ambientais e no aprofundamento da democracia”.

Eleitos durante os fóruns, os representantes da sociedade civil para o Colegiado Executivo do PMDI têm o papel de articular as relações entre a população e o governo, acompanhando os desdobramentos práticos do planejamento participativo. Esse processo é feito por meio de discussões promovidas pela Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e pelo monitoramento das políticas públicas e dos programas constantes no PPAG e no PMDI.

### AVALIAÇÃO

O trabalho de comparação das necessidades e dos problemas levantados nos Fóruns Regionais com o PMDI foi avaliado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Minas Gerais (Cedes), formado por representantes do governo estadual, do legislativo e do executivo, de instituições de expressividade estadual e de integrantes dos colegiados executivos.

No momento, todos os órgãos do Estado, a partir de uma pré-análise feita pela Seplag, estão analisando a

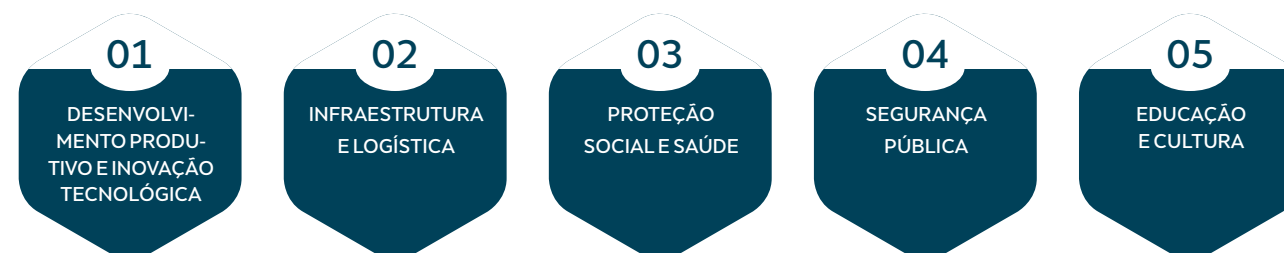
viabilidade orçamentária de cada um dos 11 mil problemas levantados durante os Fóruns Regionais em todo o Estado.

Em 2016, o processo de participação continuará em cada um dos 17 territórios, avançando no detalhamento do diagnóstico obtido e na fiscalização da implantação das demandas apontadas nos Fóruns Regionais que foram alocados no PPAG. Além disso, serão definidas câmaras temáticas para tratar de temas relevantes no âmbito do Cedes.

### EMENDAS POPULARES

Entre os dias 28 de outubro e 5 de novembro de 2015, a ALMG discutiu, com a sociedade, o planejamento para o período 2016-2019 e o orçamento do Estado para 2016. Juntos, parlamentares e sociedade civil avaliaram os programas e as ações propostas pelo Governo do Estado e sugeriram, por meio de emendas populares e conforme os eixos do PMDI levantados nos Fóruns Regionais, alterações nos objetivos dos programas, nas metas de entregas de bens e de serviços e, até mesmo, na destinação de recursos para as ações previstas. ♦

### OS CINCO EIXOS DO PMDI







# TRANSPARÊNCIA NAS CONTAS PÚBLICAS

GOVERNO DO MATO GROSSO DO SUL REMODELOU TOTALMENTE O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA PARA DISPONIBILIZAR COM FACILIDADE, O ACESSO DE DADOS PÚBLICOS

TEXTO: DIANA GAÚNA/SUBCOM-MS  
FOTOS: SHUTTERSTOCK E DIVULGAÇÃO

O Portal da Transparência do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul está de cara nova. Lançada em outubro, a ferramenta é uma verdadeira inovação frente aos modelos anteriormente propostos. Agora, qualquer cidadão – até mesmo os que não conhecem o nome de fornecedores, servidores ou secretarias – podem obter dados sobre os gastos do governo, no site [www.transparencia.ms.gov.br](http://www.transparencia.ms.gov.br).

O importante passo na direção da transparência e do respeito aos cidadãos sul-mato-grossenses é uma das metas de gestão do governador Reinaldo Azambuja. Para o chefe do Executivo, a disponibilização dos dados é mais do que uma promessa: é um compromisso político. Isso porque, em sua avaliação, a transparência e o acesso à informação são importantes aliados no combate à corrupção e no fortalecimento da democracia.

Segundo Reinaldo, “o Portal da Transparência traz uma gestão mais participativa, possibilitando diálogo maior entre o governo e a população. Ele está formatado para receber o acesso de todos os cidadãos e demais interessados. Seu lançamento significa, ainda, o cumprimento de um compromisso feito e o combate da corrupção”, disse.

Na opinião do secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, Eduardo Riedel, o portal é um “produto robusto” e de fácil acesso. “É, sem dúvida alguma, uma grande ferramenta

para a população, com informações de vários setores do governo disponibilizadas de forma inédita”, afirmou.

Para que a população crie familiaridade com o portal, o subsecretário de Comunicação, Rodrigo Mendes, organizou campanhas televisivas e ações de intervenção em locais de grande movimentação. “Faremos ações nas principais praças de circulação de pessoas de Campo Grande para mostrar a todos como é fácil o acesso, fazendo com que os sul-mato-grossenses criem o hábito de consultar como os seus impostos são aplicados”, defendeu Mendes.

## 500 MILHÕES DE ACESSOS

É possível ter acesso a contratos, licitações, despesas, receitas, repasses e convênios – tanto detalhado mês a mês, compilado por ano ou mesmo por nota fiscal de serviço. A ferramenta também permite acompanhar, em tempo real, como o dinheiro público está sendo investido, bem como fiscalizar se os recursos públicos estão sendo usados como deveriam.

Nas duas primeiras semanas no ar, o portal teve mais de meio milhão de acessos e o registro de uma ligação para a central de atendimento. Por e-mail, 19 pessoas quiseram tirar dúvidas, mas nenhuma sobre acesso à informação. Está na frente a busca por informações pessoais dos servidores; em segundo lugar, a receita simpli-

ficada do Estado; já em terceiro, as despesas do governo. Somente nas seis primeiras horas de lançamento, mais de 100 mil acessos foram registrados.

Conforme o diretor-técnico da Superintendência de Gestão da Informação (SGI), Fábio Almeida, o novo portal nasceu com a meta de tirar o Estado da antepenúltima posição no ranking brasileiro de acesso às contas públicas, elaborado pela Controladoria-Geral da União (CGU), e colocá-lo entre os 10 melhores.

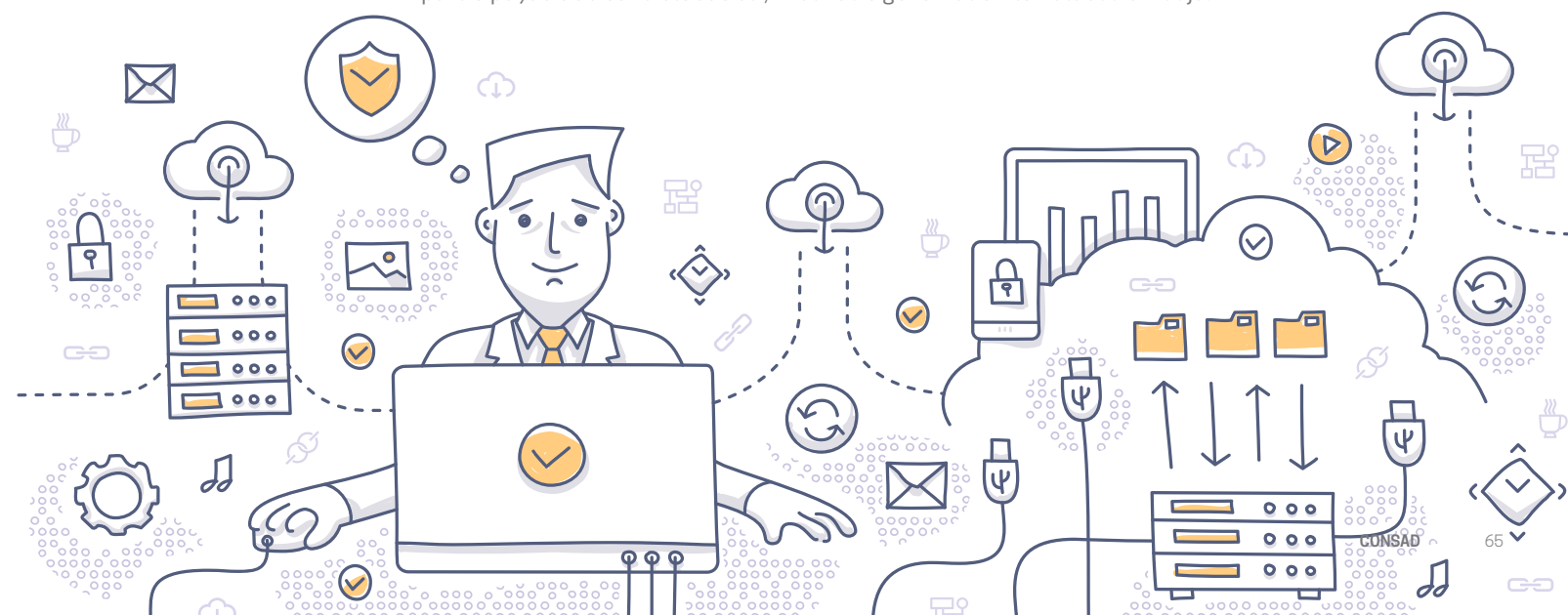
## SALÁRIO NOMINAL

Uma das inovações da ferramenta é a divulgação dos salários dos servidores de forma nominal. A Lei nº 4.720, que entrou em vigor em 21 de setembro de 2015, altera trechos da Lei nº 4.416/2013 – que disciplina as regras estaduais de acesso à informação. Até então, a legislação determinava a publicação de uma tabela de remuneração dos cargos e das funções em separado da lista de nomes dos servidores.

O Governo do Mato Grosso do Sul possui mais de 70 mil servidores, exibindo, na internet, nomes, matrículas, remunerações e subsídios recebidos por ocupantes de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, indenizações e outros valores pagos a qualquer título. ♦

## O QUE DIZ A LEI

O direito de acesso à informação é garantido pela Constituição Federal e em diversos normativos, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Lei da Transparência e, mais recentemente, a Lei de Acesso à Informação (LAI) – esta última garante amplo acesso a qualquer documento ou informação produzida ou custodiada pelo Estado, que não tenham caráter pessoal e não estejam protegidos por sigilo. “Além de um aprimoramento da gestão, a ferramenta é um estímulo à participação e ao controle social”, finalizou o governador Reinaldo Azambuja.







# CHOQUE DE GESTÃO NA ADMINISTRAÇÃO

MUDANÇAS VÃO DESDE A SELEÇÃO DE GESTORES PARA CARGOS COMISSIONADOS ATÉ OS MODELOS DE LICITAÇÕES, COM RESULTADOS VOLTADOS PARA A POPULAÇÃO

TEXTO: EUZIANY TEODORO/SEGES-MT  
FOTOS: SHUTTERSTOCK E LUCAS NINNO/GCOM-MT

A Secretaria de Gestão do Estado de Mato Grosso (Seges), sob o comando do secretário Julio Cesar Modesto dos Santos, tem cumprido todas as metas estabelecidas em dois Acordos de Resultados firmados com o governador Pedro Taques, o que provocou mudança intensa na forma de gestão, com foco em benefícios práticos à população.

Nos primeiros 100 dias da nova gestão, iniciada em 1º de janeiro de 2015, 100% das 22 medidas emergenciais foram cumpridas, e o monitoramento dessas metas foi feito diariamente pelo próprio secretário e pela equipe técnica da Seges. Um novo acordo foi firmado em julho do ano passado, em que 57 novas medidas foram elencadas para a Secretaria de Gestão e cumpridas até 31 de dezembro.

Segundo o secretário Julio Modesto, as metas prioritárias começaram a ser traçadas ainda durante a transição do governo, entre novembro e dezembro de 2014. “Elencamos as prioridades com tranquilidade porque tínhamos as ferramentas necessárias dentro do que planejamos. Onde encontramos maior deficiência de controle ou planejamento na antiga Secretaria de Administração, entramos mais a fundo, o que demandou um pouco mais de tempo”, avaliou.

## RECADASTRAMENTO

Uma das principais ações foi o recadastramento dos servidores ativos e inativos de toda a administração direta e indireta do Executivo estadual. No total, 99,4% dos servidores ativos identificaram-se diretamente ao seu chefe imediato para se recadastrar. Da mesma forma, 94% dos servidores inativos fizeram a prova de vida. Aqueles que não se recadastraram tiveram os proventos bloqueados e passam por investigação para saber a atual situação de vida e de trabalho.

A Seges também implementou o Conselho de Gestão de Pessoas (Cogep), responsável pela mediação de todos os assuntos referentes aos sindicatos de trabalhadores do Estado, que centraliza o atendimento a todas as categorias, mantendo um diálogo aberto com o governo.

Outro processo que está sob o controle da pasta é o de acompanhamento e de análise dos contratos firmados em todas as secretarias estaduais. Para isso, um módulo específico da atual ferramenta eletrônica utilizada pela Seges está sendo implementado. Assim, os contratos são inseridos no Sistema de Aquisições Governamentais (SIAG-C) e os servidores públicos qualificados para a inserção desses documentos.

Um mapeamento dos contratos foi feito em parceria com as secretarias de Planejamento e Fazenda, classificando as despesas de acordo com sua necessidade. A Seges também escolheu, como prioridade para as licitações no Estado, o modelo de pregão eletrônico – modo encontrado para alcançar empresas de todo o Brasil, sem causar gastos aos competidores no deslocamento presencial. O processo é todo *on-line*, e qualquer pessoa pode acompanhá-lo do próprio computador.

## INVESTIMENTO PESSOAL

Também têm sido realizadas importantes ações na qualificação dos servidores. A Escola de Governo já ministrou cursos a 2.500 pessoas até o mês de setembro de 2015 – quando a meta era de 1.500 até dezembro, já



superada em 60%. De janeiro a setembro foram aplicados 70 treinamentos, sendo que o principal deles foi o de gestão pública, direcionado aos novos gestores que assumiram cargos de gerência no início do ano.

A escola também inovou com um projeto-piloto em que a seleção de futuros cargos comissionados será feita com base nas competências dos candidatos – e não apenas por indicação, como ocorria anteriormente. O primeiro cargo comissionado selecionado por esse modelo foi o de superintendente da própria unidade educacional, que teve a concorrência de 181 pessoas.

Prova da eficiência desse novo modelo de gestão, já adotado em todas as secretarias estaduais, com a anuência do governador Pedro Taques, é que 77% dos cargos comissionados existentes no governo são, atualmente, ocupados por servidores de carreira, enaltecendo a valorização do agente, tido como maior patrimônio do Estado. ♦



## PLANO PRÓPRIO

O plano de saúde dos servidores estaduais, o MT Saúde, passou por adequações. Entre elas, destaca-se a publicação de um decreto para promover a alteração na forma de cobrança do plano, que passa de faixa salarial para faixa etária. Em avaliação dos preços de mercado praticados na região, o MT Saúde é a opção mais barata, chegando a 200% de diferença em algumas categorias de contrato.





# HOSPITAL ONCOLÓGICO INFANTIL

UNIDADE HOSPITALAR PÚBLICA É O PRIMEIRO DA AMAZÔNIA PARA O TRATAMENTO DE CâNCER PARA CRIANÇAS E PARA JOVENS DE ATÉ 19 ANOS

TEXTO E FOTOS: SECOM-PA

No dia 12 de outubro, data em que se comemora o Dia das Crianças, a população paraense ganhou mais uma grande obra na saúde: o Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo – a primeira unidade hospitalar da Amazônia especializada no tratamento de câncer para crianças e para jovens de até 19 anos.

Durante a inauguração, o governador Simão Jatene, ao lado do secretário de Estado de Saúde Pública, Vitor Mateus, autoridades, familiares do médico **OCTÁVIO LOBO** e convidados puderam conferir os detalhes do espaço. A unidade, anexa ao Hospital Ophir Loyola, possui um centro médico com 108 leitos, sendo 10 da Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

A estrutura tem capacidade para atender, concomitantemente, a 15 pacientes na quimioterapia e para fazer 1.320 consultas de ambulatorio por mês e 378 internações. “Esse hospital é um ganho para todo o Estado. Teremos mais de 100 leitos para prestar melhor atendimento às crianças que tanto precisam de um tratamento especializado. É com obras como essas que damos dignidade ao nosso povo”, afirmou o governador.

E completou: “faço questão de dizer para cada paraense que esse hospital é público. Nenhum paraense, nenhum brasileiro, nenhum cidadão, ninguém precisa pagar absolutamente nada para ter acesso, pois foi feito com o imposto que todos pagam. É um hospital de altíssima qualidade e de referência, o qual faz parte de uma estratégia de implantação de serviços públicos de média e alta complexidade em todo o Estado que, por sinal, é um dos grandes desafios que estamos enfrentando”.

## MAIS HOSPITAIS

O Hospital Oncológico Infantil começou a ser construído no primeiro mandato de Simão Jatene. Na época, ele deu início ao projeto de descentralização dos serviços de saúde com a construção dos hospitais regionais de Santarém, Marabá, Altamira, Breves e Redenção, além do Metropolitano, em Ananindeua.

Já no segundo mandato, Jatene ampliou os investimentos na área da saúde e expandiu a rede hospitalar, com a inauguração de quatro novos hospitais: o Jean Bittar, o Galileu, a Nova Santa Casa (em Belém) e, ainda, o Hospital Regional do Leste (em Paragominas) – além de retomar com mais agilidade as obras do oncológico infantil. Também estão em andamento as obras do Regional de Itaituba e de Castanhal e a requalificação de hospitais municipais, como o de Abaetetuba e de IPIXUNA do Pará.

## ESPAÇOS LÚDICOS

Cerca de R\$ 80 milhões foram investidos no novo espaço, entre a estrutura física e os equipamentos, o que irá garantir melhor qualidade no tratamento dos pequenos pacientes. Nos cinco andares do prédio estão distribuídas as áreas de quimioterapia, o centro cirúrgico, o centro de terapia intensiva e as clínicas pediátricas e de ginecologia.

Também há espaços lúdicos, como biblioteca, brinquedoteca e um solário, tudo decorado com imagens de desenhos que as crianças internadas no Ophir Loyola produzem durante as oficinas. “O remédio mais importante que esse hospital vai usar, além de todos os tratamentos disponíveis, é o amor. Elemento que todo hospital precisa, mas esse, particularmente, tem um significado muito especial, pois tem seres ainda muito frágeis, enfrentando o desafio, já no início da vida, de brigar pela sobrevivência”, complementou Simão Jatene.

O hospital fará a diferença na vida de muitas pessoas, como na do pequeno Magdiel, de 7 anos, que foi diagnosticado com leucemia há um ano. A mãe dele, a

Criou, em 1950, o Serviço de Radiologia e de Radioterapia do então Instituto Ophir Loyola, iniciando, de forma pioneira, o tratamento do câncer, por meio da radioterapia no Estado do Pará e no Norte do Brasil. Até hoje, é considerado um médico de vanguarda por trazer tecnologias pioneiras para o Estado e influenciar toda uma geração. Na inauguração, seu filho Arthur fez um emocionado discurso.



GOVERNADOR SIMÃO JATENE INAUGUROU O ESPAÇO NO DIA 12 DE OUTUBRO

costureira Marli Rodrigues, conta que o menino vem respondendo bem ao tratamento, graças ao atendimento no Ophir Loyola.

Marli vê, com muita alegria, a inauguração desse novo espaço para tratamento. “Meu filho será um dos beneficiados nesse novo hospital. O que antes era bom, agora, vai ficar melhor. Fiz questão de vir conferir de perto e achei tudo muito lindo. Tenho certeza de que a cura virá muito mais rápida não só para o meu filho, mas para todos que aqui forem tratados”, disse, emocionada.

## CORPO MÉDICO

O novo hospital conta com profissionais de diversas áreas, entre médicos e as equipes de enfermagem, multiprofissional, administrativa e de apoio, que trabalharão para prestar o melhor atendimento aos pacientes. “Este é o único hospital público da região Norte de oferta de serviço oncológico pediátrico, e isso é um marco para nós”, defendeu o secretário Vitor Mateus.

Para ele, esta é “uma demonstração do investimento que o governo estadual está fazendo, no sentido de proporcionar uma resposta à grande demanda que temos na área de oncologia. Esta é mais uma das unidades da rede que está sendo constituída. Em breve, vamos inaugurar o oncológico de Tucuruí. Santarém já está funcionando muito bem e temos também o Barros Barreto. Com eles, teremos condições de diminuirmos as filas e melhor atender a todos”, completou.

Além do solário localizado no quinto andar, o espaço terá outras áreas que amenizam o tratamento médico das crianças com câncer, como a brinquedoteca e a sala de música. “É provado que, além de toda a técnica envolvida, o amor e o carinho no cuidado com o paciente levam à melhora do quadro”, justificou Vitor. ♦



# PROB

## AVALIAÇÃO ESPECIAL PARA OS CONCURSADOS

INSTITUÍDO EM JUNHO, PROCESSO AVALIARÁ CADA FUNCIONÁRIO PÚBLICO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO POR UM PERÍODO DE 1.095 DIAS ATÉ QUE ELE CONQUISTE A SUA ESTABILIDADE

TEXTO: CECÍLIA NORONHA/SECOM-PB  
FOTO: SHUTTERSTOCK

**M**ais de 7.500 servidores em estágio probatório, lotados em órgãos, autarquias e fundações do Governo da Paraíba, estão passando pela Avaliação Especial de Desempenho (AED). O procedimento foi regulamentado e implantado pelo Poder Executivo estadual, graças a uma política de modernização da administração pública. A iniciativa contribuirá com a eficiência do serviço prestado pelo Estado e aprimorará a aptidão do funcionário para o cargo assumido por ele, por meio de concurso público.

A secretária de Estado da Administração, Livânia Farias, destacou os benefícios da avaliação especial: “estamos cumprindo a legislação e mudando a mentalidade e culturas. O servidor torna-se mais comprometido com o serviço que desempenha e envolvido com as ações do Estado. Acreditamos que a implantação da AED vai trazer, ao longo do tempo, melhora na qualidade do serviço público prestado”.

A AED é o processo de acompanhamento e de avaliação do desempenho dos servidores em período de estágio probatório, tanto da administração pública direta do Poder Executivo quanto das indiretas (autarquias e fundações). Caracteriza-se pelo acompanhamento contínuo do servidor e, também, pelo registro do seu desempenho na consecução de suas atividades, metas e tarefas.

“Os resultados de uma avaliação correta podem decidir sobre o potencial da força de trabalho do servidor”

*Livânia Farias*

### AÇÕES REALIZADAS

Depois das providências legais, instituiu-se o Comitê Gestor da Secretaria de Estado da Administração, responsável por acompanhar todo o processo de avaliação junto aos órgãos que estão desenvolvendo a AED. Outra medida foi a estruturação das comissões de avaliação especial, com o envolvimento do setor de recursos humanos de órgãos, autarquias e fundações do Poder Executivo estadual.

Para a implantação do Programa de AED, a Sead promoveu seminários e encontros para orientação, divulgação e implantação das diretrizes da avaliação no Estado. Essa é uma ação contínua junto aos órgãos, o que permite, entre outras coisas, a adequação da metodologia – sob a coordenação do Comitê Gestor.

### PROCESSO AVALIATIVO

O estágio probatório inicia-se a partir da data da posse do servidor concursado. Assim, dentro do período de três anos, o servidor será avaliado, de acordo com os critérios de assiduidade, disciplina, iniciativa, produtividade e responsabilidade. Compete aos setores de recursos humanos do local onde o servidor é lotado proceder com a abertura dos processos para avaliação. Essa documentação é enviada ao supervisor imediato do funcionário.

É ele quem preenche o Plano de Gestão do Desenvolvimento Individual (PGDI), em conjunto com o servidor. Esse é um momento importante de interação entre as partes, pois ambos definem as competências e as atribuições do cargo. É nessa ocasião que os dois também conversam sobre os resultados esperados para a melhoria da qualidade do serviço e da avaliação do servidor.

A avaliação é dividida em etapas que finalizam em 31 de dezembro de cada exercício. Dois meses antes disso, os processos são encaminhados pela chefia imediata às comissões em cada órgão que, por sua vez, prosseguem com os trabalhos e emitem parecer. O servidor tem direito a pedido de reconsideração, caso não esteja satisfeito com o seu resultado. ♦

O funcionário será avaliado por um período de 1.095 dias até conquistar sua estabilidade. Para isso, são obedecidos os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, contraditório e ampla defesa. Entre os objetivos, estão apurar a aptidão do servidor para o exercício do cargo ao qual foi nomeado, contribuir para a implementação do princípio da eficiência e aprimorar o desempenho do servidor e o dos serviços estaduais.

A secretária enfatizou que “os resultados de uma avaliação correta podem decidir sobre o potencial da força de trabalho do servidor”. Segundo ela, “será conferida estabilidade àqueles que atenderem devidamente aos requisitos. Portanto, a avaliação também é uma forma de o governo valorizar o seu principal capital, que é o servidor”, completou.

### DISPOSITIVOS LEGAIS

O artigo 20 da Lei Complementar Estadual nº 50/2003 (Estatuto do Servidor Público) já previa a Avaliação Especial de Desempenho (AED) do servidor público civil em período de estágio probatório, porém, carecia de regulamentação da matéria para sua operacionalização. Dois dispositivos legais foram, então, criados.

Um deles foi o Decreto nº 35.784/2015, assinado pelo governador Ricardo Coutinho e publicado em 29 de maio de 2015, que regulamentou o processo de AED do servidor em estágio probatório. Outro diz respeito à Resolução nº 001/Sead, publicada em 29 de junho de 2015 e assinada pela secretária Livânia Farias, a qual prevê a metodologia, os procedimentos e os instrumentos utilizados na avaliação.

Com base na lei complementar, no decreto e na resolução, foi possível elaborar o Manual de Avaliação de Desempenho do Servidor Público Civil em Estágio Probatório, que discorre sobre a AED e o estágio probatório. Também visa a disciplinar o sistema de avaliação, com informações básicas sobre suas ferramentas, procedimentos e metodologia. Serve, ainda, como consulta e orientação àqueles que estão submetendo-se ao processo avaliativo.





## CENTRAL DE LICITAÇÕES ECONOMIZA R\$ 1 BILHÃO

FORMADA POR 60 PROFISSIONAIS DE DIVERSOS ÓRGÃOS DO GOVERNO, CENTRAL É TREINADA E FOCADA EM OBTER BONS RESULTADOS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

TEXTO: ETIENE BAHÉ/SAD-PE  
FOTO: SHUTTERSTOCK

Com apenas um ano e meio de criação, a Central de Licitações do Governo de Pernambuco, subordinada à Secretaria de Administração do Estado (Sad), já economizou R\$ 1 bilhão aos cofres públicos. “Desde a sua criação, com o Decreto nº 40.441/2014, as análises da central colaboraram na redução dos valores dos processos encaminhados, no montante de R\$ 950 milhões. Sem falar na economia de tempo”, comemorou o secretário Milton Coelho.

Segundo o gerente-geral de Licitações do Estado, Rafael Vilaça, a média de conclusão de um processo licitatório, em 2013, era de 140 dias. “Esse tempo foi reduzido para 120. Já as contratações diretas, as dispensas e as inexigibilidades duravam 40 dias para serem concluídas. Hoje, bastam 26 dias. A contagem leva em consideração todo o tempo do processo, em dias corridos, incluindo etapas de responsabilidade do demandante, suspensões judiciais e feriados”, explicou.

Vilaça ressaltou, ainda, que a maioria das medidas de redução de prazo começou a ser implantada só em agosto de 2015. “Inclusive, foi estabelecida a meta de reduzir o prazo médio, nos casos dos processos licitatórios, para 100 dias”, completou.

## CENTRAL EM NÚMEROS

**120**  
dias para  
conclusão  
da licitação

**26**  
dias para  
contratação  
direta

**60**  
profissionais  
de várias  
áreas

**85**  
processos  
por mês

### BANCO DE DADOS

A centralização dos processos também possibilitou a criação de um banco de dados único, com informações das grandes licitações. Para o secretário-executivo de Compras e Licitações, Adailton Feitosa, “a compilação dessas informações pode orientar decisões estratégicas em diversos níveis, tanto na Sad quanto nos demandantes. Em 2014, a média de entrada de processos na central foi de 100 por mês. Em 2015, por conta do cenário econômico, ficou em 85 por mês”, informou.

Como exemplo estão os jogos escolares, o fardamento para alunos da Rede Estadual de Ensino, as bolsas de intercâmbio do programa Ganhe o Mundo, a locação de veículos para todo o Estado e a folha de pagamento dos servidores – esta última, ocorrida em novembro, com modalidade da licitação pregão presencial, do tipo maior oferta, com o valor inicial da disputa de R\$ 497 milhões. O aporte desse contrato é de extrema importância para o equilíbrio das contas estaduais.

Vale enfatizar que os processos geram atas corporativas, construídas e processadas pela Central de Compras e Licitações, uma vez que ofertam serviços e bens para toda a região, a partir de um certame único, gerando economia processual e de escala, como acontece com os

processos de aquisição de água mineral, de material de expediente e de locação de veículos.

### QUALIDADE DO GASTO

A central vem aplicando os comandos do Decreto nº 41.466/2015, que trata do Plano de Contingenciamento de Gastos, garantindo que todos os processos de alto valor autuados submetam-se ao controle de gastos pretendidos. Também atende à Lei Complementar nº 147/2014, que alterou o tratamento favorecido às micro e pequenas empresas, cujas inovações foram prontamente atendidas pela central. Outra lei é a nº 15.209/2013, a qual, pioneira em sua aplicação, versa sobre o acesso de desfavorecidos socialmente às vagas de terceirização do Estado – Programa Atitude.

Formada por 60 profissionais de diversos órgãos governamentais, a central é treinada e focada em obter bons resultados para a administração pública, baseando-se nos princípios elencados pela Constituição Federal, o que aumenta o nível de segurança na realização dos processos. Atualmente, possui 10 Comissões Centrais Permanentes, distribuídas em duas gerências distintas, de licitações de serviços e de aquisições e obras. ♦



## ADMINISTRAÇÃO MAIS EFICIENTE

DOS 99 MIL SERVIDORES PÚBLICOS PIAUIENSES, APENAS 5.940 NÃO FIZERAM O RECADASTRAMENTO FUNCIONAL. O CENSO PREVIDENCIÁRIO SEGUIU ATÉ DEZEMBRO DE 2015

TEXTO: ÉLIDA SÁ/SEADPREV-PI  
FOTOS: SHUTTERSTOCK E ASCOM/SEADPREV-PI

**C**om o intuito de planejar a gestão pública e de promover uma administração eficiente e transparente, a Secretaria de Administração e Previdência do Estado do Piauí (SeadPrev) lançou, em junho, o cadastramento do servidor público. A iniciativa teve, como propósito, atualizar os dados cadastrais de todos os servidores estaduais – incluindo ativos, aposentados, pensionistas, comissionados exclusivos, contratos temporários e prestadores de serviços.

De acordo com o titular da SeadPrev, Franzé Silva, a finalidade do cadastramento não é economizar recursos financeiros, mas, sim, utilizar melhor os gastos do Estado e reconhecer os servidores que são mais qualificados. “Piauí ganha em qualidade e em quantidade de serviços, contribuindo de forma a atender melhor aos interesses do cidadão”, argumentou Franzé.

A primeira etapa começou pela internet ([www.recad.pi.gov.br/siprev](http://www.recad.pi.gov.br/siprev)), no período de 23 de junho a 22 de agosto, apenas para ativos, inativos e pensionistas. Quase 10 mil desse público-alvo não se cadastraram, o que levou a SeadPrev a divulgar o Edital Público de Notificação, concedendo o prazo de mais 30 dias para que a situação desses servidores fosse regularizada.

Já a segunda etapa, ocorrida entre os dias 24 de setembro e 27 de novembro, foi realizada graças ao Termo de Cooperação Técnica firmado entre a secretaria e a empresa de Serviços e

Consultoria em Previdência (Sercoprev), como parte do Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social (Proprev), com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

### POSTOS DE ATENDIMENTO

Conforme o contrato firmado, a Sercoprev ficou responsável por custear a contratação dos recenseadores para a prestação dos serviços, bem como dos equipamentos necessários para a coleta de fotografia e impressão digital. Em contrapartida, o governo piauiense cedeu as estruturas física, mobiliária e de publicidade e destinou coordenadores do Estado para todas as unidades do recenseamento.

Em Teresina, por exemplo, vários lugares foram disponibilizados, entre os quais, destacam-se a Secretaria de Administração e Previdência e a Escola Fazendária. Cada servidor foi atendido de acordo com o mês do seu nascimento. Quem estava impossibilitado de se locomover devido a problemas de saúde pôde ser atendido no local sugerido e previamente agendado.

Nos demais municípios da região foram montados postos de atendimento e unidades móveis, além do caminhão digital, que cumpriu rotas previamente definidas.

### BLOQUEIO SALARIAL

Com o término do programa, a SeadPrev divulgou o Edital Público de Notificação destinado aos servidores que não se cadastraram. A Procuradoria-Geral do Estado irá acompanhar todos os casos, individualmente. Os nomes dos faltosos estão publicados no site da secretaria: [www.seadprev.pi.gov.br](http://www.seadprev.pi.gov.br).



**FRANZÉ SILVA:** O RECADASTRAMENTO RECONHECE OS SERVIDORES MAIS QUALIFICADOS

Dos 99.012 servidores, 5.940 não fizeram o cadastramento. Destes, 2.453 são de Teresina e 3.487 do interior do Estado, segundo o secretário Franzé Silva. Todavia, ele afirmou que o Censo Previdenciário promovido no Piauí foi o que melhor atingiu o número de servidores, comparado com o que já foi realizado em outros estados brasileiros.

Conforme Franzé, o contracheque daqueles que não se cadastraram estão bloqueados e todos foram notificados para comparecer à SeadPrev, até o dia 18 de dezembro para a atualização. Ele alertou que o não comparecimento, nessa última etapa, implicará a apuração da respectiva responsabilidade funcional, por meio de Processo Administrativo Disciplinar, ou a abertura de processo administrativo para a cassação de benefício previdenciário. ♦







## ACESSO LIVRE AO ARQUIVO PÚBLICO

PROJETOS PROPÕEM QUE SERVIDORES ADQUIRAM CULTURA DE PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL E INCENTIVA COMUNIDADE A VISITAR E UTILIZAR OS SERVIÇOS DO ARQUIVO

TEXTO: EVANDRO FADEL/SEAP-PR  
FOTOS: PEDRO RIBAS E ORLANDO KISSNER

O Arquivo Público do Paraná, vinculado à Secretaria da Administração e da Previdência, decidiu abrir as portas para tornar-se conhecido e criar uma cultura de preservação documental, tanto entre os servidores quanto para a população. “Só se pode amar e gostar daquilo que se conhece”, justificou a diretora do Departamento Estadual de Arquivo Público (Deap), Maria da Graça Simão.

Na busca por agilidade e por eficácia na administração estadual, o envolvimento começou pelos funcionários públicos chamados a participar do Programa de Gestão de Documentos (PGD), que tem como objetivo simplificar o processo de arquivamento. Os órgãos estaduais designaram colaboradores para compor as Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos (CSADs).

Eles receberam dados básicos sobre o funcionamento do arquivo e orientações sobre classificação, tempo de guarda e modelos de formulários para os procedimentos de eliminação e de transferência de documentos produzidos e recebidos pela administração pública.

Segundo o coordenador do programa, o arquivista Gilberto Ayres, a metodologia possibilita a centralização, o gerenciamento e a disponibilização do acervo de documentos de uma instituição. “Por meio da aplicação dos princípios básicos de arquivologia no sistema documentador, repositório digital



O ARQUIVISTA GILBERTO MARTINS É COORDENADOR DO PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS

adotado pelo Arquivo Público, é possível atender aos padrões exigidos, cumprindo a legislação estadual e federal”, afirmou.

Os documentos que serão guardados permanentemente são digitalizados e, as imagens, armazenadas no sistema. Baseadas nos critérios objetivos adotados, as comissões também definem quais dados precisam ser mantidos em meio físico, que passam, assim, pelo processo técnico de arquivamento.

De acordo com Ayres, o Estado possui 96 CSADs. A proposta é que outras 20 sejam formadas, com cobertura total dos órgãos públicos do Governo do Paraná. Um grupo de 180 servidores foi capacitado pela Escola de Governo para o trabalho de gestão documental — eles são multiplicadores do conhecimento para outros colaboradores.

### DADOS HISTÓRICOS

O Arquivo Público do Paraná tem mais de 41 milhões de itens documentais, destacando-se, entre eles, o inventário de bens de um dos fundadores de Curitiba, Baltazar Carrasco dos Reis, datado de 1697; toda a coleção de correspondências do governo do Estado, desde 1853; os registros de imigrantes da região; além de um dos mais completos arquivos digitalizados do Departamento de Ordem Política e Social (Dops).

Muitos documentos podem ser consultados pela internet, mas visitar o prédio tem sido uma atividade incentivada. “Uma unidade de informação governamental como o Arquivo Público possui um vasto potencial educativo e cultural que pode e deve ser explorado”, defendeu Maria da Graça Simão.

Um dos projetos iniciados em 2015 foi o “Quarta às Quatro”, que convida a comunidade para conhecer o espaço em uma visita guiada. “Nunca tinha entrado e nem sabia que era de acesso público”, comentou o empresário Alcides Corvera, que tem um estabelecimento em frente ao prédio do arquivo. Ele foi o primeiro a participar do evento. “A gente pensa que é um quarto com documentos dormindo, mortos. Mas percebe que é tudo vivo”, frisou.

### PARCERIAS DE SUCESSO

Estudantes também têm sido estimulados a utilizar o serviço público, por meio de parcerias com a Universidade Federal do Paraná — que também fez a descrição de documentos referentes à escravidão no Estado, no século XIX e no Período Imperial — e do Fundo do Conselho Regional de Desportos. Com as Faculdades Integradas do Brasil (UniBrasil), foi trabalhado o projeto Instrução Pública no Paraná, que compreende de 1889 a 1930.

Já o Instituto Federal do Paraná (IFPR) fez a descrição de documentos referentes às irmandades no Paraná Provincial, e, atualmente, os alunos têm visitado com frequência o arquivo. Lá, estão aprendendo, com os servidores, a arte de manipular a documentação desde a higienização, passando pelo processo de conservação, descrição e catalogação e encerrando com a digitalização.

Os estudantes ainda encontraram, em uma sala-cofre do antigo prédio Mate Real, em Curitiba, milhares de documentos empilhados, que datam desde a época do Império. “Percebemos que havia documentos importantes para a história”, ressaltou o professor de História do IFPR, Edilson Chaves. ♦





SECRETÁRIA CLÁUDIA UCHÔA  
E O SERVIDOR MAIS ANTIGO, JOÃO GALDINO

# UM NOVO OLHAR PARA O SERVIDOR

RELATOS DE 20 FUNCIONÁRIOS MOSTRAM A DIVERSIDADE DAS CARREIRAS DO ESTADO E UMA HOMENAGEM AOS QUE PRESTAM SERVIÇOS FUNDAMENTAIS À SOCIEDADE

TEXTO: ROBERTA VIEIRA/SEPLAG-RJ  
FOTOS: CLAUDIA ELIAS/SEPLAG-RJ

A Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro (Seplag) inaugurou, em 28 de outubro, Dia do Servidor Público, uma galeria com retratos de 20 funcionários das mais diversas carreiras existentes no Estado para homenagear os que se dedicam à prestação de serviços de qualidade à população

A Galeria dos Servidores foi instalada no andar onde fica a Subsecretaria de Gestão de Pessoas. A localização foi uma escolha da secretária Cláudia Uchôa para mostrar aos que trabalham nessa área que os 240 mil servidores ativos do Estado não são apenas números em uma folha de pagamento, mas pessoas que prestam serviços fundamentais à sociedade.

Para ela, a Seplag tem o desafio de aperfeiçoar o seu trabalho. “Já fizemos grandes avanços na área de sistemas e em ferramentas, manuais e processos de trabalho, mas queremos incrementar cada vez mais o olhar para o servidor”, explicou.

O subsecretário de Gestão de Pessoas, Edson Teramatsu, explicou que a “secretária Cláudia Uchôa, que é servidora de carreira há muitos anos e psicóloga de formação, fez com que tivéssemos um novo olhar para a questão do atendimento ao servidor público”. Segundo ele, a galeria não deve ser vista apenas como molduras e retratos, mas lembrar a missão da gestão de pessoas no Estado. ♦



## GALERIA DOS SERVIDORES

- 1) ALPA LUIZ - PRODUTOR E LOCUTOR // 2) ANTONELLA PARESCHI - VIOLINO SOLISTA // 3) AUGUSTO DA COSTA PEREIRA - PESQUISADOR DE AGRICULTURA E PESCA  
4) CARLOS EDUARDO HERDY - BOMBEIRO MILITAR // 5) CLAUDIA SOSINHO - PROFESSORA // 6) CLAUDIO MACHADO - BIÓLOGO  
7) EDUARDO ILDEFONSO LARDOSA - BIÓLOGO // 8) ÉRICA SOARES DA SILVA - AUDITORA FISCAL // 9) FRANCISCO TIMBÓ - PRIMEIRO BAILARINO  
10) JOÃO GALDINO - ASSISTENTE // 11) JULIA KISHIDA BOCHNER - ENGENHEIRA FLORESTAL // 12) LETÍCIA PINTO VINHAS - ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO  
13) LUZIA TRIANI - PESQUISADORA DE MICROALGAS // 14) MÁRCIA AMARAL - AUXILIAR DE PRODUÇÃO // 15) MARIA JOSÉ DOS SANTOS - AUXILIAR DE ENFERMAGEM  
16) NELSON FERREIRA DE MELLO - SUPERVISOR DE MANUTENÇÃO PREDIAL // 17) NEUSA LOURENÇO SILVA - ANALISTA DE FINANÇAS PÚBLICAS  
18) NIVALDO FONTENELE - PROFESSOR // 19) PATRICIA COIMBRA ANTONIO - ASSISTENTE DE ESTUDOS E PESQUISAS  
20) PRICILLA DE OLIVEIRA AZEVEDO - POLICIAL MILITAR



RN

## GOVERNO QUER RECADASTRAR 99 MIL SERVIDORES

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
DESTINOUS R\$ 3 MILHÕES PARA O CENSO  
CADASTRAL PREVIDENCIÁRIO, QUE FARÁ  
A ATUALIZAÇÃO DE DADOS DE ATIVOS,  
APOSENTADOS E PENSIONISTAS

TEXTO: ASCOM/SEARH-RN  
FOTOS: SHUTTERSTOCK E JOÃO VITAL

O Governo do Rio Grande do Norte começou o Censo Cadastral Previdenciário em 26 de outubro. Realizada pela Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (Searh) e pelo Instituto de Previdência dos Servidores Estaduais (Ipem), a ação é fruto de parceria com o Ministério da Previdência Social (MPS) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A expectativa é atingir 99 mil servidores efetivos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), entre ativos, aposentados e pensionistas do Poder Executivo estadual. A atualização da base de dados segue até março de 2016. A iniciativa faz parte da segunda fase do Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social (Proprev) do MPS, destinado a estados e a municípios.

Financiado com recursos da União (parte proveniente do BID), o programa visa ao apoio técnico e financeiro ao ente federativo para a atualização e a estruturação de bases de dados. Foram destinados US\$ 20 milhões para a execução do projeto no Brasil – dividido entre vários produtos do Proprev: censo cadastral, estudos destinados aos auditores e técnicos do ministério para tratar as políticas previdenciárias do País (tanto do regime geral quanto do próprio), bem como aquisição de equipamentos para doação.

## O projeto visa modernizar e atualizar a base de dados do Ministério da Previdência Social, dos estados e municípios

O Rio Grande do Norte foi selecionado para participar da ação ao lado de três estados: Piauí, Sergipe e Mato Grosso do Sul – além de cinco capitais e 39 municípios brasileiros. O Estado foi contemplado com duas ações dessa fase do Proprev: o censo cadastral e a doação de equipamentos, sendo que parte deles já está sendo usada no recadastramento.

O MPS destinou R\$ 3 milhões, incluindo custos de execução do censo e dos 54 equipamentos destinados ao governo potiguar, entre eles: um servidor de rede, 20 computadores, 10 notebooks, 21 estabilizadores e dois scanners de mesa. Os equipamentos encontram-se no Ipem. Em contrapartida, o Estado viabiliza infraestrutura e logística para o recadastramento e equipe para coordenação do trabalho e divulgação do censo – que está sendo executada pela Webtech Softwares e Serviços.

### BASE DE DADOS

O gerente de Projetos da Secretaria de Políticas de Previdência Social do MPS, Hélio Fernandes, esteve em Natal para acompanhar as ações da primeira etapa do censo estadual. Segundo ele, o objetivo do projeto é modernizar e atualizar a base de dados do ministério e, consequentemente, dos estados e dos municípios selecionados.

Hélio salientou que a base atualizada irá impactar no cálculo atuarial, que é realizado anualmente. “Esse cálculo aponta se o regime previdenciário tem déficit ou superávit. A grande maioria tem déficit, especialmente os estados. E esse valor tem de ser contabilizado, pois quanto maior o déficit, mais impacto o ente terá em sua contabilidade; ou seja, no seu poder de pagar e de apresentar garantias no momento de solicitar empréstimos. Esse trabalho vai retratar a realidade”, avaliou.

Ele destacou, ainda, a importância de manter o recadastramento anual para deixar a base de dados sempre



**MARCELO MARCONY:** MELHOR GESTÃO  
DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

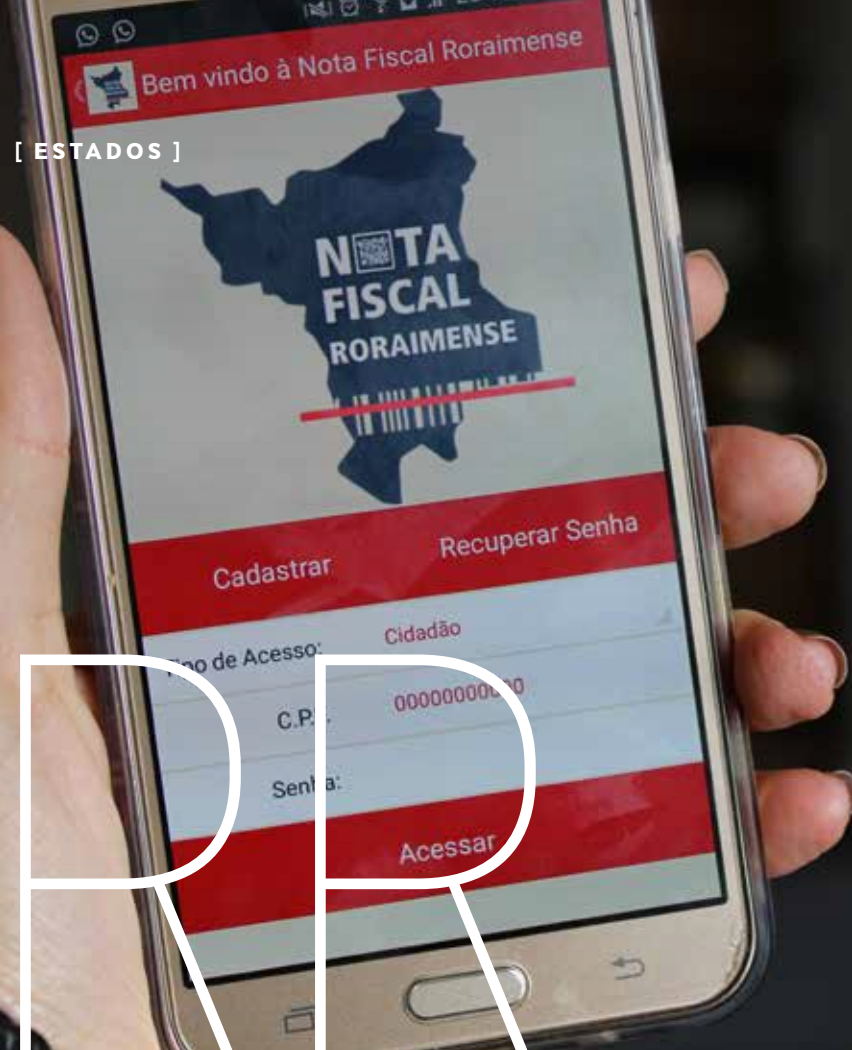
atualizada. “Não adianta o Estado fazer todo esse trabalho agora se não for continuá-lo posteriormente”, justificou.

### MELHOR GESTÃO

A primeira fase do censo, que abrange cerca de 30 mil servidores ativos, aconteceu até o dia 11 de dezembro, na Searh e na Escola de Governo do Rio Grande do Norte. As demais etapas estão sendo realizadas desde 14 de dezembro, para aposentados e pensionistas que moram na capital. Já no dia 25 de fevereiro de 2016, é a vez dos ativos, aposentados e pensionistas que residem no interior do Estado.

De acordo com o secretário da Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Norte, Marcelo Marcony, o censo representa um ganho excelente para o Estado. “Vamos dispor de uma base atualizada que irá nos permitir ter uma gestão melhor no que se refere à previdência dos servidores estaduais”.

Para facilitar o acesso dos colaboradores às informações bem como disponibilizar documentos, convocações, reagendamentos e outras ações do cadastro, o governo disponibilizou o site [www.melhorparavoce.rn.gov.br](http://www.melhorparavoce.rn.gov.br). ♦



## ALTERNATIVAS PARA AUMENTAR A ARRECADAÇÃO

NOTA FISCAL RORAIMENSE E CONDIÇÕES ESPECIAIS DE PARCELAMENTO SÃO FERRAMENTAS PARA AUMENTAR A ARRECADAÇÃO DO ICMS, PRINCIPAL FONTE DE RECEITA PRÓPRIA DO ESTADO

TEXTO: YANA LIMA/SECOM-RR  
FOTOS: NETO FIGUEIREDO/SECOM-RR

**A**ltamente dependente de repasses constitucionais do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que chegam a representar mais de 70% da receita estadual, o Governo de Roraima tem investido em programas de cidadania fiscal e vantagens para parcelamentos de débitos, a fim de aumentar a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal fonte de renda própria.

Para arrecadar mais e combater a sonegação, o governo recorreu ao consumidor. Com a instituição da Nota Fiscal Roraimense, o cidadão passa a ser o principal aliado na garantia da justiça fiscal. Desde outubro, a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) já registrou mais de 4 mil usuários cadastrados, 13 mil estabelecimentos e 150 mil notas fiscais emitidas com Cadastro de Pessoa Física (CPF) no documento.

O programa foi definido pela Lei nº 1.013, de 10 de setembro de 2015, e regulamentado pelo Decreto nº 19.724, de 9 de outubro de 2015, que define os critérios para participação. Os contribuintes podem, no momento da compra, solicitar dos estabelecimentos comerciais a inclusão do CPF na nota fiscal e, a cada R\$ 30 em compras, concorrem a até R\$ 25 mil. Mensalmente, são distribuídos 1.230 prêmios. No Natal, um sorteio especial foi

## APLICATIVO PARA CELULAR

Com a criação da Nota Fiscal Roraimense, os usuários cadastrados conseguem acompanhar os sorteios e as apurações de prêmios gratuitamente, pela *web* ou por um aplicativo para celular. O sistema foi desenvolvido pelo Centro de Tecnologia (Cetif) da Sefaz. Trata-se de uma ferramenta que pode ser acessada pelo *site*, por meio de qualquer navegador ou pelo aplicativo disponível para a plataforma android (baixado na PlayStore). A ferramenta levou 20 dias para ser desenvolvida. “Utilizamos a versão GeneXus Evolution 3 e apenas dois desenvolvedores para criar a Nota Fiscal Roraimense. Aqui, na Sefaz, trabalhamos com GeneXus há muitos anos e não tínhamos dúvida de que o aplicativo seria um sucesso”, ressaltou o servidor Cláudio de Lima Pereira.



realizado com todos os bilhetes das séries mensais (inclusive os premiados), com quatro prêmios de R\$ 25 mil.

O cliente acumula cupons para participar dos sorteios mensais, com um limite de 50 cédulas, o que corresponde a R\$ 1.500 em compras. “Ganha o contribuinte, e ganha também o Estado, pois, a cada mês, estima-se um incremento de R\$ 1 milhão na arrecadação do ICMS”, avaliou o secretário da Fazenda, Kardec Jakson.

### COMO FUNCIONA

O primeiro passo para participar do programa é acessar o *site* do governo ([www.portal.rr.gov.br](http://www.portal.rr.gov.br)) e se cadastrar no Portal da Cidadania Fiscal, um canal de interação entre os contribuintes e a Receita Estadual. O processo é simples e, com poucos cliques, já é possível garantir a inscrição. Depois, é só solicitar a inserção do CPF na nota fiscal a cada compra.

Kardec Jakson exemplificou que, a cada R\$ 100 em compras, cerca de R\$ 17 devem ser revertidos ao fisco estadual, em forma de ICMS. “Se o consumidor não exigir o documento fiscal, esse valor fica para o estabelecimento e deixa de ser investido em saúde, em educação, na economia dos municípios e nas demais ações em prol da população”, comentou.

Todos os estabelecimentos estão aptos a emitir a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFCE). Para

isso, é preciso uma impressora térmica e um computador com internet. Mais de 3,3 mil estabelecimentos já estão emitindo o documento. “A participação da população é muito importante. No aplicativo Nota Fiscal Roraimense, o contribuinte pode informar para a Sefaz quais estabelecimentos não estão fazendo essa emissão e a empresa será notificada”, pontuou o secretário. ♦



**KARDEC JAKSON:**  
CONSUMIDOR É O MAIOR ALIADO





**CENTRO ADMINISTRATIVO  
FERNANDO FERRARI**

## RENOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

PROJETO DE GESTÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS E MOBILIÁRIOS, RECADASTRAMENTO DO FUNCIONALISMO E MODERNIZAÇÃO NAS COMPRAS PÚBLICAS SÃO AÇÕES EM ANDAMENTO

TEXTO: ASCOM/SMARH-RS  
FOTOS: REBECA RABEL E ALINA SOUZA

**L**ogo no início da gestão de José Ivo Sartori, no Rio Grande do Sul, a Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos teve a missão de atualizar-se. Por conta disso, ganhou nova nomenclatura: Secretaria da Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos (Smarh).

Titular da pasta, Edu Oliveira – também 2º vice-presidente do Consad – está à frente de iniciativas como o projeto Gestão de Ativos Imobiliários e Mobiliários, o recadastramento do funcionalismo e a modernização nas compras governamentais.

O levantamento de imóveis está sendo executado pelo Departamento de Administração do Patrimônio do Estado (Deape), enquanto a modernização de compras públicas está a cargo da Subsecretaria da Administração Central de Licitações (Celic) – ambos são financiados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Já o recadastramento do funcionalismo é responsabilidade do Departamento de Administração dos Recursos Humanos (Dearh) e do Departamento de Planejamento Organizacional (Deorg).

### CONTROLE DE PATRIMÔNIO

A Gestão de Ativos visa a tornar mais eficaz a utilização do patrimônio público, além de proporcionar equilíbrio nos gastos do Estado, tanto com manutenção quanto com locação e venda

dos imóveis. O projeto contempla cinco eixos: modernização dos sistemas de gestão e de controle do patrimônio móvel e imóvel, alienação de imóveis dispensados do uso público, atualização do cadastro de imóveis, racionalização e destinação de imóveis e rede de fiscalização de monitoramento.

Edu Oliveira explicou que “o trabalho é realizado junto com a Assessoria Técnica e a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado para que se transforme não apenas em uma política de governo, mas de Estado. Esse é um dos motivos pelo qual a nossa pasta leva o nome de modernização administrativa”. Segundo ele, “esses resultados devem-se aos servidores e aos colaboradores da Smarh, e tenho certeza de que esse projeto fará parte da história da governança do Estado”.

Quando o processo com a numeração do imóvel chega à Gestão de Ativos, é feita uma pesquisa para verificar se ele já está cadastrado no Sistema de Gestão de Patrimônio do Estado (GPE). Depois de regularizada a situação do imóvel, se ele for considerado inservível para o Estado, é encaminhado para leilão.

Caso contrário, faz-se um estudo no município para que vários órgãos públicos locais sejam abrigados em um único prédio – rendendo economia aos cofres públicos, uma vez que o governo deixaria de pagar o aluguel de diversos imóveis. Atualmente, há 1.822 imóveis cadastrados, fotografados e prontos para serem racionalizados como servíveis ou encaminhados para venda.

Em outubro, a Smarh tomou conhecimento que o Rio Grande do Sul possui mais de 200 imóveis no Noroeste do Paraná, que precisam ser regularizados. Edu Oliveira e uma equipe da secretaria vão ao local para averiguar como estão sendo usados e quais imóveis têm finalidade pública (que poderão ser doados) e privada (para venda).



**O GOVERNADOR JOSÉ IVO E O  
SECRETÁRIO EDU OLIVEIRA: MISSÃO  
DE MODERNIZAR O ESTADO**

### FLUXO UNIFICADO

O subsecretário da Celic, Eduardo Jardim Pinto, disse que, o Estado não dispõe de um fluxo unificado de gestão de compras que contemple as contratações de bens, serviços e obras. “Embora tenhamos uma central de licitações que realiza as contratações para a administração direta, as fundações e as autarquias, existem exceções, conforme a legislação estadual vigente, em que determinados órgãos possuem autonomia para contratar sem nenhum registro em sistema integrado”, justificou.

Edu Oliveira esclareceu que, “além de ser o órgão centralizador da execução do procedimento licitatório e responsável pela implantação e gestão da Sistemática de Registro de Preços, a Celic também é a responsável pela integração e pela administração do Sistema de Gestão de Compras e de Constratos do Estado”.

Para o secretário, a “finalidade dessa iniciativa é articular, de forma integrada, as ações referentes à gestão de compras, visando a propiciar maior agilidade e transparência na aquisição de bens e de materiais e na contratação de obras e de serviços para a administração estadual”, frisou.

### OUTROS PROJETOS

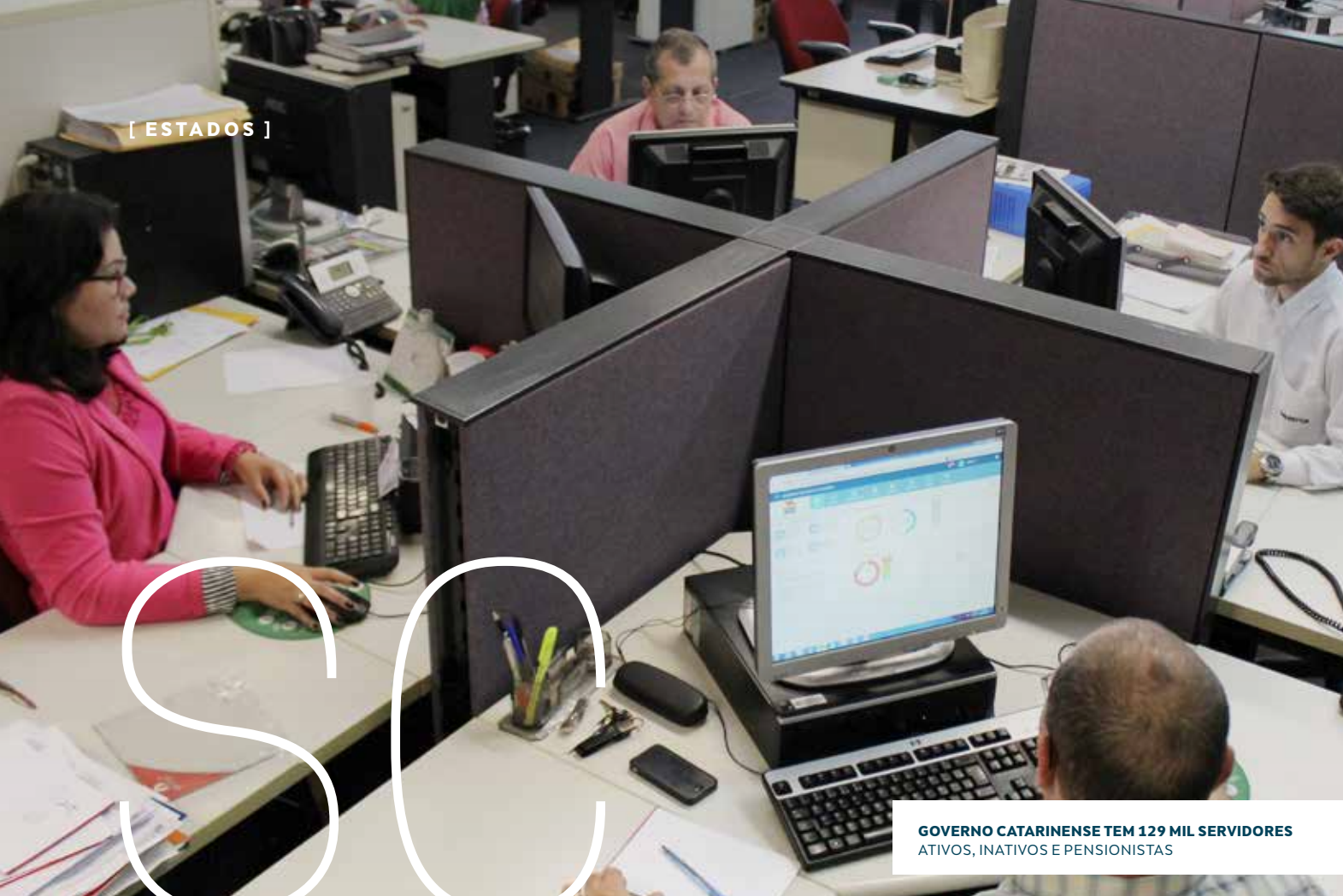
A Smarh pretende recadastrar 175 mil servidores ativos lotados nos órgãos do Poder Executivo (incluindo autarquias e fundações) até dezembro de 2017. Outra ação da secretaria é o Plano Diretor do Centro Administrativo do Estado, que se refere à modernização do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF).

Apresentado para a Casa Civil, o projeto cria um novo modelo de gestão e de convivência para o CAFF para os próximos 60 anos e irá gerar economia mensal de mais de R\$ 4 milhões, em aluguéis e na instalação de uma central de eventos no centro da capital.

O CAFF é um complexo em forma de pirâmide que abriga um prédio de 21 andares, no qual funcionam diversas secretarias e outros órgãos da administração pública estadual e passam, em média, 7 mil pessoas por dia. O projeto prevê reformulação de áreas, construção de novos prédios e adoção de um novo modelo de gestão, com a criação do Conselho Administrativo e da Prefeitura do CAFF.

Edu Oliveira considerou a entrega da proposta à Casa Civil mais um estágio cumprido das responsabilidades assumidas pela secretaria. “Com isso, estamos dando um passo fundamental na modernização da gestão do Estado e no próprio reaparelhamento da nossa gestão, para que possamos incorporar novas tecnologias, na busca de melhor resultado, em favor do cidadão”. ♦





**GOVERNO CATARINENSE TEM 129 MIL SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS**

## ESTADO ADOTA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

NOVO MODELO DARÁ SEGURANÇA AOS FUTUROS BENEFICIÁRIOS E REDUZIRÁ O ENDIVIDAMENTO PÚBLICO COM O SETOR, QUE, EM 2014, TEVE ROMBO DE R\$ 2,6 BILHÕES

TEXTO: SECOM-SC  
FOTOS: MARIA LUIZA SUMIENSKI

**A**ssim como a União e os demais estados brasileiros, o Governo de Santa Catarina contabiliza prejuízos em seus fundos previdenciários. Para conter o déficit – que, em 2014, alcançou R\$ 2,6 bilhões – um novo modelo será adotado a partir da aprovação na Assembleia Legislativa do Estado.

Além de terem seu teto de aposentadoria vinculado ao do Regime Geral de Previdência Social, os futuros servidores catarinenses poderão optar pelo Regime de Previdência Complementar da Fundação de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina (SCPrev), que permitirá que o servidor público amplie o valor a que terá direito quando aposentar-se.

O governador Raimundo Colombo destacou que o novo modelo, que tramita em caráter de urgência no Legislativo estadual, é fundamental para o reequilíbrio das contas públicas e para o futuro do sistema previdenciário. “Hoje, a previdência representa o maior déficit do serviço público no Brasil. Alguns estados estão seriamente comprometidos e a situação de Santa Catarina também é grave”, afirmou.

A SCPREV não altera o regime de previdência dos atuais servidores, mas traz mudanças para os que ainda irão ingressar na carreira pública. A proposta foi desenvolvida em conjunto por técnicos dos três poderes: representantes do Tribunal de Contas e do Ministério Público de Santa Catarina, sob a coordenação da

Secretaria de Estado da Fazenda. Mais de 20 encontros lapidaram o documento.

No sistema em vigor, o governo estadual e o servidor público contribuem, cada um, com 11% do salário de contribuição (fundo financeiro) e com 22% o Estado e 11% o servidor (fundo previdenciário). Com o novo modelo, a mesma participação de 11% para cada um é mantida até o teto do INSS (R\$ 4.663,75). Na parcela que exceder esse valor, a participação facultativa passa a ser de 8% para o governo estadual e 8% para o servidor.

### NA PRÁTICA

Caso o funcionário público tenha o salário de R\$ 10 mil, a mesma participação dele e do Estado de 11% é mantida até o valor do teto de R\$ 4.663,75 (contribuição equivalente a R\$ 513 mensais para cada um). No entanto, para a parcela que exceder a este valor, ou seja, R\$ 5.336,25 (R\$ 10 mil menos o teto do INSS), o governo estadual e o servidor passam a contribuir, cada um, com o recolhimento de 8% (no caso, R\$ 426,90 mensais) para a previdência complementar.

Dessa forma, o governo estadual e o servidor passariam a recolher, cada um, R\$ 939,90 por mês (R\$ 513 do desconto normal, acrescidos dos R\$ 426,90 do complemento), até a aposentadoria do servidor. Os recursos da SCPREV terão aplicação financeira no patamar de previ-

dências complementares particulares, com vantagem de contribuição por parte do governo.

Aqueles que ainda estão na ativa vão continuar vinculados ao já existente Instituto de Previdência de Santa Catarina (Iprev), mas podem optar pela SCPREV. O Iprev administra dois fundos: o financeiro, com 55.100 servidores ativos e que sustenta 115.285, entre ativos, inativos e pensionistas; e o previdenciário, instituído em 26 de junho de 2008 para abrigar os novos concursados, que já são 13.714 ativos, 9 inativos e 11 pensionistas. É o fundo financeiro que acumula déficit significativo que vem agravando-se nos últimos anos.

### PRÓXIMOS DESAFIOS

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) projeta que, em 2050, apenas 57% da população brasileira estará em idade ativa. O aumento da longevidade, a entrada tardia no mercado de trabalho e as aposentadorias precoces também são fatores que fragilizam os atuais sistemas previdenciários.

A preocupação do Governo de Santa Catarina é fortalecer e garantir a segurança do sistema de previdência do Estado. Com receita menor do que a despesa, hoje, o quadro é deficitário. Entre 2006 e 2014, o governo teve de injetar R\$ 13,7 bilhões para cobrir a conta e garantir o pagamento de aposentados e pensionistas – valor que ultrapassou investimentos realizados em saúde e em educação.

Só em 2014, o déficit foi de R\$ 2,6 bilhões. E as previsões não são animadoras. Os cálculos mostram que, em 2020, o rombo pode chegar a R\$ 7,8 bilhões. O secretário de Estado da Administração, João Matos, considerou a implantação da SCPREV um passo fundamental para garantir a qualidade do gasto público.

“Vale lembrar que nosso Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), atento à grande situação dos atuais modelos previdenciários, retomou a parceria com o Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev) para acompanhar os estudos técnicos sobre as reformas em curso nas diversas regiões do País”, ressaltou Matos. ♦



**O SECRETÁRIO JOÃO MATOS E O GOVERNADOR RAIMUNDO COLOMBO: ROMBO PODE CHEGAR A R\$ 7,8 BILHÕES EM 2020**



# SE

## MECANISMOS DE ECONOMIA NA PREVIDÊNCIA

GOVERNO SERGIPANO ADOTOU DIVERSAS AÇÕES QUE ESTÃO SENDO REALIZADAS COM O OBJETIVO DE CONTER O DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA E ASSEGURAR O PAGAMENTO DOS SERVIDORES ESTADUAIS

TEXTO: MAIRA ANDRADE/SEPLAG-SE  
FOTOS: SHUTTERSTOCK E ASCOM/SEPLAG-SE

A previdência é o grande desafio dos entes públicos nos dias atuais. Seja na esfera federal ou estadual, os governos tentam gerir a crise acumulada ao longo dos últimos anos. Em Sergipe, a situação não é diferente: o governo estadual, por meio do Sergipeprevidência, órgão responsável pela administração do sistema previdenciário local, tem buscado alternativas para criar mecanismos de economia.

O Estado conta com 28.283 aposentados e pensionistas, um número crescente a cada mês, o que representa uma folha de pagamento de R\$ 130 milhões. O aporte mensal de recursos estatais para complementar essa folha é de 53,84%, ou seja, R\$ 70 milhões. “Estamos enfrentando o déficit financeiro e atuarial com bastante profissionalismo e buscando soluções responsáveis para tirar o Estado dessa situação”, declarou o secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, João Augusto Gama.

As iniciativas para diminuir os impactos do rombo previdenciário intensificaram-se a partir de dezembro de 2014, quando foi anunciada uma reforma administrativa com mudanças na estrutura de toda a máquina estadual. A previdência também foi contemplada e, em janeiro de 2015, a Lei Complementar nº 254/2015 trouxe novidades, com foco na modernização das regras.

O diretor-presidente do Sergipeprevidência, Augusto Fábio Oliveira, disse que “os regimes próprios de previdência no País passaram por um desequilíbrio financeiro que necessita de uma busca pela profissionalização, na condução dessa política previdenciária dos servidores públicos. A inovação na gestão, em que tenhamos a busca constante em mecanismos para alimentar a arrecadação e conter o aumento das ações do crescimento do déficit financeiro e atuarial, como também ajustes necessários na legislação previdenciária são fundamentais”.



**AUGUSTO FÁBIO:**  
DESAFIO É AUMENTAR  
A ARRECADAÇÃO

### MUDANÇAS NA LEI

A Lei Complementar nº 254/2015 altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 113/2005, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Sergipe (RPPS-SE). Por meio daquela, alterou-se de 24 para 21 anos a idade máxima para filho pensionista de ensino superior. Outro ponto de atualização diz respeito à pensão por morte, na qual, havendo a pluralidade de pensionistas, a quantia deve ser rateada igualmente para todos. Mas, em caso de cessão de um dos pensionistas, sua parte não poderá ser revertida aos demais.

A Lei Complementar nº 255/2015 também tem importante participação nessa reformulação, já que determina a extinção das incorporações e das funções de confiança, além de gratificações por insalubridade e por periculosidade, bem como o fim do adicional do terço salarial. Porém, os servidores estaduais que já tinham esses direitos adquiridos, mantiveram-nos. O ajuste previdenciário foi tratado, nessa primeira fase, como tema da composição vencimental.

Augusto Fábio destacou que as mudanças na legislação são apenas alguns dos pontos que estão sendo efetivados na modernização da previdência sergipana, o que, segundo ele, representa um novo paradigma no modo como o governo enxerga a questão. “A política previdenciária deixou de ser de governo para tornar-se de Estado”, completou.

### AÇÕES INOVADORAS

Outras medidas foram tomadas paulatinamente, ao longo de 2015, para diminuir os impactos do déficit previdenciário local. O governo tem cedido alguns ativos, como imóveis e royalties de petróleo, para que o Sergipeprevidência possa negociar e vendê-los para capitalizar o fundo – que teve toda a base cadastral reorganizada com o Censo Funcional dos Servidores, realizado em parceria com o Ministério da Previdência Social, que apoia técnica e financeiramente os entes federativos que possuem regimes próprios de previdência para servidores.

O termo de cooperação técnica para a realização do programa foi assinado pelo governador de Sergipe em exercício, Belivaldo Chagas, e o então ministro Eduardo Gabas. O valor estimado do contrato é de R\$ 4 milhões. Com a modernização, o contracheque dos aposentados e dos pensionistas será disponibilizado nos *cash dispensers* do Banco do Estado de Sergipe (Banese), no portal do banco, no totem localizado na sede e no site do Sergipeprevidência. A economia anual chegará a R\$ 600 mil.

O Estado também promove o projeto Prova de Vida, que, por meio de um Termo de Cooperação com o Banese, torna mais fácil a comprovação de vida, por parte dos beneficiários do RPPS. O serviço a ser prestado pelo banco, por conta e ordem do Sergipeprevidência, compreende o recadastramento obrigatório para clientes que recebem o benefício em conta-corrente.

Além disso, um grande investimento na modernização do instituto está sendo feito, tendo como norteamento o conforto, a agilidade e a eficiência nos serviços prestados pelo Sergipeprevidência. No primeiro bimestre de 2016 será iniciada a virtualização de todos os processos previdenciários, com o ajuste e a automação das rotinas administrativas, fazendo com que os diversos sistemas interajam entre si. Já como forma de tornar o diálogo o mais horizontal possível, o órgão criou, em seu site, perfis informativos para a área de serviços, otimizando a interação nas redes sociais, na ouvidoria, pelo formulário eletrônico e pelo WhatsApp. ♦



# PRÊMIO MARIO COVAS VALORIZA SERVIDORES

AO TODO, 244 INSCRIÇÕES CONCORRERAM NA 11ª EDIÇÃO DA PREMIAÇÃO, EM TRÊS ÁREAS TEMÁTICAS, NAS CATEGORIAS ESTADUAL E MUNICIPAL. OS VENCEDORES FORAM CONHECIDOS EM NOVEMBRO

TEXTO: CARLA MENDES/SEPLAG-SP  
FOTO: ASCOM/SEPLAG-SP

**O**s vencedores da 11ª edição do Prêmio Mario Covas, uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, realizada pela Secretaria de Planejamento e Gestão, foram anunciados em cerimônia, no dia 5 de novembro, no Palácio dos Bandeirantes. O Programa de Prevenção e Combate à Violência contra Pessoas com Deficiência e a Ação Integrada da Subprefeitura do Itaim Paulista, que concorreram, respectivamente, nas categorias estadual e municipal, foram os dois principais vencedores entre as seis iniciativas premiadas.

“Esse prêmio busca prestigiar quem faz mais com menos e bem feito, como gostava de dizer o governador Mario Covas. Neste ano, prestigiamos quem faz isso de maneira inovadora”, afirmou o secretário de Planejamento e Gestão, Marcos Monteiro, destacando a importância de multiplicar as boas práticas em governo e de socializar essas experiências para que possam ser apresentadas em outros estados.

A premiação foi criada para reconhecer ações inovadoras de serviços públicos que gerem melhorias nos processos organizacionais, na prestação de serviços ou em política pública. É, também, uma valorização dos servidores estaduais e municipais e um estímulo para a geração de conhecimento.

Ao todo, 244 inscrições concorreram na 11ª edição do prêmio, em três áreas temáticas, nas categorias estadual e municipal: inovação em serviços públicos, inovação em processos organizacionais e inovação em políticas públicas. A avaliação e o julgamento ficaram a cargo da Fundação Instituto de Administração (FIA). O projeto tem a coordenação do consultor em Gestão Pública Hélio Janny Teixeira. ♦

**SECRETÁRIO MARCOS MONTEIRO ENTREGOU TROFÉU PARA A SECRETÁRIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, LINAMARA RIZZO**



## PROJETOS VENCEDORES



### CATEGORIA ESTADUAL

#### PROGRAMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Instituição:** Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência

**Responsável:** Luiz Carlos Lopes (coordenador do programa)

**Área:** Inovação em políticas públicas

Prevê um serviço inédito de atendimento policial e social a pessoas com deficiência que são vítimas de violência. Cerca de 12 mil servidores públicos serão capacitados para colocar em operação esse novo serviço, na já existente 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência.

#### SISTEMA RADAR

**Instituição:** Polícia Militar do Estado de São Paulo

**Responsável:** Adilson Pereira de Carvalho (diretor de telemática)

**Área:** Inovação em serviços públicos

O sistema concentra informações de várias fontes, o que permite agilidade na fiscalização do trânsito e na pesquisa de dados sobre os veículos. Ainda envolve integração com outras instituições, como municipais e as polícias rodoviárias. Em breve, contará com mais 843 pontos de fiscalização e 2 mil câmeras.

#### AValiação DE VULNERABILIDADE CRIMINAL NOS FÓRUNS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Instituição:** Polícia Militar do Estado de São Paulo

**Responsável:** Washington Luís Gonçalves Pestana (chefe da assessoria)

**Área:** Inovação em processos organizacionais

Com base em dados criminais e ambientais, otimizou-se a distribuição de vigilantes patrimoniais nos prédios das comarcas do Estado. O resultado foi uma economia de mais de R\$ 60 milhões por ano e a melhor distribuição dos profissionais na área de segurança.



### CATEGORIA MUNICIPAL

#### AÇÃO INTEGRADA DA SUBPREFEITURA DO ITAIM PAULISTA

**Instituição:** Prefeitura Municipal de São Paulo

**Responsável:** Miguel Angelo Gianetti (subprefeito do Itaim Paulista)

**Área:** Inovação em serviços públicos

Ação integrada do setor público que organiza, de forma itinerante, serviços e políticas públicas. A inovação está em juntar órgãos e instâncias de governo, setor privado e ONGs, que, juntos, ofertam mais de 150 serviços. O método induz sinergias que promovem economicidade e qualidade do gasto público.

#### PROGRAMA DE COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ÁGUA

**Instituição:** Prefeitura de Suzano

**Responsável:** Alexandre Bueno Miranda (assistente técnico)

**Área:** Inovação em processos organizacionais

Em parceria com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), prevê atividades de educação ambiental para alunos do Ensino Infantil, do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos, a fim de conscientizá-los sobre a importância do uso racional da água. Envolve professores, diretores, supervisores e funcionários das escolas.

#### OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO – EDUCATU

**Instituição:** Prefeitura de Botucatu

**Responsável:** Juliano Bacchi (coordenador do Departamento de Tecnologia da Informação)

**Área:** Inovação em políticas públicas

Um conjunto de *softwares*, em um único portal, permite a gestão centralizada de vagas e de transferências entre as unidades escolares e o acompanhamento de frequência e de ocorrências, passíveis de verificação pelos pais e alunos.



# MODERNIZAR A GESTÃO PARA REDUZIR GASTOS

GOVERNO ENFRENTA A CRISE FINANCEIRA, O QUE ONERA A FOLHA DE PAGAMENTO. NO ENTANTO, COMEMORA AVANÇOS, COMO A RESTRUTURAÇÃO DA ESCOLA DE GOVERNO, DO É PRA JÁ E DO PLANSÁUDE

TEXTO: SELEUCIA FONTES/SECAD-TO  
FOTOS: SHUTTERSTOCK E ANGÉLICA MENDONÇA/SECAD-TO

**E**m meio a uma série de desafios enfrentados desde o início de 2015, a Secretaria da Administração (Secad) tem buscado mecanismos de modernização da gestão. A palavra de ordem é inovação a baixo custo. “Precisamos inaugurar uma nova etapa de gestão”, pontuou o titular da Secad, Geferson Barros.

Ele apontou que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas nos primeiros meses do ano passado – incluindo negociações salariais e greves – a avaliação é positiva para o Estado. “Tivemos avanços importantes e, principalmente, conseguimos manter o pagamento dos salários em dia”, comentou o secretário.

Entre as ações de modernização, estão a retomada da processualização digital da Secad, a auditoria da folha de pagamento, o uso de novos recursos para a reestruturação da Escola de Governo e do É Pra Já – Serviço Rápido de Atendimento ao Cidadão, além da renovação do Plansaúde.

## FASE DE NEGOCIAÇÃO

O primeiro desafio foi encontrar recursos para pagar o salário de dezembro de 2014 dos servidores. Assim, criou-se uma comissão com cinco gestores das secretarias da Administração, da Fazenda e do Planejamento, da Controladoria Geral e da Procuradoria Geral, que resolveram pendências deixadas pelo governo anterior.

Além dos gastos com rescisões contratuais e adicionais pendentes desde 2014 (entre plantões extras e acertos trabalhistas), foram iniciadas as negociações com diversas categorias profissionais, que resultaram na definição do pagamento da data-base e das progressões funcionais.

Os servidores do quadro geral e da educação chegaram a paralisar as suas atividades, mas o bom senso prevaleceu. “O fim das greves representou o reconhecimento do governo do direito do servidor aos benefícios e, também, das categorias em aceitar as propostas apresentadas pelo Poder Executivo e aprovadas pelo Poder Legislativo”, frisou Geferson.

Sobre as progressões de 2014, ele lembrou que as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado levaram ao pagamento das concessões escalonadas nas folhas de setembro e de novembro. Foram 9.621 servidores públicos beneficiados, com um impacto de R\$ 16 milhões na folha.

## MEDIDAS ECONÔMICAS

O impacto financeiro dos benefícios concedidos aos servidores deixou o Poder Executivo em uma situação difícil, uma vez que já se encontrava acima do limite legal da Lei de Responsabilidade Fiscal desde o governo anterior. Foi preciso adotar medidas de contenção de despesas e aumentar a arrecadação.

A Secad iniciou procedimentos destinados à redução de gastos do Executivo, como a auditoria da folha de pagamento. A primeira etapa, que é o cadastramento dos servidores estaduais, está em execução. Outras três fases são: análise da tributação da folha; avaliação processual de concessões de progressões nos últimos cinco anos; e projeção econômica dos planos de carreira.

Outra medida em curso é com relação aos veículos oficiais. Toda a frota passou a ser recolhida nos finais de semana, com vedação de abastecimento. Foi determinada, ainda, a redução de 40% do gasto com combustíveis em cartão corporativo, o que irá gerar economia mensal de R\$ 300 mil. A suspensão de novas contratações de pessoal seguiu até 31 de dezembro. Não houve aumento no número de vagas, e os casos de substituições precisam passar por avaliação prévia.

O desenvolvimento de um sistema de gestão próprio também reduziu gastos no Serviço Rápido de Atendimento ao Cidadão, o É Pra Já. Nas unidades localizadas nas cidades de Araguaína e Gurupi, a economia chegará a R\$ 250 mil. As melhorias na qualidade do serviço prestado já estão sendo sentidas pelos usuários do programa, que oferece mais de 200 serviços à população.

## PLANO PRÓPRIO

Com mais de 88 mil usuários – entre titulares e dependentes – o Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado de Tocantins (Plansaúde), vinculado à Secad, foi reestruturado. “Estamos implantando uma forma nova de gestão”, explicou o diretor Flávio Antônio Meira de Araújo, ressaltando que a parte financeira está regularizada. Em janeiro de 2015, as dívidas com os fornecedores somavam mais de R\$ 60 milhões.

A Gerência de Cadastro e Assistência ao Segurado deu início ao cadastramento de assistidos no dia 13 de outubro. Para facilitar o acesso aos titulares, optou-se pela descentralização do atendimento, nas cidades de Araguaína, Araguatins, Arraias, Colinas, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Miracema, Palmas, Paraíso, Porto Nacional e Tocantinópolis. ♦



**SECAD MANTÉM DIÁLOGO CONSTANTE**  
COM ENTIDADES DE CLASSES



## Quais caminhos levam à transparência?

A EY tem vasto conhecimento e experiências local e global para ajudar instituições públicas a aprimorar controles, reduzir custos e promover a transparência e a eficiência. EY - Governo e Setor Público.

[ey.com.br/governo](http://ey.com.br/governo)

Quanto melhor a pergunta. Melhor a resposta. Melhor o mundo de negócios.



Trabalhe conosco: [ey.com.br/carreiras](http://ey.com.br/carreiras)

© 2015 EYGM Limited. Todos os direitos reservados.

TM Rio 2016

# IX CONGRESSO CONSAD

DE GESTÃO PÚBLICA

8, 9 e 10 de junho de 2016 | Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília/DF

## CHAMADA DE TRABALHOS INDIVIDUAIS E PAINÉIS

- As propostas de trabalho individual/painel deverão ser encaminhadas até **26 de fevereiro de 2016**.
- O resumo deverá conter de 800 a 2.400 caracteres e seguir as orientações constantes do formulário de Proposta de trabalho e/ou painel, que será disponibilizado no site [www.consad.org.br](http://www.consad.org.br).
- As propostas selecionadas serão divulgadas até **12 de março de 2016**.

## ÁREAS TEMÁTICAS

As propostas devem ser classificadas em uma das seguintes áreas temáticas:

- Orçamento, contabilidade, finanças, compras e patrimônio
- Gestão de pessoas na área pública
- Gestão para resultados, monitoramento & avaliação
- Novos formatos organizacionais
- Governança, participação e controle social
- Governo Eletrônico & transparência

O Comitê Científico sugere os seguintes temas (sem prejuízo de outros): \_\_\_\_\_

- A Gestão Pública no Brasil pós-88: um balanço
- Administração Pública e crise fiscal nos países centrais depois de 2008: acertos e equívocos
- Novos desenvolvimentos da democracia, novas agendas e Administração Pública: desafios e impasses
- Crise e ajuste nos estados e nos municípios brasileiros: casos comparados, análise de trajetórias e perspectivas
- A LRF, sua efetividade e o desafio da sustentabilidade financeira no contexto atual
- Quinze anos do pregão: balanço da experiência, dos avanços e das limitações dessa inovação nas compras públicas
- Acidentes ambientais e seus aspectos de construção de capacidades estatais
- A renovação de quadros na Administração Pública: conquistas, limites e sustentabilidade fiscal
- O desafio de compatibilizar o combate à corrupção com a eficiência da gestão pública

## PARTICIPAÇÃO

- As contribuições de especialistas, acadêmicos e profissionais dos três poderes, do Governo Federal, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios serão bem-vindas.
- Os trabalhos selecionados serão divulgados para todos os congressistas e, em seguida, tornar-se-ão de acesso público, no Banco do Conhecimento, disponível no site [www.consad.org.br](http://www.consad.org.br).

Informações:

Acesse o site e observe as orientações do formulário de proposta.

Envio de propostas de trabalhos individuais/painéis somente pelo site: [www.consad.org.br](http://www.consad.org.br)

E-mail: [congresso@consad.org.br](mailto:congresso@consad.org.br) | Telefones: (61) 3322-5520 / 8285-0701

Promoção e realização



Apoio

Secretaria de Planejamento,  
Orçamento e Gestão



Ministério do  
Planejamento







## QUANTOS MOTIVOS VOCÊ TEM PARA FAZER UM SEGURO CAPEMISA?

Existem muitas coisas importantes na vida, mas nenhuma é mais importante que você e a sua família. Afinal, garantir tranquilidade e segurança é fundamental. E a CAPEMISA sabe disso. Por isso, tem seguros de vida e acidentes pessoais para você cuidar do que mais importa. Os planos são adequados ao seu perfil e os preços flexíveis. Tudo com a tradição de quem está há mais de 50 anos no mercado de Seguros, Previdência e Capitalização.

**Seja qual for o motivo, a CAPEMISA tem o produto ideal.**

**Central de Relacionamento** 4000-1130 (Capitais e Regiões Metropolitanas) 0800 723 30 30 (demais localidades) | **SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor** 0800 940 11 30 / 0800 723 40 30 (Atendimento exclusivo para deficientes auditivos e de fala) | **Ouvidoria** 0800 707 4936

 facebook.com/capemisa.seguradora

  
**CAPEMISA**  
SEGURADORA

AS PESSOAS SEGURAS SÃO MAIS FELIZES.